

Realizações do Ministério Público
do Estado do Rio Grande do Sul **2010**

MP/RS
Cada vez mais presente
na vida dos gaúchos



**MP
RS**
MINISTÉRIO
PÚBLICO



Realizações do Ministério Público
do Estado do Rio Grande do Sul **2010**

MP/RS
Cada vez mais presente
na vida dos gaúchos.

COORDENAÇÃO-GERAL

Nilson de Oliveira Rodrigues Filho. Promotor-Assessor.

Organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada - GAGI

Rio Grande do Sul. Ministério Público.

Realizações do Ministério Público do estado do Rio Grande do Sul 2010 /
organização: Gabinete de Articulação e Gestão Integrada – GAGI – Porto Alegre:
Procuradoria-Geral de Justiça, 2011.
165p.

1. Ministério Público – Rio Grande do Sul – Relatórios. I. Título.

CDU 347.963(816.5)(047)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça

Revisão ortográfica: Gerlinda Jähn Peukert


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Procuradoria-Geral de Justiça

Rua Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, Porto Alegre/RS - 90050-190

Telefone: (0XX51) 3295 1100 E-mail (geral): pgj@mp.rs.gov.br





Simone Mariano da Rocha,
Procuradora-Geral de Justiça.

Afonso Armando Konzen,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

Delmar Pacheco da Luz,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Luiz Carlos Ziomkowski,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Ana Maria Schinestsck,
Secretária-Geral.

Armando Antônio Lotti,
Corregedor-Geral do Ministério Público.

Ruben Giugno Abruzzi,
Subcorregedor-Geral do Ministério Público.




Foto: Rubens Ricardo Freiberger





Sumário

APRESENTAÇÃO	08
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	10
ORGANOGRAMA	20
GESTÃO INSTITUCIONAL	22
APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE	38
ÁREAS DE ATUAÇÃO	54
GESTÃO ADMINISTRATIVA	138
NOMINATA	156



Respeito à tradição e aos valores institucionais construídos ao longo das gerações. Autonomia, unidade e independência funcional. Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Atenção aos grandes embates político-institucionais do momento.

Amplas são, como se pode observar, as responsabilidades do Ministério Público decorrentes da Constituição Federal de 1988. A autonomia, a unidade e a independência funcional conquistadas desde então fazem do Ministério Público brasileiro uma referência mundial. O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul insere-se nessa situação, crescendo e se estruturando ao longo dessas pouco mais de duas décadas de inigualável efervescência institucional.

A par de suas honoráveis atribuições institucionais, o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) mantém vigília sobre os grandes temas da atualidade - o que inclui, por exemplo, ataques como os da chamada “Lei da Mordaca” e as alterações da legislação ambiental, e da processual penal – e também dirige seus esforços aos imprescindíveis avanços institucionais, se necessário quebrando paradigmas internos para cumprir sua condição de órgão essencial à Justiça e ao Estado de Direito.

Mas, para além dessas vocações constitucionais, o MPRS detém atribuições administrativas, resumidas na tarefa de bem gerir os limitados recursos orçamentários, com coparticipação e corresponsabilidade de todos seus integrantes, de forma a comportar o necessário crescimento para fazer frente às demandas da sociedade.


Uma organização como o Ministério Público exerce indiscutível impacto social, da mesma forma como não está imune – nem o deseja – à complexidade dos tempos atuais. Isso representa debater os seus métodos e reavaliar os seus processos, buscando constante aperfeiçoamento.

Diálogo e transparência são, portanto, instrumentos presentes na ação institucional, caracterizada pela aproximação com a sociedade, por meio de iniciativas como o Programa Portas Abertas e a veiculação da Revista Ampla, entre várias outras.

O presente Relatório faz parte desse objetivo. Tem por motivação o passado recente, visto que aborda as ações do MPRS no ano de 2010, inspirado nos valores construídos pelas gerações que nos antecederam. Fixa um alicerce no presente, fazendo dele a base para projeção de um futuro a ser conquistado com entusiasmo, coragem, determinação e espírito público.

Simone Mariano da Rocha

Procuradora-Geral de Justiça



Estar na vida dos
gaúchos é levar
cidadania para todo
o Rio Grande.



O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul



MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a quem a Constituição Federal de 1988 incumbiu defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, vem aprimorando constantemente sua estrutura organizacional e administrativa, buscando a efetividade de sua

atuação e dos serviços prestados. Conta com seus órgãos de Administração Superior (Procuradoria-Geral de Justiça, Colégio de Procuradores, Órgão Especial do Colégio de Procuradores, Conselho Superior, Corregedoria-Geral), de Administração (Procuradorias e Promotorias de Justiça) e de Execução (Procurador -Geral, Conselho Superior, Procuradores e Promotores de Justiça).

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

A Procuradoria-Geral de Justiça é órgão da Administração Superior do Ministério Público. A Instituição tem por chefe e representante o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo chefe do Poder Executivo, com mandato de dois anos, a partir de uma lista tríplice formada por integrantes da carreira, em eleição interna à qual podem se habilitar os membros com mais de 35 anos de idade e com mais de dez anos de efetivo exercício. O Procurador-Geral de Justiça detém prerrogativas e representação de chefe de Poder.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

É o órgão pelo qual tramitam os documentos, escritos ou eletrônicos, submetidos à apreciação e ao despacho do Chefe da Instituição. Presta assessoramento direto ao Procurador-Geral de Justiça na sua atuação política e de representação. É também o órgão responsável pelo registro da marcação de férias dos membros do Ministério Público que atuam na Procuradoria-Geral de Justiça.

Secretaria do Gabinete do Procurador-Geral

Órgão de apoio às demandas dirigidas ao Procurador-Geral, juntamente com a Chefia de Gabinete, recebe, despacha e encaminha documentos e correspondências. Emite, também, comandos de portarias, de ajuda de custos e de diárias de substituição dos membros. Além disso, gerencia o cadastro de Diretores de Promotorias.

Assessoria de Segurança Institucional

Sua atribuição é fortalecer os serviços de segurança institucional dos membros e dos prédios do Ministério Público.

Assessoria Legislativa

Colabora na elaboração de atos normativos e projetos de lei sobre matéria de interesse da Instituição e acompanha o andamento da tramitação dos projetos de lei. Também é sua atribuição gerir o Diário Eletrônico do Ministério Público.

Gabinete de Comunicação Social

Responsável pelo relacionamento e pela divulgação interna e externa das ações do Ministério Público. Possui como principais atribuições propor a política de comunicação, elaborar o plano e as estratégias de comunicação e de relacionamento em consonância com as diretrizes da gestão estratégica do Ministério Público e acompanhar e analisar as notícias divulgadas sobre o Ministério Público.

Assessoria de Imagem Institucional

Suas principais atribuições incluem a execução do plano de comunicação de acordo com a política e estratégias de comunicação estabelecidas, a divulgação e o fortalecimento da identidade visual do Ministério Público e a elaboração do briefing de campanhas publicitárias a serem encaminhadas à agência de propaganda e demais terceirizados.

Assessoria de Imprensa

Promove a divulgação de matérias jornalísticas na página da internet do Ministério Público, organiza a taxação diária de matérias de interesse institucional veiculadas pela mídia em geral, disponibilizando-as no site da Instituição, faz a publicação de notas oficiais, fomenta a implementação de projetos para maior inserção da atuação do Ministério Público na mídia e insere na intranet informações sobre a atuação institucional.

Assessoria de Relações Públicas

É a área responsável pelo planejamento e organização dos eventos realizados pelo Ministério Público, pelas visitas protocolares e solenidades, acompanhando o Procurador-Geral de Justiça ou seu representante nos eventos externos e assessorando o Chefe de Gabinete na recepção de autoridades em visita à Instituição. Também controla as agendas dos auditórios.

Secretaria dos Órgãos Colegiados

Coordenada por Promotor-Assessor, organiza e secretaria o funcionamento dos Órgãos Colegiados, (Colégio de Procuradores, Órgão Especial do Colégio de Procuradores e Conselho Superior do Ministério Público) no desenvolvimento de suas atividades definidas em lei.

Secretaria-Geral

Coordenada por membro do Ministério Público, de livre designação do Procurador-Geral de Justiça, auxilia o Procurador-Geral de Justiça no exercício das suas atribuições, organiza, divulga e mantém atualizado o

calendário geral de eventos do Ministério Público, coordena o serviço de atendimento ao público da sede do Ministério Público, preside a Comissão Permanente de Informática, recebe e responde pelos encaminhamentos da Ouvidoria do Ministério Público e supervisiona as atividades das demais áreas a ela vinculadas.

Gabinete de Articulação e Gestão Integrada

Assiste e assessora o Procurador-Geral de Justiça em seu programa de atuação política, auxilia a sistematização das ações nos planos jurídico, institucional e administrativo, monitora e harmoniza o desenvolvimento das ações decorrentes do Planejamento Estratégico e do Plano de Gestão. Conta com duas assessorias:

- Assessoria de Gestão Estratégica: compete a esta Assessoria, entre outras funções, a condução do processo de formulação de estratégias no âmbito do Ministério Público e sua tradução em objetivos, indicadores e metas institucionais, assim como a promoção do alinhamento de todos os níveis da Instituição com a estratégia, atuando como catalisador e facilitador das mudanças. Compete-lhe também a coordenação do processo de gestão estratégica e o monitoramento de sua implementação.
- Assessoria de Suporte a Projetos: tem por atribuições a definição da metodologia de Gerenciamento de Projetos na Instituição e as responsabilidades envolvidas, o assessoramento aos gerentes na definição do escopo e detalhamento dos projetos estratégicos e o monitoramento do andamento desses projetos, prestando informações à Administração, bem como a difusão da cultura de trabalho por projetos no Ministério Público.

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Promove o aprimoramento cultural e profissional, a atualização e a especialização do conhecimento dos membros e servidores do Ministério Público e a elevação dos padrões técnicos e científicos dos serviços prestados pela Instituição. Suas principais atribuições são: identificar e avaliar as necessidades educacionais, desenvolver e avaliar os programas educacionais para membros e servidores do Ministério Público e auxiliar o Procurador-Geral de Justiça na manutenção de intercâmbio cultural e científico com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras. É composto pela Unidade de Análise e Desenvolvimento Educacional e pela Unidade de Gestão Educacional. Também é responsável pela Biblioteca João Bonumá, que tem como atribuição a gestão do acervo bibliográfico e de múltiplos meios da Instituição.

Memorial do Ministério Público

Preserva a memória institucional, tornando-se também um agente cultural. Desenvolve suas atividades a partir de três linhas de atuação: o Programa de História Oral, o Programa de Pesquisas e Publicações e o Programa de Produção e Eventos.

OUVIDORIA

Recebe manifestações dos cidadãos (reclamações, denúncias, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informação ou sugestões sobre as atividades desenvolvidas por membros e servidores) e as encaminha, requisitando informações e realizando di-

ligências junto aos setores administrativos e órgãos auxiliares da Instituição acerca de atos praticados em seu âmbito. Analisa conteúdos e encaminha os assuntos aos órgãos competentes para as devidas providências, dando ciência ao interessado. Também promove a definição de um sistema de comunicação para a divulgação sistemática do seu papel institucional à sociedade.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Coordena a Assessoria Jurídica nos processos de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça. Supervisiona Procuradorias com atuação delegada em funções de execução nas áreas recursal, crimes de prefeitos e defesa do patrimônio público, bem como a Procuradoria de Fundações.

Assessoria Jurídica

Examina processos e expedientes que versem sobre vício de inconstitucionalidade de leis e de atos da administração pública estadual e municipal, conflitos de atribuições estabelecidos entre membros do Ministério Público, representações para fins de intervenção federal no Estado e deste nos municípios, entre outras atribuições.

Procuradoria de Fundações

Elabora pareceres pertinentes a qualquer assunto sobre fundações, na aprovação de estatutos, nas suas alterações, na autorização da venda de bens

imóveis e na constituição de ônus sobre os mesmos e, ainda, na homologação da aprovação das contas das fundações.

Procuradoria de Recursos

Auxilia os Procuradores de Justiça na elaboração e acompanhamento de recursos e medidas judiciais das decisões do Tribunal de Justiça e apresenta contrarrazões aos recursos excepcionais nos casos em que o Ministério Público figure como recorrido.

Procuradoria de Prefeitos

Atua por delegação do Procurador-Geral de Justiça como responsável pela análise dos procedimentos investigatórios, inquéritos policiais e outros feitos extrajudiciais referentes a crimes, em tese, praticados pelos atuais prefeitos municipais, e pelo acompanhamento, em todas as suas fases, dos processos judiciais em tramitação na Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado a que respondem esses prefeitos.

Núcleo Processual

Tem por atribuição distribuir os processos vindos do Tribunal de Justiça para os respectivos Procuradores de Justiça, bem como recebê-los, com parecer, e encaminhá-los de volta, tudo mediante recibo em guias de encaminhamento de processos, organizando e mantendo os respectivos arquivos. Também compete ao setor elaborar e remeter aos Procuradores as pautas para as sessões de julgamento do Tribunal

de Justiça, prestar informações sobre andamento dos processos quando solicitado e emitir relatórios mensais e anuais relativos à movimentação de processos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Realiza o gerenciamento da política administrativa de funcionamento da estrutura organizacional e funcional do Ministério Público, para viabilizar a melhor prestação dos serviços nas atividades-fim.

Assessoria Jurídica

Presta assessoramento jurídico-administrativo no âmbito da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, analisando processos administrativos e prestando informações em processos judiciais que envolvam situação funcional de membros e servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Também presta assessoria jurídica na celebração e gestão de convênios, termos de cooperação e congêneres firmados no âmbito do Ministério Público.

Comissão Disciplinar Permanente

Instrui Procedimentos de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares que envolvem servidores e atua na Comissão de Avaliação do Estágio Probatório. Também emite certidões sobre a existência ou não de penalidades nos assentamentos dos servidores, para fins de cursos ou concursos.

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Serviço Biomédico

Sua atividade principal é a realização de perícias, prestando também assessoramento técnico para Promotorias de Justiça e assistência a membros e servidores. É composto pela Coordenação, pela Secretaria Administrativa e por cinco gabinetes (Clínico, Psiquiátrico, Psicológico, Odontológico e de Enfermagem).

Secretaria de Avaliação de Pessoal

Assessoria a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório e a Comissão de Promoções confeccionando, tramitando, controlando e realizando a guarda da documentação pertinente a esses procedimentos.

Direção-Geral

Cumprir à Direção-Geral assistir o Procurador-Geral de Justiça e o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos no desempenho de suas funções, bem como supervisionar os serviços administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça e os serviços auxiliares do Ministério Público.

Comissão Permanente de Licitações

Elabora e processa as licitações, e recebe, examina e julga todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Assessoria de Planejamento e Orçamento

Tem como principais atribuições a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei de orçamento, a realização do controle da execução orçamentária dentro dos limites impostos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei do Orçamento e a observação do correto enquadramento das normas de Finanças Públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, conforme regramento estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assessoria Jurídica

Tem como principais atribuições a elaboração de parecer em licitações e contratos administrativos, a elaboração de contratos administrativos e o acompanhamento de sua execução, a análise dos termos de convênios com previsão de transferência de recursos financeiros e a análise de procedimentos relacionados à aquisição e doação de imóveis, elaborando os respectivos termos.

Divisão Administrativa

Coordena e executa os serviços auxiliares da Instituição e realiza a gestão dos contratos administrativos, como prestação de serviços e aquisição de bens. Atualmente, é composta por cinco Unidades: Unidade de Serviços Gerais, Unidade de Transportes, Unidade de Manutenção de Veículos, Unidade de Apoio Administrativo – Promotorias Especializadas (prédio Santana) e Unidade de Administração Predial (prédio-sede).

Divisão de Arquitetura e Engenharia

Presta apoio à efetivação dos investimentos do Ministério Público, acompanhando e fiscalizando a realização de obras no âmbito da Instituição. As principais atividades da Divisão são a elaboração de projetos e laudos, bem como a gestão dos contratos de construção, reforma dos prédios e serviços de manutenção. É composta pelas Unidades de Apoio Técnico, Projetos Arquitetônicos, Projetos Elétricos, Projetos Cíveis, Manutenção e Telefonia.

Divisão de Assessoramento Técnico

É responsável pelo assessoramento técnico aos Promotores de Justiça nas questões relacionadas às áreas do meio ambiente, defesa do patrimônio histórico-cultural, contabilidade, engenharia civil e arquitetura e serviço social e psicologia. É formada por três Unidades de Assessoramento: Ambiental, Contábil e em Direitos Humanos.

Divisão de Documentação

Planeja e gere a execução da política de gestão documental do Ministério Público. É constituída por três Unidades: Protocolo e Expedição, Central de Distribuição e Diligências e Arquivo.

Divisão de Suprimentos

Elabora a previsão e a compra de materiais de consumo, móveis e equipamentos, sua estocagem e distribuição, controla a localização dos bens patrimoniais,

confecciona as solicitações de empenho de despesas e realiza os pagamentos dos fornecedores do Ministério Público. É composta pelas Unidades de Almoxarifado, Patrimônio, Compras e Pagadoria.

Divisão de Informática

Responsável pelos serviços e equipamentos de tecnologia da informação do Ministério Público. Possui as atribuições de supervisionar as atividades relacionadas com a área de informática e de propor e implementar uma política de informática. Compõem a Divisão de Informática a Assessoria de Projetos de Tecnologia da Informação, Unidade de Aplicativos e Internet, Unidade de Apoio ao Usuário, Unidade de Desenvolvimento de Sistemas, Unidade de Equipamentos e Unidade de Suporte à Rede.

Divisão de Recursos Humanos

Supervisiona as atividades relacionadas com a área de Recursos Humanos, de forma que sejam atendidas as orientações do Diretor-Geral, efetuando o planejamento da Divisão, consolidando e integrando os planos das Unidades subordinadas: Unidade de Concursos Públicos, Unidade de Estágios, Unidade de Pagamento de Pessoal e Unidade de Registros Funcionais.

Divisão de Desenvolvimento Organizacional

Desenvolve projetos de intervenção organizacional, identificando problemas e suas causas, com a finalidade de propor e/ou implantar mudanças estruturais e funcionais que visem a alternativas de ação para pro-

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

mover o desenvolvimento organizacional. Compõem a divisão as Unidades de Organização e Métodos e a Unidade de Organização e Desenvolvimento Institucional.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Tem como principais atribuições: substituir e assistir o Procurador-Geral de Justiça; prestar assistência aos órgãos de execução e auxiliares do Ministério Público no planejamento e consecução de suas atividades de natureza funcional; buscar a integração dos órgãos de execução, visando a estabelecer a ação institucional e promover a cooperação entre o Ministério Público e órgãos externos.

Gabinete de Assessoramento Eleitoral

Realiza o assessoramento, a atualização e a especialização continuada ou eventual dos Promotores Eleitorais. Constitui-se em importante órgão auxiliar, notadamente na tarefa de resguardar a lisura do processo eleitoral em todas as suas fases.

Núcleo de Inteligência

Tem como principal atribuição produzir conhecimento de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e as ações ministeriais, utilizando-se, para tanto, do exercício metodológico das atividades de inteligência. Além disso, é responsável por coletar dados, informações e conhecimentos necessários às atividades dos membros do Ministério Público, produzir conhecimentos mediante a aplicação de metodologia própria – tornando-os utilizáveis para a tomada

de decisões e para o planejamento de operações –, fomentar e difundir a cultura da proteção ao conhecimento sensível no âmbito do Ministério Público, promover as medidas necessárias para a implementação da quebra de sigilo telefônico, telemático e de dados, bem como processar dados e informações referentes ao geoprocessamento e ao tratamento de imagens. É composto pelas Unidades de Operações, de Análise de Dados e Informações, de Contrainteligência, de Inteligência de Sinais – Sistema Guardião/MP-RS, de Inteligência de Imagens e de Tecnologia da Informação, além do Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro – LAB-RS.

Centros de Apoio Operacional

Promovem apoio técnico-operacional aos membros do Ministério Público. Na qualidade de órgão auxiliar, mantém arquivo de informações e pesquisas, destinadas aos integrantes da Instituição. Também atuam como gestores de inovação desencadeando ações integradas e interdisciplinares, no escopo de auxiliar os órgãos de execução e prevenir a fragmentação da atuação. Ainda, são formuladores e coordenadores de políticas setoriais, fomentando e monitorando convênios, projetos e programas, obtendo rol de prioridades para a atuação funcional, bem como na captação de recursos financeiros extraorçamentários para implementação de ações institucionais. Acompanham os processos legislativos e a repercussão jurisprudencial das questões institucionais, nas áreas específicas de atuação, com ênfase em subsidiar propostas legislativas de interesse público, no recolhimento, sistematização, incentivo e divulgação das ações de responsabilidade social relevantes em cada área. O Ministério Público possui atualmente sete Centros de Apoio Operacionais, divididos nas suas áreas de atuação: Criminal, Cível e Patrimônio Público, Direitos Humanos,

Infância e Juventude, Consumidor, Meio Ambiente, Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

É o órgão de fiscalização e orientação da conduta e das atividades funcionais dos agentes do Ministério Público. É comandada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, eleito pelo Colégio de Procuradores, auxiliado pelo Subcorregedor-Geral, assim como por uma equipe de Promotores-Corregedores, no controle de vacâncias e provimentos de Promotorias e Procuradorias de Justiça, inspeções e correições nas Procuradorias.

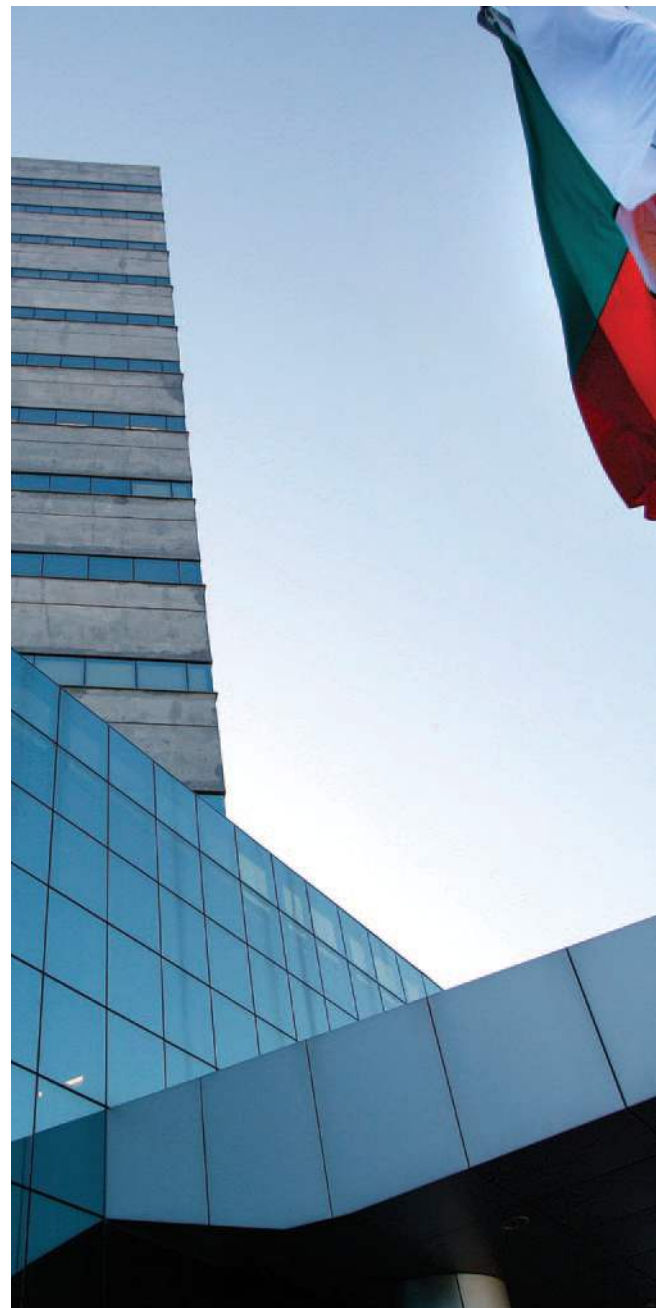
PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

O Ministério Público, para atuar em 2.º Grau, organizou-se em Procuradorias de Justiça, na forma da Lei n.º 11.282/98, instituindo os seguintes órgãos: Procuradoria de Justiça Criminal e Procuradoria de Justiça Cível. Perante o Tribunal de Justiça do Estado e junto ao Tribunal Militar Estadual atuam os Procuradores de Justiça Cíveis e Criminais.

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

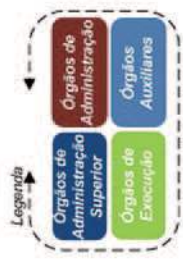
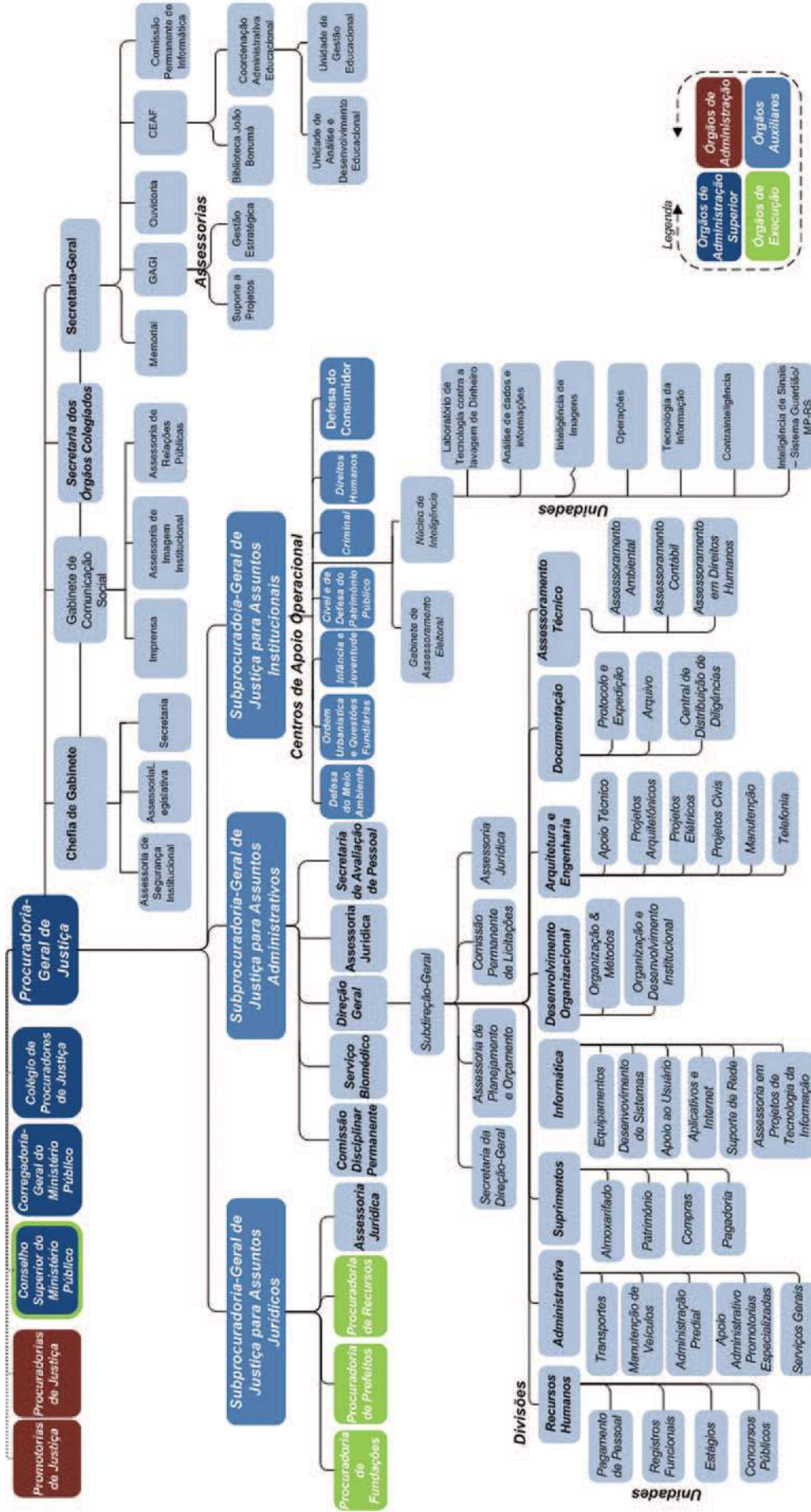
As Promotorias de Justiça são órgãos de execução do Ministério Público com pelo menos um cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho de suas funções. As atribuições das Promotorias de Justiça e dos cargos de Promotores de Justiça que as integram são fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores. As Promotorias

de Justiça estão instaladas em todas as sedes de Comarcas, sendo ocupadas por Promotores de Justiça, consoante a respectiva entrância de classificação (inicial, intermediária e final).



Organograma







Gestão Institucional



A Gestão Institucional envolve a Gestão Estratégica e a Gestão Compartilhada.

Gestão Institucional

Projeto dá a Promotor de Justiça direito de concorrer a Procurador-Geral

Em 2010, o Rio Grande do Sul equiparou-se à quase totalidade das unidades federativas brasileiras, com iniciativa que possibilita ao Promotor de Justiça concorrer ao cargo de Procurador-Geral. O projeto de lei 262/2010¹, fruto do trabalho de mais de um ano da Comissão de Estudos de Alterações Legislativas do MPRS, foi encaminhado, em 11 de novembro, à Assembleia Legislativa, com pedido de urgência na votação, e aprovado unanimemente pelos 41 deputados estaduais presentes à sessão de 22 de dezembro. Trata-se de um avanço inegável na democratização do texto da legislação institucional, uma vez que a Constituição Federal prevê a possibilidade de escolha do Procurador-Geral de Justiça dentre os integrantes da carreira. A participação do Promotor de Justiça no processo eleitoral como candidato ao cargo de Procurador-Geral de Justiça é uma medida que aperfeiçoa o processo democrático dentro da Instituição.

Terreno ao lado da sede atual passa ao uso do Ministério Público do RS

Uma área pertencente ao Estado, com cerca de seis mil metros quadrados, incorporada aos 3,532 metros quadrados atualmente ocupados para estacionamento, ao lado da sede na Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, em Porto Alegre, passou ao uso definitivo do MPRS, em junho, com a assinatura do termo de destinação de uso do terreno. A ampliação do atual espaço da sede, onde estão as Procuradorias e Promotorias da Capital, os Centros de Apoio Operacionais e a Procuradoria Geral de Justiça, servirá para unificação dos serviços institucionais e administrativos do MP. “Devido ao constante e vertiginoso crescimento de suas atividades funcionais, os serviços do Ministério Público fo-

ram aceleradamente expandidos e hoje demandam providências administrativas estratégicas para que a Instituição possa permanecer atenta, atuante e eficaz no cumprimento da sua missão constitucional de promotora dos direitos fundamentais do homem, da cidadania e da sociedade”, observa a Procuradora-Geral Simone Mariano da Rocha.

PGJ discute inclusão dos Ministérios Públicos estaduais no Fundo Judiciário

A inclusão dos Ministérios Públicos estaduais no novo fundo a ser criado, baseado nos depósitos judiciais, para atender ao Sistema de Justiça do País foi tema de audiência da Procuradora-Geral de Justiça Simone Mariano da Rocha com o deputado federal José Otávio Germano – autor do Projeto de Lei 7.412/10, elaborado com esse objetivo e em tramitação no Congresso Nacional. Também participaram da audiência o juiz assessor Antonio Vinícius Amaro da Silveira e o Diretor Geral Omar Amorim, ambos do Tribunal de Justiça. Pela iniciativa do parlamentar, o Ministério Público passará a participar do Fundo de Reaparelhamento do Sistema de Justiça, hoje de uso exclusivo pelo Poder Judiciário.

GESTÃO ESTRATÉGICA

Gestão estratégica é o conjunto de decisões e ações que determinam o desempenho de uma organização a longo prazo. Inclui a análise dos ambientes interno e externo, a formulação e implementação da estratégia, a avaliação e o aprendizado. A principal função desse modelo consiste em fazer com que objetivos, projetos e ações definidos sejam sistematicamente gerenciados com vistas à sua implementação e, se

necessário, sejam revisados para melhor consecução da visão de futuro da organização.

O Ministério Público do Rio Grande do Sul possui um modelo de gestão baseado na metodologia do Balanced Scorecard. Assim, a estratégia institucional é traduzida em objetivos, indicadores, metas e projetos. Além disso, o modelo prevê a análise periódica dos resultados alcançados e a realização de reuniões de gestão para avaliação e tomada de decisões com vistas a garantir o alcance dos objetivos propostos, bem como para a correção de rumos, caso necessário. O Mapa Estratégico é a representação gráfica da estratégia e evidencia os desafios que a organização terá que superar para concretizar sua missão e visão de futuro.

Ao longo do ano de 2010, após o processo de revisão dos objetivos, indicadores e metas, que culminou na reformulação do Mapa Estratégico no ano anterior, a Instituição deu seguimento à implantação e disseminação do modelo de gestão, através da realização de reuniões mensais que objetivaram avaliar o andamento dos projetos estratégicos e viabilizar a tomada de decisões para o alcance dos objetivos.

Reuniões Regionais de Gestão

As Reuniões Regionais de Gestão, agendadas para comunicar os resultados alcançados no processo de gestão estratégica e para buscar a adesão aos projetos institucionais e a proposição de projetos regionais ou locais, foram realizadas nas respectivas regiões administrativas do Ministério Público. Essas reuniões de 2010 também apresentaram as questões orçamentárias da Instituição e relataram os assuntos de interesse institucional e administrativo aos representantes das Promotorias da Região. No dia 18 de maio ocorreu, na Promotoria de Justiça de Santana do Livramento, a 1ª

Reunião Regional de Gestão na Região da Campanha. A seguir, foram realizadas as reuniões nas demais regiões administrativas da instituição, todas servindo como excelente instrumento de aproximação entre a Administração e os órgãos de execução e apoio, especialmente no interior.

Nos encontros, o coordenador do Gabinete de Articulação e Gestão Integrada (GAGI), promotor Nilson de Oliveira Rodrigues Filho, apresentou a relação de projetos vinculados aos objetivos estratégicos, e a Diretora-Geral, Janete Menezes Fagundes, detalhou a execução orçamentária da Instituição, com a prestação de contas do ano de 2009 e as projeções orçamentárias para 2010 e 2011.

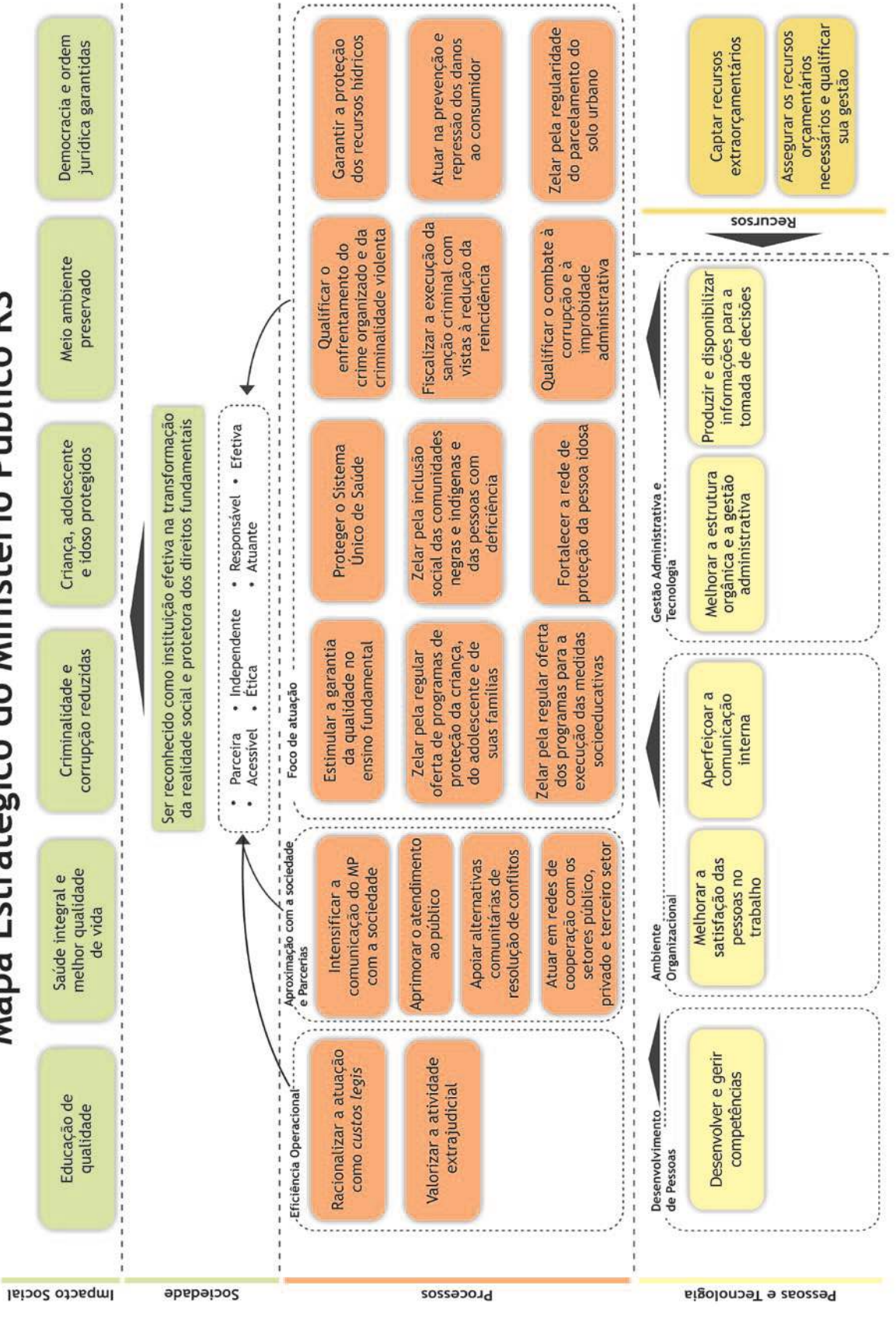
Os Sistemas² RHE (Recursos Humanos) e SGO (Sistema de Gestão e Orçamento), ferramentas de planejamento, compartilhamento e controle da gestão administrativa, também foram apresentados. Ocorreram ainda rodadas de reuniões com os Procuradores de Justiça, com o objetivo de contar com a contribuição e experiência deles para o processo de aprimoramento da gestão. Nelas, a Procuradora-Geral de Justiça abordou a execução orçamentária do Ministério Público, as diretrizes e a implementação dos projetos prioritários da gestão da instituição.

² Sistemas RHE e SGO: para maior detalhamento ver Capítulo Gestão Administrativa, página 144

Mapa Estratégico



Mapa Estratégico do Ministério Público RS



Gestão Institucional

Projetos estratégicos

Além do acompanhamento da implantação de projetos que já estavam em andamento, novos projetos foram incorporados em 2010, como demonstra o quadro a seguir.

OBJETIVO	PROJETO	DESCRIÇÃO
Racionalizar a atuação como custos <i>legis</i>	Racionalização da atuação custos <i>legis</i>	Revisão das atribuições como custos legis com a finalidade de racionalizar as atividades, privilegiando aquelas com maior impacto social (projeto encerrado em 2010).
Valorizar a atividade extrajudicial.	Conciliar	Mobilização das Promotorias de Justiça na busca de solução de expedientes administrativos em tramitação, através da realização de Ajustamentos de Condutas e/ou Acordos, durante o período de 28, 29 e 30 de junho e 1º e 2 de julho de 2010 – Semana do Ministério Público do RS – a fim de apresentar à sociedade gaúcha uma mostra do efetivo impacto social da atuação extrajudicial do Ministério Público.
Intensificar a comunicação do Ministério Público com a sociedade.	Revista da Procuradoria-Geral de Justiça	Elaboração de uma revista da Procuradoria-Geral de Justiça e consolidação do seu processo de editoração.
	Reformulação do site do Ministério Público do Rio Grande de Sul na internet	Criação de portais, realocação de conteúdos, alteração do layout para tornar o site mais atrativo aos visitantes e permitir melhor usabilidade dos recursos e serviços.
Aprimorar o atendimento ao público.	Atendimento ao público na sede do Ministério Público	Implementação do atendimento ao público na sede do Ministério Público (Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, Porto Alegre), executado nos termos propostos pela metodologia definida no projeto de Padronização e Organização Administrativa do Ministério Público.
Apoiar alternativas comunitárias de resolução de conflitos.	Justiça Juvenil Restaurativa na Comunidade – Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)	Implementação e manutenção, em regime experimental de 12 meses, de dois Núcleos de Justiça Juvenil Restaurativa, nas comunidades dos bairros Lomba do Pinheiro e Vila Bom Jesus, em Porto Alegre.
	Justiça Juvenil Restaurativa na Comunidade - Secretaria da Reforma do Judiciário (SRJ)	Implementação e manutenção, em regime experimental de 12 meses, de dois Núcleos de Justiça Juvenil Restaurativa, nas comunidades dos bairros Vila Cruzeiro e Restinga, em Porto Alegre.

OBJETIVO	PROJETO	DESCRIÇÃO
Atuar em redes de co- operação com as áreas pública e privada e o terceiro setor.	Diálogos sobre direitos humanos	Aproximação do Ministério Público aos movimentos sociais, a partir de diálogos francos, abertos e construtivos, que contemplem a busca do conhecimento mútuo e a definição de formas de atuação conjunta para a defesa dos direitos humanos. Realização de mesas de diálogos em seis regiões do Rio Grande do Sul, por meio de exposições sobre a temática feitas por convidados e conversação entre membros do MP-RS e representantes de entidades da sociedade civil organizada. Realização de seminário estadual para ampliação e aprofundamento dos diálogos.
	Bem legal	Destinação - de forma adequada e socialmente relevante - do resultado do combate à contrafação de roupas, calçados e acessórios a entidades selecionadas que auxiliem na descaracterização, acondicionamento e reciclagem do material apreendido, formando um círculo virtuoso de capacitação para o trabalho, renda e assistência às pessoas em condição de vulnerabilidade social.
	Regionalização do Projeto Alquimia	Instalação de unidades do Projeto Alquimia – Transformando “caça-níqueis” em inclusão social – em pelo menos uma cidade-polo de cada núcleo regional do Estado.
	Andanças	Recuperação das calçadas na zona central de Porto Alegre, facilitando o deslocamento de pedestres, através de uma atuação conjunta entre as instituições públicas e privadas tendente à regularização do passeio público, sem prejuízo da implementação das obras que assegurem a acessibilidade.
	Comunidade Ativa Contra as Drogas	Ampliação - através de parcerias com instituições como FAMURS, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria de Segurança Pública, Tribunal de Justiça e Conselho Estadual de Entorpecentes - da criação de Conselhos e Fundos Municipais de Entorpecentes e mobilização da comunidade para o combate à drogadição.
Estimular a garantia da qualidade no ensino fundamental.	Escola Luz	Desenvolvimento de ações locais que estimulem a melhorar a qualidade do ensino fundamental, com foco inicial nos 40 municípios do Rio Grande do Sul que apresentam os piores índices de evasão e repetência.
Zelar pela regular oferta de programas de proteção da criança, do adolescente e de suas famílias.	Proteção Social Articulada	Implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Rio Grande do Sul e controle social da política.
Zelar pela regular oferta dos programas para a execução das medidas socioeducativas.	Livre Socioeducar	Levantamento dos municípios que oferecem programas de medidas socioeducativas em meio aberto no Rio Grande do Sul; implementação de programas de atendimento a adolescentes infratores em todos os municípios do Estado; identificação das principais causas do mau funcionamento dos projetos no âmbito municipal; ampliação e qualificação dos serviços de atendimento socioeducativo não privativos de liberdade implantados.

Gestão Institucional

OBJETIVO	PROJETO	DESCRIÇÃO
Proteger o Sistema Único de Saúde.	Fortalecer o Controle Social	Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Saúde, responsáveis pelo controle social da saúde, a partir da regularização de sua composição, buscando um equilíbrio em sua representação e qualificação de seus integrantes, por meio de curso presencial e virtual, sanando dúvidas sobre saúde pública e demais temas pertinentes.
	Medicamentos	Auxílio aos fluxos da assistência farmacêutica no Rio Grande do Sul, criando redes municipais e no Estado, padronizando procedimentos para uma melhora na dispensação dos medicamentos e diminuindo, por conseguinte, a judicialização.
Zelar pela inclusão social das comunidades negras e indígenas e das pessoas com deficiência.	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas Escolas Municipais	Fiscalização da aplicação da lei que torna obrigatório o ensino da história da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino fundamental e médio (conforme redação atual dos arts. 26 e 26-A da Lei Federal nº 9.394/96 – LDB).
	Município Legal é Município Acessível	Parceria com a FAMURS, o CREA-RS e o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para que em nenhum município do Rio Grande do Sul seja permitida a construção de novas obras ou reformas de obras já existentes sem a previsão da acessibilidade. Também busca que os municípios prevejam, gradualmente, acessibilidade de obras já existentes.
Fortalecer a rede de proteção da pessoa idosa.	Idosos em ILPI's: Garantia de Direitos em Foco!	Desenvolvimento de ferramenta institucional que possibilite aos Promotores de Justiça atuar na fiscalização das ILPIs de forma proativa junto às suas comunidades, por meio de redes de cooperação com os demais órgãos fiscalizadores, com o poder público e com a sociedade civil organizada, a fim de gerar sustentabilidade e efetividade de atuação, com mecanismos de permanência do processo de fiscalização periódica.
Qualificar o enfrentamento do crime organizado e da criminalidade violenta.	Criação e Estruturação do Núcleo de Apoio ao Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Estruturação de Núcleo de Apoio para o fortalecimento da atuação institucional no combate à violência doméstica e familiar, com desenvolvimento de uma gestão do conhecimento que permita aos Promotores de Justiça qualificar suas intervenções judiciais e extrajudiciais para garantir a adoção de mecanismos eficazes à proteção física e moral da mulher vítima de violência. Promoção de uma cultura de proteção à família e à mulher em situação de risco; realização de levantamento das redes de proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar em todo o Estado e de campanhas educativas sobre o tema.
	SIMBA MPRS	Adoção do Sistema de Movimentação Bancária (SIMBA), ferramenta desenvolvida pela Procuradoria Geral da República para auxiliar o processamento de registros e dados de sigilo bancário afastado mediante ordem judicial e reduzir significativamente o tempo de resposta das instituições bancárias, além de padronizar um layout adequado às exigências de uma análise criteriosa dessas informações, sob a ótica de um efetivo combate à "lavagem" de dinheiro.

OBJETIVO	PROJETO	DESCRIÇÃO
Qualificar o enfrentamento do crime organizado e da criminalidade violenta.	Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro	Implantação de Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-RS) nos termos do modelo do Laboratório do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (LAB-LD), com a previsão de ações de capacitação e treinamento de servidores, transferência de tecnologia e metodologia e a verificação de seu uso e adaptação.
	GAECOS	Criação de grupos de combate à criminalidade em algumas das regiões administrativas do Ministério Público, com uma proposta inicial baseada no estudo das experiências sobre o tema em outros Estados para, a partir daí, apresentar a proposta à Administração e buscar a implementação dos grupos para o efetivo funcionamento.
	Combate ao Crack e Outras Drogas	Fomento à adoção da metodologia de Planejamento e de Gestão Sistêmicos com foco prioritário nas drogas, especialmente o crack, para mapear e integrar as necessidades, possibilidades e atividades exigidas para garantir, com efetividade, a prevenção, o tratamento e a repressão ao uso e tráfico. Fomento e criação de redes de cooperação, com atividades de seleção inicial de cases, sensibilização - com coleta de informações junto às Promotorias de Justiça de outros projetos já implementados ou em andamento sobre o tema, estímulo aos Promotores de Justiça buscando a adesão ao projeto, elaboração de materiais para subsidiar sua atuação, construção de banco de dados, capacitação e divulgação.
Fiscalizar a execução da sanção criminal com vistas à redução da reincidência.	Limitação de Fim de Semana	Incremento e incentivo ao estabelecimento de sanções alternativas, especialmente quanto à Limitação de Fim de Semana, como forma de colaborar com a redução da reincidência.
Qualificar o combate à corrupção e à improbidade administrativa.	O que você tem a ver com a corrupção	Tratamento da corrupção sob o enfoque preventivo, com a retomada da campanha a partir de 2010, coincidindo com o início do ano letivo e ano eleitoral; realização de um projeto piloto em uma escola da rede pública objetivando o desenvolvimento de conteúdos pedagógicos com ênfase em valores, ética, cidadania, identidade, identificação e prevenção da corrupção, bullying, evasão fiscal, pirataria; realização de projetos pedagógicos pontuais para habilitar os professores a inserirem esses temas no dia a dia do ensino das disciplinas curriculares.
Garantir a proteção dos recursos hídricos.	Execução das Redes Ambientais	Viabilização da execução das Redes Ambientais, através da definição de atribuições do Promotor de Justiça, regulamento, formatação física, procedimental e de condução dos inquéritos civis regionais instaurados.
	Projeto Piloto de Atuação Ambiental Regionalizada	Instituição de grupo de trabalho para definir a forma de atuação regionalizada, as atribuições do promotor com atuação regional e o regulamento, a configuração física, procedimental e técnica para garantir a execução dos inquéritos civis regionais

Gestão Institucional

OBJETIVO	PROJETO	DESCRIÇÃO
Atuar na prevenção e repressão dos danos ao consumidor.	Não ao Apagão	Orientação da atuação das Promotorias de Justiça, através de Termo de Ajustamento de Conduta, para um acompanhamento mais intenso na aferição da qualidade da energia elétrica e da observância dos ajustes, propiciando a compensação quando houver falha no serviço.
	Consumidor Consciente	Palestras, reuniões e disponibilização de cartilhas voltadas à informação dos consumidores, com enfoque interinstitucional e interdisciplinar.
Zelar pela regularidade do parcelamento do solo urbano.	Incentivo à Regularização Fundiária	Parceria com os órgãos interessados em promover a sensibilização dos gestores municipais acerca da importância da regularização fundiária para os municípios. Realização de eventos de sensibilização em seis regiões administrativas.
	Adequação dos Planos Diretores	Mapeamento dos municípios que possuem obrigatoriedade na elaboração de Planos Diretores, considerando o art. 41, incs. I e II, do Estatuto da Cidade, com posterior avaliação quanto ao conteúdo de tais leis e sua identificação com as determinações do Estatuto da Cidade, para que sejam tomadas providências, em caso de desatendimento à Lei nº 10.257/01.
Desenvolver e gerir competências.	EAD - Tecnologia para educação a distância	Criação de plataforma de educação a distância, com a possibilidade de produção, gerenciamento e transmissão de objetos educacionais por meios multimídia.
	Reformulação do Programa de Formação de Gestores	Proposição de novos conteúdos, módulos e metodologias.
Melhorar a satisfação das pessoas no trabalho.	Pesquisa de Clima	Aplicação de pesquisa para aferir a satisfação de membros e servidores em relação a diferentes dimensões relacionadas ao trabalho na Instituição, cujos resultados poderão embasar a elaboração de projetos de melhoria.
	Plano de Cargos, Carreiras e Salários	Redesenho dos cargos e criação de uma política salarial para os servidores do Quadro de Provimento Efetivo da PGJ, com plano de carreira e sistema de recompensas baseado no mérito e na formação continuada.
Aperfeiçoar a comunicação interna.	Modernização da página da Intranet	Reestruturação da página da intranet para melhorar a sua usabilidade, dividindo-a em portais para que haja um enxugamento da página inicial, permitindo, assim, uma visão mais coerente das informações e sistemas.
	Wiki MP	Implantação de software na rede do Ministério Público, de modo que seus membros possam colocar suas experiências e atualizar as informações disponibilizadas.
	Sessões Online	Instalação de equipamentos e metodologia para transmitir de forma online as Sessões do Conselho Superior do MP e do Órgão Especial do Colégio de Procuradores.

OBJETIVO	PROJETO	DESCRIÇÃO
Melhorar a estrutura orgânica e a gestão administrativa.	Padronização e Organização Administrativa do Ministério Público (PROPAD)	Implantação e padronização dos fluxos, rotinas, atividades e tarefas nas Promotorias de Justiça; padronização da organização da sua estrutura funcional, aqui entendida como um modelo de disposição de órgãos (padrão organizacional) e funções a serem executadas pelos diversos cargos existentes; implantação de um modelo de avaliação da conformidade, com vistas à certificação das Promotorias de Justiça.
	Regionalização e gestão compartilhada	Democratização e transparência da gestão administrativa do Ministério Público com a criação do Conselho de Gestão Compartilhada, do Coordenador Administrativo Regional e do Diretor de Promotorias.
	Eleições eletrônicas	Criação de sistema para realizar eleições eletrônicas no Ministério Público, a partir de estudo de viabilidade, execução do projeto, testes nas eleições para os representantes do Conselho de Gestão Compartilhada.
Produzir e disponibilizar informações para a tomada de decisões.	Taxonomia	Levantamento da necessidade de dados para propor sua classificação estruturada e sua aderência aos processos padronizados no âmbito do MP-RS e a classificação produzida junto ao Conselho Nacional do Ministério Público, para a consolidação em nível nacional.
	Sistema Gerenciador do Ministério Público	Modernização do sistema de operação e gestão da atividade-fim do MPRS, contemplando inovações como requisitos de interface, taxonomia e possibilidade de uso de certificação digital, entre diversas outras facilidades.
	Inquérito civil eletrônico	Definição dos requisitos, modelos e normativa para adequar o Inquérito Civil ao previsto na Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006.
	GeoPR/MP-RS	Disponibilização aos Agentes Ministeriais do acesso a banco de dados georreferenciados por meio de serviço da Internet do Ministério Público.
Assegurar os recursos orçamentários necessários e qualificar sua gestão.	Apropriação de custos	Implementação de metodologia que viabilize a mensuração de todos os itens de despesas em cada área ou em cada projeto considerado estratégico pela Administração, de forma que se estabeleça uma relação custo-benefício que permita avaliar a real eficácia da ação ou do projeto.

GESTÃO COMPARTILHADA

A Gestão Compartilhada busca fomentar a descentralização da gestão administrativa, promover a integração entre os órgãos de Administração e Execução e fortalecer a transparência e a democracia no âmbito institucional. O Conselho de Gestão Compartilhada³,

criado por meio do Provimento n.º 57/2009, tem por atribuição opinar em questões administrativas e institucionais, elencar prioridades do Ministério Público para fins de encaminhamento e decisão do Procurador-Geral de Justiça, além de contribuir com a formulação de projetos prioritários no âmbito da Gestão Estratégica da Instituição. Em 2010 o Conselho realizou

³ O Conselho de Gestão Compartilhada é composto por 19 membros: 16 Promotores de Justiça, eleitos por seus pares da região, dois Procuradores de Justiça – o Coordenador da Procuradoria de Justiça Cível e o Coordenador da Procuradoria de Justiça Criminal – e pelo Presidente, membro da Administração Superior designado pelo Procurador-Geral de Justiça.

Gestão Institucional

seis reuniões, tendo nelas sido discutidos, entre outros assuntos:

- o regimento interno, que foi aprovado;
- a proposta orçamentária do Ministério Público para 2011;
- as solicitações referentes a custeio e investimento feitas por cada Região Administrativa por meio do Sistema de Gestão Orçamentária – SGO;
- a adoção de novo logotipo institucional.

Ainda dentro de suas funções, os representantes regionais avaliaram e validaram diversas propostas resultantes das oficinas realizadas em Bento Gonçalves, durante o evento “Construindo uma Nova Gestão no Ministério Público”, nas áreas criminal, cível e patrimônio público, infância e juventude, defesa do consumidor, meio ambiente, direitos humanos e ordem urbanística.

Em novembro, realizou-se a primeira eleição eletrônica da história do Ministério Público para escolher re-

presentantes, titulares e suplentes de cada uma das Regiões Administrativas para a Gestão 2011.

Além disso, foi enviado à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 145/2010, para a criação das funções de Diretor das Promotorias de Justiça e de Coordenador Administrativo Regional, bem como redefine as atribuições da função de Coordenador da Promotoria de Justiça.

O Diretor de Promotoria⁴ de Justiça tem como principais atribuições a implementação da Política de Gestão Administrativa nas Promotorias de Justiça e o encaminhamento de sugestões para a elaboração do planejamento e da gestão estratégica do Ministério Público. O Coordenador Administrativo Regional é responsável por consolidar as demandas da Região Administrativa para fins de elaboração da proposta orçamentária, acompanhar a execução orçamentária da Região Administrativa e representar os interesses da Região junto ao Procurador-Geral de Justiça.



Evento Construindo Uma Nova Gestão do Ministério Público

Representantes no Conselho de Gestão Compartilhada-2010

REGIÃO	COMARCAS	REPRESENTANTE
R1 Região das Missões	Campina das Missões, Catuípe, Cerro Largo, Giruá, Guarani das Missões, Horizontina, Porto Xavier, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, Santo Cristo, São Luiz Gonzaga, Três de Maio, Tucunduva.	•Titular: Janor Lerch Duarte •Suplente: Ricardo Melo de Souza
R2 Região do Médio Uruguai	Campo Novo, Constantina, Coronel Bicaco, Crissiumal, Frederico Westphalen, Iraí, Nonoai, Palmeira das Missões, Planalto, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Santo Augusto, Sarandi, Seberi, Tenente Portela, Três Passos.	•Titular: Marcelo José da Costa Petry •Suplente: Dinamárchia Maciel de Oliveira
R3 Região Planalto	Campinas do Sul, Carazinho, Casca, Erechim, Espumoso, Getúlio Vargas, Gaurama, Marau, Marcelino Ramos, Não-Me-Toque, Passo Fundo, São Valentim, Soledade, Tapejara, Tapera.	•Titular: Mário Luiz Guadagnin •Suplente: Luciano Vaccaro
R4 Região do Alto Jacuí	Augusto Pestana, Cruz Alta, Ibirubá, Ijuí, Panambi, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Tupanciretã.	•Titular: Felipe Teixeira Neto •Suplente: Tânia Maria Schneider Cavalini
R5 Região da Serra	Antônio Prado, Bento Gonçalves, Canela, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Feliz, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, Nova Prata, São Francisco de Paula, São Marcos, Veranópolis.	•Titular: Adrio Rafael Paula Gelatti •Suplente: Elcio Remini Meneses
R6 Região do Vale do Taquari	Arroio do Meio, Arvorezinha, Encantado, Estrela, General Câmara, Guaporé, Lajeado, Taquari, Teutônia, Triunfo, Venâncio Aires.	•Titular: Neidemar José Fachinetto •Suplente: Rosangela Mazzuco
R7 Região dos Campos de Cima da Serra	Bom Jesus, Lagoa Vermelha, Sananduva, São José do Ouro, Vacaria.	•Titular: Eduardo Só dos Santos Lumertz •Suplente: Luziharin Carolina Tramontina
R8 do Vale do Rio Pardo	Arroio do Tigre, Cachoeira do Sul, Candelária, Encruzilhada do Sul, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sobradinho, Vera Cruz.	•Titular: João Ricardo Santos Tavares •Suplente: Elemar Gräbner
R9 Região Central	Agudo, Cacequi, Faxinal do Soturno, Jaguari, Júlio de Castilhos, Restinga Seca, Santa Maria, Santiago, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul.	•Titular: Sandro Loureiro Marones •Suplente: Fernando Chequim Barros

Gestão Institucional

REGIÃO	COMARCAS	REPRESENTANTE
R10 Região da Fronteira Oeste	Alegrete, Itaqui, Quaraí, São Borja, São Francisco de Assis, Uruguaiana.	•Titular: Alessandra Moura Bastian da Cunha •Suplente: Carolina Barth Loureiro
R11 Região da Campanha	Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Lavras do Sul, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel.	•Titular: Lisiane Villagrande Veríssimo da Fonseca •Suplente: Sérgio Cornelles Matheus
R12 Região Sul	Arroio Grande, Camaquã, Canguçu, Herval, Jaguarão, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul.	•Titular: Rogério Meirelles Caldas •Suplente: Paulo Roberto Gentil Charquero
R13 Região do Litoral	Capão da Canoa, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Torres, Tramandaí.	•Titular: Luciana Cano Casarotto •Suplente: Caroline Gianlupi
R14 Região Metropolitana	Campo Bom, Dois Irmãos, Esteio, Igrejinha, Montenegro, Novo Hamburgo, Parobé, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara, Três Coroas.	•Titular: José Nilton Costa de Souza •Suplente: Rodrigo da Silva Brandalise
R15 Região Metropolitana do Delta do Jacuí	Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Barra do Ribeiro, Butiá, Charqueadas, Eldorado do Sul, Estância Velha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Portão, São Jerônimo, Tapes, Viamão.	•Titular: André Fernando Janson Carvalho Leite •Suplente: Ivana Kist Huppés Ferrazzo
R16 Região Porto Alegre	Porto Alegre.	•Titular: Alexandre Sikinowski Saltz •Suplente: Carmen Guilhembernard Kosachenco

CONSTRUINDO UMA NOVA GESTÃO NO MINISTÉRIO PÚBLICO

Entre os dias 26 e 28 de maio de 2010, ocorreu, em Bento Gonçalves, o evento “Construindo uma nova gestão no Ministério Público”, com o objetivo de promover um ambiente de debate e reflexão sobre o projeto voltado à descentralização da gestão institucional, da regionalização administrativo-funcional. O encontro também serviu para prospectar possibilidades para o

desenvolvimento das atribuições ministeriais em áreas especializadas.

Ao longo do evento, ocorreram palestras sobre temas como administração, comunicação e gestão. Luciano Pires, jornalista e escritor, proferiu a palestra “O Meu Everest”, que busca incentivar as pessoas a agir em busca de seus sonhos, sair do planejamento para a execução. Essa palestra é baseada na experiência da viagem que Luciano realizou ao Campo Base da maior montanha do mundo, o Everest.

A administradora e consultora Patrícia Marins falou sobre “A importância de Comunicar”, num momento em que a sociedade está cada vez mais rigorosa no que diz respeito à transparência de órgãos públicos. Destacou a necessidade de estratégias e adoção de práticas que qualifiquem a comunicação, tanto interna quanto externamente. “A imagem é feita de uma boa reputação, e reputação se constrói com credibilidade, confiança e percepção”.

A psicóloga e doutoranda Patrícia Kirst proferiu a palestra “Gestão de coletivos e o compartilhamento de responsabilidades: o Desafio da Criação de Atitudes”, que, entre outros objetivos, sensibilizou os participantes para atitudes e comportamentos pró-ativos, integradores e potencializadores de mudança.

A Diretora-Geral, Janete Menezes Fagundes, abordou as “Ferramentas de Compartilhamento da Gestão do Ministério Público”, entre elas o Sistema de Gestão Orçamentária, fundamental no processo de regionalização, descentralização de responsabilidades e transparência de gestão.

Os membros da Instituição participantes do encontro, organizados em grupos, dedicaram-se à realização de oficinas temáticas a partir da proposta dos Centros de Apoio Operacional para elaborar alternativas para regionalizar a atuação do Ministério Público.

Os resultados das oficinas foram discutidos e analisados no Conselho de Gestão Compartilhada, sob a presidência do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Delmar Pacheco da Luz. O Conselho encaminhou à Procuradora-Geral de Justiça, Simone Mariano da Rocha, manifestação unânime de apoio à ideia de regionalização para as diversas áreas.

“Vi iniciativas inovadoras, coragem e disposição dos colegas, manifestando compromisso com o interesse público. Isso nos deixa cada vez mais forte. Vi aquele Ministério Público propositivo e resolutivo, para apresentar os resultados esperados pela sociedade que bate à porta”.

Simone Mariano da Rocha, Procuradora-Geral de Justiça



Procuradora-Geral, Simone Mariano da Rocha no evento



Aproximação com a Sociedade



Programas, projetos e iniciativas levam o MPRS
para mais perto dos cidadãos

Aproximação com a Sociedade

Programa reúne principais projetos sociais

O Programa Portas Abertas do MP foi lançado em 2010.



Por meio desse importante instrumento de gestão, que reúne os principais projetos de alcance social, o Ministério Público vem ampliando o diálogo interno e se colocando mais acessível à população. O programa iniciou com 17 ações, divididas nas áreas de Gestão, Comunidade e Direitos, e está permanentemente abrigando novas iniciativas de impacto institucional e social.

Na área de Gestão encontram-se os Projetos que visam à democratização da gestão, à ampliação dos canais de atendimento ao público e de comunicação. A área Comunidade reúne projetos que buscam soluções para problemas sociais e ações de aproximação com a sociedade. A área de Direitos abriga, por exemplo, um projeto criado para dar destinação adequada às mercadorias apreendidas no trabalho de combate à pirataria, propiciando capacitação para o trabalho, renda e assistência às pessoas em condições de vulnerabilidade social.



Banner de lançamento do programa no prédio do Ministério Público

Revista Ampla aproxima MP dos públicos internos e externos

Dentro dos objetivos de “Intensificar a comunicação do Ministério Público com a Sociedade” e “Aperfeiçoar a comunicação interna”, o Ministério Público do Rio Grande do Sul idealizou, desenvolveu e lançou a Revista AMPLA. Essa publicação trimestral surgiu para dar transparência às ações e para ser um canal representativo de integração interna e externa que possibilite maior aproximação com a sociedade.



A primeira edição, em maio de 2010, abordou iniciativas como o Programa Portas Abertas, os resultados alcançados, um giro pelas Promotorias do Interior, o trabalho das Subprocuradorias de Justiça e exemplos de iniciativas em outros assuntos.

Na segunda, publicada em setembro de 2010, deu-se destaque às eleições gerais no País, que mobilizaram não apenas a sociedade, mas também os órgãos de fiscalização que garantem a lisura do processo. Além disso, trouxe um panorama completo das atividades das Subprocuradorias-Gerais de Justiça (Assuntos Jurídicos, Assuntos Institucionais e Assuntos Administrativos), dos Centros de Apoio Operacional (Direitos Humanos, Meio Ambiente, Infância e Juventude, Criminal, Consumidor, Cível e Patrimônio e Ordem Urbana) e da atuação dos membros do Ministério Público por todo o Estado.

A terceira edição, publicada em dezembro, apresentou o ponto de vista do presidente do Conselho Nacional de Procuradores Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE), Fernando Grella Vieira, um panorama dos diversos Centros de Apoio Operacionais (CAOS's), matérias sobre a atuação do Núcleo Integrado de Investigações Criminais (NIIC), sobre a descentralização baseada na regionalização e na gestão compartilhada. Também incluiu uma entrevista com a instrutora norte-americana Kay Pranis sobre a justiça restaurativa, finalizando com o "giro pelas promotorias".

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Atendimento ao Público na Sede

O compromisso do Ministério Público com a qualidade do atendimento ao grande número de usuários de seus serviços na sede institucional, onde funcionam Promotorias e Procuradorias de Justiça, impõe constante aperfeiçoamento. *O Projeto de Atendimento ao Público na Sede* já está com a obra para esse atendimento licitada, com conclusão prevista para maio de 2011.

Dados Estatísticos do Atendimento ao Público:

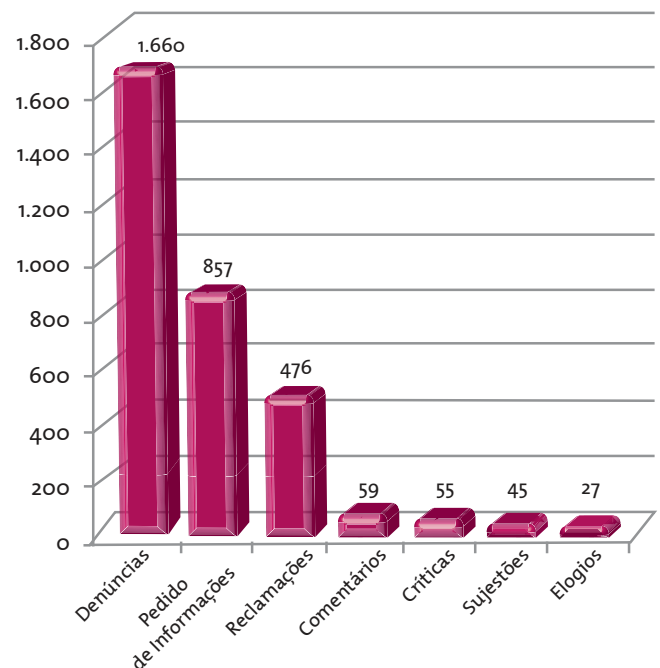
ANO	PESSOAS ATENDIDAS
2007	70.407
2008	107.924
2009	102.933
2010	106.370
TOTAL	387.634

Dados estatísticos da Ouvidoria do Ministério Público:

A Ouvidoria é um canal de comunicação do Ministério Público do Rio Grande do Sul com a sociedade, um espaço para o cidadão manifestar-se, encaminhar reclamações, denúncias, críticas, comentários, elogios, pedidos de informação ou sugestões. O contato pode ser feito por telefone, fax, correspondência ou preenchimento de formulário online, pelo endereço <http://www.mp.rs.gov.br/ouvidoria>.

Em 2010, foram protocolados 3.179 atendimentos na Ouvidoria. Estima-se que 70% das manifestações tenham sido recebidas pela Internet, enquanto que os demais protocolos foram formalizados através do atendimento pessoal, por telefone e por fax. As manifestações recebidas são classificadas como: denúncia, pedido de informação, reclamação, sugestão, comentário, crítica e elogio.

Manifestações Recebidas em 2010: 3.179



Aproximação com a Sociedade

Projeto Conciliar

O *Projeto Conciliar* marcou a abertura da Semana do Ministério Público – de 28 de junho a 2 de julho -, como uma ação articulada de todas as Promotorias de Justiça do Rio Grande do Sul, na busca de soluções efetivas para os expedientes em tramitação, através da assinatura de Termos de Ajustamento de Condutas (TAC's) e Acordos com os responsáveis legais (públicos ou privados), demonstrando os impactos socioambientais positivos de sua atuação extrajudicial.

Os TAC's são documentos por meio dos quais as partes firmam compromisso de providenciar soluções quando há violação de algum direito da sociedade. Seu descumprimento pode gerar pagamento de multa. Os acordos foram firmados em diversas áreas, como defesa do meio ambiente, urbanismo, consumidor, patrimônio público, infância e juventude e direitos humanos.

Os principais resultados obtidos demonstram a potencialidade de o Ministério Público resolver questões e demandas sociais, com celeridade e efetividade, sem a ne-

cessidade de ajuizar ações perante o Poder Judiciário.

“A ação tem como propósito fortalecer a atuação extrajudicial da Instituição. É um trabalho de grande relevância, e procuramos demonstrar à sociedade que o Ministério Público é resolutivo na solução de conflitos”.

Simone Mariano da Rocha, Procuradora-Geral de Justiça.

“A ação torna mais ágil a condução dos processos e reduz, também, a demanda no Judiciário. A conciliação busca tornar compatíveis os interesses das partes, garantindo o cumprimento da Lei”.

Júlio Almeida, gerente do projeto e coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente



Apresentação dos resultados pelo Promotor de Justiça Neidemar Fachinetto

Resultados quantitativos:

- 222 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) firmados;
- 82 acordos celebrados;
- 63 audiências realizadas;
- 204 pessoas atendidas;
- R\$ 93,4 mil destinados a fundos de proteção do Meio Ambiente;
- R\$ 23,9 mil para a Infância e Juventude;
- R\$ 5 mil para fundos de proteção dos Direitos do Consumidor.

Resultados Qualitativos por área:

ÁREA	RESULTADOS
INFÂNCIA E JUVENTUDE	1. Proibição de venda de bebidas alcoólicas para adolescentes (Gravataí/Três Passos/Santo Ângelo)
	2. Retorno de 11 crianças à escola (Giruá/Campina das Missões/Portão)

ÁREA	RESULTADOS
INFÂNCIA E JUVENTUDE	3. Acordo visando o combate à adoção ilegal (Caxias do Sul)
	4. Implantação do projeto “CRAQUE NÃO USA CRACK” (Igrejinha)
	5. Apresentação do projeto “ESCOLA-LUZ” (Lajeado/Caxias do Sul)
	6. Controle de Ingresso de adolescentes em blocos de carnaval (Santa Cruz do Sul)
MEIO AMBIENTE	1. Cinquenta e nove hectares de área reflorestada, o equivalente a 49.558 mudas
	2. Compromisso do plantio de 16.917 mudas
	3. Implantação de projeto de educação ambiental
	4. Regularização e cessação de atividades irregulares
	5. Projeto para identificação de propriedades que lançam esgoto cloacal em recursos hídricos
	6. Projetos de recuperação de áreas degradadas
	7. Projeto de recuperação e restauração do prédio da antiga Livraria do Globo
DIREITOS DO CONSUMIDOR	1. Apreensão de 750 kg de produtos impróprios para o consumo (Lagoa Vermelha/Vacaria)
	2. Cessação e regularização de 26 atividades (diversos municípios)
	3. Termo de cooperação para fiscalização da qualidade do leite (São Borja/CAO Consumidor/ Porto Alegre)
DIREITOS HUMANOS	1. Criação de leitos hospitalares (Vacaria/Igrejinha)
	2. Cinco internações para tratamento de drogadição (Vacaria)
	3. Gestão de fundo de saúde (Erechim)
	4. Audiência sobre acessibilidade aos estabelecimentos bancários (Pedro Osório)
	5. Qualificação de casas de repouso e saúde (Viamão)
	6. Disponibilização de médico em hospital (Jaguari)
	7. Criação de Conselho Municipal do Idoso (Igrejinha)
	8. Implantação de atendimento de emergência fora dos horários de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (Erechim)

Aproximação com a Sociedade

ÁREA	RESULTADOS
ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS	1. Regularizações de nove loteamentos referentes a parcelamento do solo (Faxinal do Soturno/Lajeado/Gravataí)
	2. Implantação de cinco planos de proteção contra incêndio (PPCI)
	3. Preservação de prédio de valor histórico (Santa Maria/Pelotas/Porto Alegre)
	4. Duas adaptações do uso do solo ao respectivo zoneamento (Lajeado)
CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	1. Regularização do transporte público municipal por meio de licitação (Piratini)
	2. Regularização do transporte escolar (Esperança do Sul)
	3. Medidas para regulamentar contratações no serviço público (diversos municípios)
CRIMINAL	1. Melhoria do serviço 190 (Esteio)

Justiça Juvenil Restaurativa na Comunidade

O *Projeto Justiça Juvenil Restaurativa na Comunidade* tem por principal atribuição a implantação de centrais de práticas restaurativas em quatro bairros da periferia de Porto Alegre, para atendimento do adolescente autor de ato infracional de pequeno potencial ofensivo. Concebido no contexto do *Programa Portas Abertas*, o Projeto responde ao objetivo estratégico de apoiar alternativas comunitárias de resolução de conflitos e está em sintonia com o *Programa Justiça para o Século 21*, iniciativa interinstitucional liderada pela Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul e que tem por finalidade instituir a Justiça Restaurativa no âmbito da Justiça Juvenil de Porto Alegre. O Projeto é financiado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e pela Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça e conta com o apoio institucional do Poder Judiciário, da Defensoria Pública e de outras inúmeras entidades governamentais e não governamentais do Estado e do Município. As populações beneficiadas, nessa fase inicial, são as regiões da Lomba do Pinheiro, Bom Jesus, Cruzeiro e Restinga, em Porto Alegre.

Em 2010, as ações desenvolvidas responderam aos eixos da estruturação, mobilização social e formação. Em termos de estruturação, além da contratação de duas entidades não governamentais para a execução das ações e dos recursos humanos para a realização dos trabalhos, foram adquiridos os bens necessários para a instalação das centrais. No âmbito do eixo da mobilização social, foram visitadas as principais organizações públicas e da sociedade civil com atuação nas regiões escolhidas para engajá-las na execução do Projeto e aproximá-las da temática da Justiça Restaurativa, o que envolveu principalmente as áreas da educação e segurança e os dirigentes dos programas de execução das medidas socioeducativas de meio aberto. Foi possível pactuar um novo fluxo de atendimento, atividade a que se engajou a Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre, responsável pela operacionalidade virtual dos encaminhamentos. Em relação ao eixo da formação, 256 lideranças comunitárias participaram de 16 workshops de oito horas-aula sobre Justiça Restaurativa, 160 pessoas frequentaram quatro cursos de Iniciação em Justiça Restaurativa, de 48 horas-aula cada curso, e, finalmente, 116 voluntários estão em vias de preparação para

exercerem as funções de coordenadores dos encontros restaurativos, formação que prevê, além de um curso inicial de 48 horas-aula, a realização de estágio prático e de supervisão continuada.

As quatro Centrais Comunitárias registraram, já em 2010, o total de 115 pessoas atendidas. A maioria dos atendimentos tem origem nas 59 escolas municipais e estaduais existentes nessas regiões. E é no contexto da proximidade e de atenção diferenciada à violência nas escolas que o Projeto pretende justificar-se, para o que contribuiu a realização, no auditório do Ministério Público, de dois seminários internacionais sobre Justiça Restaurativa. Em agosto, sob o tema Justiça Restaurativa, inovação e desenvolvimento social, um diálogo Norte-Sul, estiveram em Porto Alegre os professores canadenses João Salm, Brenda Morrison e Elizabeth Elliot, membros do Centro de Justiça Restaurativa da Escola de Criminologia da Universidade Simon Fraser

- Burnaby, British Columbia, Canadá, com destaque para a abordagem do uso dos princípios, valores e forma de proceder da Justiça Restaurativa para o atendimento das situações de bullying no universo escolar. Em outubro, a professora norte-americana Kay Pranis falou sobre processos circulares: ferramenta para intervenção e prevenção no trabalho de jovens, a partir das experiências desenvolvidas em Minnesota (EUA), seminários, cada um, com a participação de mais de 400 pessoas.

O desafio do Projeto para 2011 será o de aprofundar os conhecimentos sobre a matéria como base para o diálogo entre as áreas da Justiça e da Educação e aumentar os atendimentos. Trata-se de uma experiência piloto, com a perspectiva de contribuir positivamente para a pacificação das comunidades e para a diminuição dos níveis de violência entre os jovens, notadamente nos espaços escolares.



Inauguração Central Lomba do Pinheiro



Seminário Internacional Brasil-Canadá



Encerramento do Curso de Iniciação da Vila Restinga



Formatura Líderes Comunitários Vila Bom Jesus



Formatura Líderes Comunitários Vila Cruzeiro

Aproximação com a Sociedade

Projeto Bem Legal



O *Projeto Bem Legal* procura dar uma destinação social para produtos apreendidos nas operações desencadeadas contra a criminalidade, a partir de customização desses produtos com o objetivo de descaracterizar as marcas pirateadas. O projeto faz parte do *Programa Portas Abertas* do Ministério Público e atende ao objetivo do Mapa Estratégico de “Atuar em redes de cooperação com os setores público, privado e terceiro setor”.

Dentro do Projeto, foi realizado um evento denominado “Gre-Nal Legal” em comemoração ao Dia da Criança e como forma de combater a pirataria. O evento ocorreu no Instituto Renascer da Esperança, no bairro Restinga, em Porto Alegre. A iniciativa do Ministério Público contou com a parceria de Grêmio e do Internacional. Foram distribuídas aos jovens da comunidade camisetas e brindes dos dois clubes de futebol gaúchos. As mercadorias, embora pirateadas na origem, receberam o selo do *Bem Legal*. A doação correspondeu à retirada de circulação de mais de 15 toneladas de peças de vestuário e acessórios falsificados.

Também dentro do *Projeto Bem Legal*, o Instituto do Câncer Infantil realizou em novembro de 2010 - em comemoração ao Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantojuvenil - a entrega de peças de vestuário doadas pelo Ministério Público, através do Bem Legal, para famílias necessitadas que utilizam a Casa de Apoio do Instituto. As doações tiveram origem em apreensões de produtos pirateados que foram customizados para descaracterizar as marcas. A Casa de Apoio possui 54

leitos disponíveis para abrigar crianças, acompanhadas de suas mães nos casos de estas necessitarem de local para permanecer durante tratamento contra o câncer. A casa foi iniciativa do Instituto do Câncer Infantil e é administrada pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

AÇÕES REALIZADAS

Operação Veraneio 2010

Diante do expressivo aumento da população nos meses de janeiro e fevereiro nas praias do Litoral Norte e do acréscimo significativo da demanda de trabalho nessas localidades durante o período, o Ministério Público implementou, nas Promotorias de Justiça de Tramandaí, Capão da Canoa e Torres, mais uma edição do *Programa Veraneio*. A iniciativa visou buscar o diálogo e a aproximação com a sociedade, bem como dar maior visibilidade e credibilidade à Instituição.

Nessa edição, foram prestados 765 atendimentos ao público e tramitaram no Ministério Público, durante esses dois meses, 3.639 processos, a grande maioria versando sobre matéria criminal (2.542), tendo os Promotores de Justiça participado de 2.375 audiências judiciais e extrajudiciais.

Pesquisa de opinião efetuada durante a realização do programa revela que, em média, 98,5% dos entrevistados avaliaram de forma positiva os serviços prestados pela Instituição. Dentre as iniciativas que mereceram destaque durante a edição 2010 do evento, citam-se os resultados das operações da Força-Tarefa de Combate aos Jogos Ilícitos, conforme o quadro a seguir:

AÇÕES	RESULTADOS
Mandados de busca e apreensão cumpridos	127
Máquinas caça-níqueis apreendidas	874
Recursos financeiros apreendidos	R\$ 52.674,30
Pessoas indiciadas	150
Outras apreensões	1.505 CDs piratas 5.000 peças de vestuários piratas 482 pares de tênis piratas Outros objetos: computadores, monitores de vídeo, laptops, celulares

Operações conjuntas com Departamento de Polícia do Interior e com a Corregedoria da Polícia Civil

Outras iniciativas relevantes foram:

- Assinatura do Termo de Cooperação Técnica e Operacional com o Instituto Igor Carneiro (FICAR) e com a Fundação Thiago de Moraes Gonzaga (Vida Urgente), fortalecendo o combate ao uso de bebidas alcoólicas e drogas por crianças e adolescentes;
- Aditamento do Termo de Ajustamento de Conduta que objetivou a proteção de crianças e adolescentes no evento Planeta Atlântida, com a adesão da RBS Participações S/A, da Prefeitura Municipal de Xangrilá e da Brigada Militar;
- Vistoria de casas noturnas pelo Ministério Público em municípios da Comarca de Capão da Canoa e na praça do Balneário Atlântida, juntamente com Brigada Militar e Conselho Tutelar, visando a coibir e identificar casos de disponibilização de bebidas alcoólicas para adolescentes ou de exploração sexual.

O *Programa Veraneio 2010* alcançou com eficiência os propósitos institucionais de primazia do atendimento qualificado e de aproximação com a sociedade, o que justifica sua continuidade e aprimoramento.

Expointer 2010

Entre 28 de agosto e 5 de setembro, houve a primeira participação oficial do Ministério Público gaúcho na 33ª Expointer, maior feira do agronegócio na América Latina, através da abertura ao público da Casa do MP no Parque Assis Brasil, em Esteio. A entrega oficial do estande próprio, com 50 m², instalado dentro do Pavilhão Internacional, foi realizada no primeiro dia da feira pela Secretaria de Agricultura. O espaço conquistado pelo Ministério Público, como parte do Programa Portas Abertas do MP, possibilitou uma aproximação ainda maior com a sociedade, que passou a conhecer um pouco mais sobre a Instituição e seu papel.

Atividades de destaque no Espaço:

- Balcão de Atendimento ao Cidadão, que recebeu os visitantes da Feira para esclarecimento de dúvidas e encaminhamento de demandas, totalizando mais de 100 horas de funcionamento;
- Continuidade da Campanha “Abra as portas do seu coração: doe mais (Doe +)”, que visa estimular a doação de sangue, órgãos e tecidos e o cadastramento de pessoas interessadas em ser incluídas no banco

Aproximação com a Sociedade

de doadores de medula óssea;

- Realização de atividades que possibilitaram aos visitantes da Feira a oportunidade de experimentar vivências e dificuldades enfrentadas por portadores de deficiência, como ter os olhos vendados para percorrer diferentes espaços, simulando deficiência visual, ou percorrer áreas do Parque com cadeira de rodas para ter a sensação da deficiência locomotora. Essas atividades foram acompanhadas por equipes do Ministério Público e da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades (Faders);
- Exposição retratando a história do Ministério Público no Rio Grande do Sul;
- Troca de informações com representantes de outras instituições e entidades, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag/RS), que falaram sobre a atuação da entidade e expuseram um panorama da agricultura em pequenas propriedades no Rio Grande do Sul, questões ambientais e algumas demandas dos pequenos produtores rurais;
- Encontro de confraternização com representantes e membros de outros Ministérios Públicos, outras autoridades, representantes de entidades e de veículos de comunicação, com o objetivo de apresentar o espaço da Instituição, as atividades desenvolvidas,

além de ampliar o contato com representantes de diferentes segmentos.

- Demais atividades realizadas na área do Parque: Consumidor Consciente, Eleições 2010, Atividades de Fiscalização e Atuação no Núcleo do Juizado Especial Criminal.

Ministério Público na Comunidade

Em agosto de 2010, houve mais uma edição do projeto *Ministério Público na Comunidade*, que objetiva garantir a aproximação do Ministério Público com a sociedade, propiciando um atendimento ágil às suas demandas. O evento ocorreu na sede da Associação Cristã de Moços Morro Santana, no Beco da Continental, 55, Vila Nova Tijuca, em Porto Alegre, onde vivem em torno de 550 famílias. Os moradores locais puderam buscar, com Promotores de Justiça e servidores do Ministério Público, soluções para problemas nas áreas da Infância e Juventude, Defesa do Meio Ambiente, Ordem Urbanística, Cível e do Patrimônio Público, Defesa dos Direitos Humanos, Criminal e Defesa do Consumidor. Representantes de entidades também puderam expor seus pleitos, demandas, críticas e sugestões em audiência pública que teve a participação de diversos Promotores de Justiça com atuação nas diferentes áreas.

Como parceiros do projeto, representantes do Colégio Notarial e do Sindicato dos Registradores do Estado (Sindiregis) disponibilizaram orientação sobre registro civil (emissão de certidões de nascimento, óbitos e outros). Por sua vez, a Secretaria de Segurança Pública, através do Instituto de Identificação, possibilitou a confecção de carteiras de identidade para maiores de 16 anos (primeira ou segunda via).

Foi realizada, ainda, a entrega ao presidente da As-



Espaço do MPRS na Expointer

sociação Comunitária Vila Nova Tijuca de milhares de peças de roupas e alimentos recolhidos numa campanha de doação realizada pelo Ministério Público, destinada a entidades carentes da comunidade.

Campanha “Abra as Portas do Seu Coração, Doe +, Doação de Órgãos e Tecidos +Vidas”

O Ministério Público lançou, dia 31 de maio, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, o Programa Abra as portas do seu coração, Doe +, Doação de órgãos e tecidos + Vidas. O objetivo é conscientizar as pessoas quanto à importância de ser doador de órgãos, visando ao aumento do número de transplantes no Estado. No lançamento do Programa, o Ministério Público assinou, juntamente com o Via Vida Pró-Doações e Transplantes, a Federação das Associações dos Municípios (Famurs) e a Fundação de Economia e Estatística (FEE), Termo de Cooperação Técnica que objetiva realizar levantamento de dados relativos à captação e à doação de órgãos nos municípios do Estado. Pela iniciativa, que conta com a parceria da Associação de Apoio às Pessoas com Câncer (Aapecan), do Hemocentro do Estado do Rio Grande do Sul (Hemorgs) e do Poder Judiciário, é feito o cadastramento de pessoas interessadas em doar medula óssea. Para a coleta de amostra de 5 ml de sangue de cada pessoa que manifestou interesse em ser doador de medula óssea, foi disponibilizada, no evento de lançamento do programa, a unidade móvel do Hemocentro.

Comunicação direta com a sociedade

O Ministério Público do Rio Grande do Sul disponibiliza o link <http://www.mp.rs.gov.br/racismo/denuncie> para a sociedade denunciar casos de racismo e outras

formas de discriminação instrumentalizadas via internet. A iniciativa constitui ação integrada com o Ministério Público Federal, a Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul e a Associação Rio-grandense de Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet (Internetsul).

Também em ação integrada com a Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, com apoio do Ministério Público Federal e do Departamento Estadual da Criança e do Adolescente, da Polícia Civil, o Ministério Público do Rio Grande do Sul disponibiliza o link <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/pedofilia/denuncie>, para que a comunidade denuncie a veiculação de imagens de sexo explícito ou pornográficas que envolvem criança e adolescente.

No ano de 2010, as Promotorias Especializadas de Pelotas começaram a aderir às novas mídias sociais. Com o objetivo de criar um veículo que facilitasse a comunicação diretamente com a sociedade e com os meios de comunicação da cidade e da região, foi criado o blog da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, bem como o Twitter das Promotorias. No blog, que pode ser acessado através do endereço <http://pje-pelotas.blogspot.com/>, são postadas notícias de interesse da comunidade pelotense. Já a conta no Twitter – www.twitter.com/pjepelotas – pode tornar-se o principal canal de divulgação do blog, tendo em vista a atual força e abrangência da ferramenta como rede social.

Dentro da mesma ideia de aproximar o Ministério Público da sociedade, o promotor de Justiça da Especializada de Caxias do Sul Adrio de Paula Gelatti criou o blog Le Parquet, inaugurado oficialmente no dia 26 de julho, que possibilita aos internautas o acesso a opiniões, artigos, crônicas e notícias. A expectativa é de que o blog ajude na divulgação da função do Ministério Público e venha auxiliar em pesquisas de estudantes da área de Direito.

Aproximação com a Sociedade

“O blog surgiu da percepção que tive ao longo dos anos do desconhecimento sobre nossa atividade do Ministério Público. É para superar a lacuna de informação sobre nosso trabalho”.

Adrio de Paula Gelatti, Promotor de Justiça de Caxias do Sul.

Já em Santa Maria, o Ministério Público apoiou a estreia, em agosto de 2010, da primeira televisão comunitária do Município com uma programação inteiramente direcionada à cidade. Na programação, dentro do jornal “Santa Maria Agora”, que é exibido diariamente das 12h às 13h no canal 19 da NET, está inserido um quadro para o Ministério Público, denominado “Ministério Público ao seu alcance”, que tem o objetivo de aproximar o Ministério Público da população de Santa Maria para sanar suas dúvidas e ouvir suas solicitações.

Também com o interesse voltado para uma aproximação com a sociedade, em maio de 2010, o Ministério Público de Jaguari firmou parceria com a Rádio Jaguari AM para transmitir semanalmente o programa “Aprendendo com o Ministério Público”. O programa visa abordar temas de interesse do Ministério Público bem como orientações jurídicas sobre assuntos de interesse da população. A Rádio Jaguari AM tem seu sinal irradiado para todas as cidades da Região Centro-Oeste do Estado. A parceria com a emissora foi firmada levando em conta o Programa Portas Abertas, instituído pelo Ministério Público.

Doações patrimoniais a órgãos e instituições de interesse público

O Ministério Público, atuando de forma integrada e colaborativa com órgãos públicos e instituições de

interesse público, doou um grande número de equipamentos e objetos decorrentes de substituição e atualização patrimonial.

A iniciativa beneficia a sociedade gaúcha, pois permite a instrumentalização e o aparelhamento de órgãos da administração pública e de entidades filantrópicas que atendem o público, possibilitando uma maior qualificação dos serviços prestados à população.

Em 2010, os principais destinatários dessas doações foram a Brigada Militar, Escolas Estaduais, Conselhos Tutelares, Conselhos Comunitários, Delegacias de Polícia, Fundação de Atendimento Sócio-Educativo, Penitenciárias, Prefeituras Municipais, FADERS e APAE, dentre outras.

EQUIPAMENTOS E OBJETOS DOADOS:

Equipamentos de informática	248
Peças de mobiliário	913
Equipamentos de escritório	152
Ar condicionado	69
Equipamentos de telefonia	249
Som e imagem	33

Eleições 2010



ELEIÇÕES 2010

O Ministério Público planejou e programou atividades voltadas para as eleições de 2010. Ocorreram diversos encontros regionais com os Promotores Eleitorais, com a finalidade de operacionalizar uma atuação conjun-

ta com a Procuradoria Regional Eleitoral e de debater estratégias e prioridades de atuação. Aos Promotores Eleitorais cabe fiscalizar o processo eleitoral, realizar diligências que viabilizem o ajuizamento de ações pela Procuradoria Regional Eleitoral e, até mesmo, provocar o poder de polícia do Juiz Eleitoral da comarca diante de irregularidades.

Outra atividade desenvolvida foi a elaboração e distribuição do *Manual Eleitoral 2010* a todos os Promotores Eleitorais, bem como a outros membros do Ministério Público Gaúcho, aos Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal e demais autoridades dos Poderes, com a finalidade de repassar orientações e informações jurídicas sobre o período eleitoral.

Na Capital, foi montada uma central de atendimento aos Promotores Eleitorais de Porto Alegre, em funcionamento 24 horas por dia, até o final do 2º turno das eleições, para verificar eventuais irregularidades na propaganda eleitoral e atendimento de denúncias relativas a irregularidades no processo eleitoral em Porto Alegre. Para recebimento das denúncias, foi criado o e-mail denunciaeleitoral@mp.rs.gov.br. As irregularidades também puderam ser informadas pelo site do Ministério Público, onde constava um formulário pelo qual o cidadão poderia efetuar a denúncia.

O assessoramento prestado durante os dias de eleição também mereceu destaque, tendo sido montado um “Call Center” para apoio aos Promotores Eleitorais de todo o Estado nos dois turnos e, ainda, na véspera dos dias das eleições.

Durante o período eleitoral, mais de 170 Promotores Eleitorais trabalharam em sistema de plantão em todo o Rio Grande do Sul, com o apoio de quatro Promotores de Justiça da Capital, responsáveis pelas audiências realizadas no Fórum Central de Porto Alegre nos casos de flagrante.

Nos dias de votação, o Palácio do Ministério Público, onde está localizado o Memorial do Ministério Público, foi o local que recebeu eleitores que votaram em trânsito em Porto Alegre. Segundo o Tribunal Regional Eleitoral, 2.508 pessoas se cadastraram para votar em trânsito na capital gaúcha.

O balanço da atuação do Ministério Público nos dois turnos da eleição foi positivo, considerando que, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no Rio Grande do Sul foram registradas, somente no 1º turno, 262



ocorrências de boca de urna, com 15 prisões. O índice foi um dos mais altos do País. Para José Francisco Seabra Mendes Júnior, coordenador do Gabinete de Assessoramento Eleitoral, o resultado é fruto de uma fiscalização efetiva realizada pelos órgãos responsáveis.

12ª Edição do Prêmio Jornalismo Ministério Público do Rio Grande do Sul

A 12ª edição do *Prêmio Jornalismo Ministério Público do Rio Grande do Sul* foi lançada no dia 28 de junho de 2010. A premiação das melhores reportagens em jornal, rádio e televisão sobre o impacto social da atuação

Aproximação com a Sociedade

do Ministério Público na defesa da sociedade ocorreu no dia 14 de dezembro, *Dia Nacional do Ministério Público*. Foram examinados 52 trabalhos inscritos.

Os vencedores receberam prêmios em dinheiro e comendas oferecidas pela Associação do Ministério Público e Escola Superior do Ministério Público, além de um final de semana no Hotel Continental, em Canela.



Folder de divulgação da iniciativa

Mídia impressa

O primeiro lugar na categoria Reportagem/Impressa foi conquistado pela matéria "Corrupção nas cadeias", dos jornalistas Carlos Etchichury e Juliana Bublitz, publicada entre os dias 18 e 20 de abril em Zero Hora, que trata de subornos, acesso de armas, drogas e celulares nos presídios, torturas de presos e dá uma ideia da difícil missão dos Promotores de Justiça que atuam na área penitenciária. O segundo lugar foi obtido pelo texto "Bebês do crack", de Adriano José Duarte da Silva, publicado nos dias 14 e 15 de agosto, no jornal Pioneiro, de Caxias do Sul, mostrando como o Ministério Público pode mudar para melhor o rumo de crianças em situação de risco.

Rádio

Na categoria Reportagem/Rádio, venceu "Tecnologia a serviço do crime: MP e BM desarticulam quadrilhas de traficantes comandadas de dentro das cadeias", do jornalista Cid Martins, veiculada em 11 de novembro na *Rádio Gaúcha*. A matéria trata da *Operação Guaçuviaras*, que desarticulou uma rede de tráfico de drogas coordenada por mulheres que respondiam ordens dos companheiros detidos no sistema prisional. A segunda colocação ficou com a reportagem "Tragédia no Rio dos Sinos: quatro anos depois, pouca coisa mudou", do jornalista Eduardo Matos, veiculada entre os dias 1º e 4 de novembro, na *Rádio Gaúcha*, que faz um balanço do que ocorreu após a investigação do Ministério Público sobre a mortandade de peixes em 2006.

Televisão

Na categoria Reportagem/TV, ganhou “Gasolina adulterada”, da jornalista Fernanda Farias, exibida no dia 17 de março, na *TV Bandeirantes*, mostrando o trabalho de fiscalização do Ministério Público nos postos de combustíveis que colocou o RS como o Estado de menor índice de alteração do produto no País. Em segundo lugar ficou a reportagem “Denúncia dos servidores por omissão do crime de tortura”, da jornalista Ivani Schutz, exibida em julho na RBS TV, que trata de tortura de presos em presídios.

Fotografia

Na categoria Fotojornalismo, o vencedor foi o fotógrafo Alex Sandro Rosa Manchini, do jornal *A Notícia do Vale*, de Panambi, com foto que mostra o promotor de Justiça de Panambi Eduardo Rauber exibindo a arma do crime no júri popular em 28 de julho. O segundo lugar foi conquistado pela fotógrafa Camila da Silva Domingues, do *Correio do Povo*, com fotos publicadas no dia 15 de outubro que mostram a apreensão de máquinas caça-níqueis pela Força-Tarefa Bingos.



Vencedores do Prêmio Jornalismo MPRS

Áreas de Atuação



Historicamente, o Ministério Público organizou-se em sete grandes focos de atuação, em que se destacam algumas realizações e projetos.







Infância e Juventude

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Escola Luz

Desenvolve ações locais pela melhoria da qualidade da educação, por meio da redução de índices de repetência e evasão escolar, e está vinculado ao objetivo estratégico do Ministério Público de “Estimular a garantia da qualidade no ensino fundamental”. O projeto, cujo desenvolvimento ocorreu no final de 2009, começou a ser divulgado nos municípios do Rio Grande do Sul, buscando a adesão de Promotores de Justiça, de comunidades locais e de órgãos externos que atuam na proteção da infância e da juventude. Esse projeto, realizado em âmbito estadual, é fruto de uma parceria do Ministério Público e da Secretaria Estadual de Educação, a partir de dados sobre evasão e repetência escolar por ela fornecidos, e já conta com a adesão de 18 municípios: Pelotas, Pedro Osório, Porto Alegre, Arroio Grande, Caxias do Sul, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Dona Francisca, Pinheiro Machado, Passo Fundo, Pinhal da Serra, Vacaria, Santo Ângelo, Santa Maria, Portão, Mostardas, Ivorá e Capela Santana. Em diversos municípios do interior do Rio Grande do Sul, os Promotores de Justiça com atuação na área infantojuvenil reúnem-se periodicamente com representantes de entidades e/ou órgãos representativos da proteção à infância e à adolescência, como o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal de Educação, entre outros. Nos encontros são levantadas as principais dificuldades existentes em relação à educação, em âmbito local, e estabelecidas ações específicas de atuação no combate à evasão e à infrequência escolar.

O *Projeto Escola-Luz* vem ampliando sua atuação contínua em problemas individuais e coletivos relacionados à educação, tais como: dificuldades na alfabetização, deficiências no transporte de alunos, saúde física

e mental dos estudantes, redefinição do fluxo da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI), situações de gravidez na adolescência, negligência escolar e trabalho infantil, indisciplina, violência escolar, uso de drogas ilícitas e álcool, maus-tratos.

Livre Socioeducar

O projeto, vinculado ao objetivo do Mapa Estratégico do Ministério Público de “Zelar pela regular oferta dos programas para a execução das medidas socioeducativas”, pretende fomentar a implementação dos programas municipais de execução das medidas socioeducativas em meio aberto no Estado do Rio Grande do Sul e melhorar a qualidade dos serviços de atendimento socioeducativo não privativo de liberdade. No ano de 2010, implantou-se projeto piloto no Município de Porto Alegre, com o objetivo de adequar programas de medida socioeducativa em meio aberto, pelos representantes da 3ª e 8ª Promotorias de Justiça Especializadas da Infância e da Juventude da Capital, com avaliação das condições de seus atendimentos, por meio do Departamento de Assessoramento Técnico- DAT do Ministério Público.

Dentro do projeto, foram visitadas as nove regiões do Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (PEMSE), constatando-se 896 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade e/ou liberdade assistida em Porto Alegre. Identificaram-se áreas mais frágeis no atendimento no âmbito da saúde e educação, o que motivou a ação dos Promotores de Justiça gerentes do Projeto para a tomada de providências.

No interior do Estado, estão sendo coletados dados, por meio de questionário enviado aos Promotores

de Justiça, para conhecimento da forma de execução das medidas em meio aberto em cada comarca. Até dezembro de 2010, houve resposta de 14,52% dos municípios. Tão logo encerrado o levantamento, serão avaliadas as situações individuais das comarcas com vistas ao encaminhamento de sugestões de atuação.

Proteção Social Articulada

Objetiva fomentar a implementação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especial de Assistência Social (CREAS) nos municípios do Rio Grande do Sul e articular as redes de proteção a crianças e adolescentes. O projeto está associado ao objetivo de “Zelar pela regular oferta de programas de proteção da criança, do adolescente e das suas famílias”. No dia 15 de dezembro de 2010, foi firmado Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e a Secretaria Estadual da Justiça e do Desenvolvimento Social visando a dar andamento ao Projeto “Proteção Social Articulada”, que busca fomentar a implantação do Sistema Único de Assistência Social no Estado (SUAS).

A partir do instrumento de cooperação celebrado entre as duas instituições, ficou estabelecida a forma de atuação do Ministério Público na sensibilização dos membros da Instituição quanto à implantação e implementação do SUAS em cada comarca, com base no diagnóstico elaborado pelo DAS – Departamento de Assistência Social da Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social.

AÇÕES REALIZADAS

Ministério Público inicia atuação regionalizada em educação

O Ministério Público deu um importante passo para intensificar a defesa do direito à educação no Rio Grande do Sul: a atuação regionalizada. Em dezembro de 2010, a Procuradora-Geral de Justiça assinou a portaria que designou o promotor de Justiça José Olavo Bueno dos Passos, de Pelotas, para executar um trabalho especializado em educação. A Região Sul foi eleita a primeira do Estado a contar com uma Promotoria Regional para a área. Implantado na forma de projeto piloto, sem custos para o Estado, o trabalho terá duração de seis meses, com prazo passível de prorrogação.

A escolha da Região Sul para iniciar a implantação do projeto piloto está relacionada ao fato de ser ela uma das regiões que apresentaram os maiores índices de evasão e reprovação escolar, segundo dados da Secretaria Estadual da Educação. O Promotor terá atuação sobre os seguintes municípios: Pelotas, Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu, Jaguarão, Piratini, Canguçu, Arroio Grande, Pedro Osório, Cerrito e São Lourenço do Sul.

Uma das ações a serem adotadas pelo Promotor será promover encontros com as autoridades e gestores em educação da região para estabelecer uma rede e definir estratégias e prioridades de atuação.

A iniciativa atende a um anseio antigo de membros do Ministério Público e começou a ser construída durante o Encontro Estadual Construindo Uma Nova Gestão do Ministério Público, que, em maio, reuniu Promotores e Procuradores de Justiça para debater propostas de atuação regionalizada. As propostas foram trabalha-

Infância e Juventude

das ao longo do ano por um Grupo de Trabalho da Educação formado no Ministério Público e pela Corregedoria-Geral da Instituição.

Conforme a Procuradora-Geral Simone Mariano da Rocha, a designação de um Promotor com atuação regional busca efetivar um trabalho ainda mais especializado sobre o tema, para que possamos estimular políticas públicas eficientes de educação e promover uma aproximação ainda maior com a comunidade”.

Direito de voto dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação

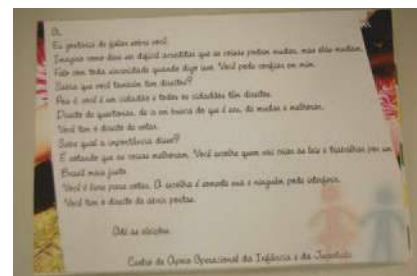
Por iniciativa do Ministério Público do Rio Grande do Sul, presos provisórios do interior do Estado e adolescentes infratores também tiveram direito de votar nas eleições de 2010. A participação dos jovens em unidades de internação é proposta pioneira no País. As ações necessárias para viabilizar o processo foram traçadas em reunião realizada entre membros do Ministério Público do Estado, do Tribunal Regional Eleitoral e da Fundação Social de Atendimento Sócio-Educativo (Fase).

Em busca de formas de agilizar os procedimentos necessários para confecção de títulos eleitorais dos internos da FASE, representantes do Ministério Público e da Fundação estiveram reunidos com os dirigentes do Sindicato dos Registradores Públicos do Rio Grande do Sul (Sindiregis) e da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado (Arpen).

Segundo informações da Fase, 373 adolescentes com mais de 16 anos e em dia com a Justiça Eleitoral estiveram aptos a votar em 2010.

Outra iniciativa em relação ao voto dos jovens que

cumprem medidas socioeducativas foi efetivada em julho de 2010, quando o Ministério Público lançou carta de sensibilização ao direito de voto dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação. O material foi produzido pelo Ministério Público em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça e Desenvolvimento Social, o Tribunal Regional Eleitoral, a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (AR-PEN-RS), o Sindiregis (Sindicato dos Registradores Públicos) e a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (Fase). Além de sensibilizar o adolescente autor de ato infracional em cumprimento de medida de internação acerca da importância do direito de votar, a iniciativa permitiu o exercício da cidadania. O material foi encaminhado aos Promotores de Justiça com atuação nas regionais da Infância e Juventude e distribuído aos infratores privados de liberdade da Fase.



Carta de sensibilização em relação ao direito de voto

Trabalho educativo no âmbito do Ministério Público

Em setembro de 2010 foi assinado Termo Aditivo ao convênio firmado entre a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (Fase) e o Ministério Público. O documento atesta o sucesso da iniciativa tomada há cerca de dois anos, com a abertura de vagas de estágio dentro do Ministério Público para internos da Instituição, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dessa forma, foi regulamentado o trabalho educativo de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no âmbito do Ministério Público do RS.

Durante o ano, foram criadas cinco vagas para adolescentes em trabalho educativo. Atualmente, eles estão lotados na Unidade de Arquivo e na Promotoria de Justiça de Santo Ângelo.

“Esta iniciativa é uma demonstração da verdadeira face do Ministério Público, “que acredita na ressocialização, na cidadania e que, a cada dia, demonstra que cumpre com seu compromisso de trabalhar pela inserção social e pela defesa dos direitos fundamentais, especialmente dos jovens e crianças”.

Simone Mariano da Rocha, Procuradora-Geral de Justiça.

VIII Jornada Estadual Contra a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Em 2010, a *VIII Jornada Estadual contra a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes* teve como principal foco a comunidade escolar e como público-alvo alunos, professores, orientadores e coordenadores educacionais, entre outros. Sob a coordenação do Ministério Público, da Assembleia Legislativa e

da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, as audiências públicas foram espaço para denúncias, reflexões e encaminhamento de propostas que buscam a melhoria da atuação da rede de proteção de crianças e adolescentes. As audiências públicas foram realizadas nos Municípios de Porto Alegre, Serafina Corrêa, Tapes, Palmeira das Missões, Dom Pedrito e Viamão.

Nos dias das audiências públicas, no turno da tarde, nos Municípios de Serafina Corrêa, Palmeira das Missões e Dom Pedrito, ocorreram também reuniões com alunos de escolas municipais e estaduais – as denominadas “jornadinhas” – proporcionando debates sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, além de atividades de formação e conscientização.

Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI)

A ficha é um instrumento operacional de combate ao abandono escolar e à infrequência na escola. A FICAI prevê uma repartição de atribuições entre escola, o Conselho Tutelar e o Ministério Público, com o objetivo de garantir a permanência ou o retorno do aluno à escola.

Em setembro de 2010, ocorreu a oitava audiência coletiva realizada pela Promotoria da Infância e Juventude, estratégia que tem se mostrado positiva no trato da Ficai. Aproximadamente 200 pessoas compareceram, entre pais, responsáveis, crianças e adolescentes. Na audiência, foi explanado o papel da escola, do Conselho Tutelar e do Ministério Público nos casos de infrequência escolar. Também foram abordados aspectos e consequências da infrequência e da instauração da Ficai e alternativas para os motivos e problemas que costumam ser alegados, com orientações a todos.

Infância e Juventude

Seminário: “Perigo Virtual - a Juventude em Risco”

Em 20 de maio de 2010, o Ministério Público realizou o seminário *Perigo Virtual: a Juventude em Risco*, destinado a educadores, alunos e integrantes de entidades ligadas à área de proteção da infância e juventude. O encontro, que teve a participação ativa do público, proporcionou conhecimento sobre o tema, tendo sido esclarecidas dúvidas e apontados os principais riscos nocivos oferecidos pela *internet*, em especial a possibilidade de submissão de crianças e adolescentes a abuso sexual e pedofilia.

Gilberto Thums, Procurador de Justiça do Ministério Público do RS, Emerson Wendt, Delegado de Polícia



Civil do Estado e Membro da Associação Internacional de Investigação de Crimes de Alta Tecnologia, e Diana Calazans Mann, Chefe da Delegacia de Defesa Institucional da Polícia Federal do Rio Grande do Sul foram os palestrantes.

Seminário: “Violência Escolar Tem Saída”

O Ministério Público, com apoio da Escola Estadual de Ensino Médio Padre Reus, da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul e da Secretaria Municipi-

pal de Educação de Porto Alegre, desenvolveu ciclo de encontros e debates sobre a violência escolar visando a conscientizar pais, alunos, professores e profissionais que atuam na área da infância a desenvolverem ações para combater o bullying. Além dos debates, o seminário também abriu espaço para exposição de projetos e iniciativas desenvolvidos com o propósito de combater a violência e promover maior integração entre a escola e a comunidade e entre os próprios integrantes da comunidade escolar.

O evento foi realizado em três etapas, realizadas em agosto, setembro e novembro de 2010, respectivamente, e teve como público-alvo Promotores e Procuradores de Justiça, profissionais da rede de proteção da infância e da juventude, educadores, orientadores educacionais, pais e outros. A edição do mês de setembro focou a conscientização da comunidade escolar, especialmente alunos do Ensino Médio e professores. Realizada por alunos e dirigida especialmente aos jovens, propiciou troca de experiências e indicou novos caminhos para solução do fenômeno *bullying*.



Ao todo, 1.157 participantes, entre alunos, professores e rede de proteção, debateram no Ministério Público as causas da violência e ações de intervenção, revelando o protagonismo juvenil no enfrentamento do tema.

“Para promover mudanças, é fundamental que haja participação dos alunos na construção de alternativas. Eles têm que ser atores nesse processo. O bullying é um problema que perpassa todas as idades e para coibi-lo temos que promover uma reflexão sobre os valores, como coleguismo, respeito e solidariedade”.

Maria Ignez Franco Santos, Coordenadora do Centro de Apoio.

Encontro “Evocando os 20 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – Desafios e Perspectivas”

O encontro, realizado pelo Ministério Público no dia 15 de outubro de 2010, foi direcionado aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude e promoveu debate e reflexões sobre temas e desafios relacionados à criança e ao adolescente. Abordaram-se questões relativas à responsabilidade paterna, às perspectivas para a educação, à ficha de comunicação de aluno infrequente (FICAI), às alterações da Nova Lei da Convivência Familiar e ao desenvolvimento de políticas públicas.

Além desse encontro promovido pelo Ministério Público, em julho de 2010, na semana alusiva ao aniversário do ECA, foi realizado, na sede do Ministério Público, o Seminário *20 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente*, promovido pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDICA). A solenidade de abertura contou com a presença da Procuradora-Geral de Justiça, Simone Mariano da Rocha, do Secretário da Justiça e Desenvolvimento Social, Fernando Schuler, do Coordenador da Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa, Deputado Miki Breier, e da Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedica), Luciane Scouto.



Procuradora-Geral de Justiça, Simone Mariano da Rocha na abertura do encontro

A Procuradora-Geral de Justiça reconheceu, em seu pronunciamento, que “há uma distância grande entre o ideário da lei e a realidade”. Mas disse que o Estatuto é uma “valiosa e preciosa ferramenta, que pode ajudar a promover articulações e ações que permeiam as áreas sociais”. Simone Mariano da Rocha ressaltou o momento de comemoração pelos 20 anos do ECA e destacou que a distância que o separa da realidade “é apenas um desafio a ser superado nos próximos anos, tornando-o mais efetivo e resolutivo”.

Grupos especiais para estudos e trabalhos dirigidos para a atuação na área Infantojuvenil

A Comissão de Estudos da Nova Lei de Convivência Familiar e Comunitária, constituída pelo Ministério Público em 2009 com o objetivo de aprofundar a análise das principais alterações da Nova Lei de Convivência Familiar, produziu materiais de orientação, especialmente fluxos de acolhimento institucional e peças processuais de apoio, voltados a facilitar a atuação de membros e servidores que se dedicam à área infantojuvenil.

Infância e Juventude

Em 2010, a comissão reuniu-se para discutir questões relacionadas ao monitoramento e subsídio ao programa de acolhimento familiar, com o objetivo de definir ações complementares necessárias para a integração do Ministério Público no reordenamento dos abrigos do Estado.

Já o Grupo de Trabalho sobre Educação, formado em 2009 através de Comissão constituída pelo Ministério Público, reuniu-se seis vezes no ano de 2010, com o objetivo de proceder a estudos e buscar o enfrentamento de problemas relativos à educação, como reprovação e evasão escolar, educação infantil, carência de orientadores educacionais, violência escolar, FUNDEB, capacitação de professores. O Grupo encerrou 2010 trabalhando na proposta de reformulação da Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI).

sem a identificação do pai. Só no mês de setembro foram registrados seis casos naquele município. A partir da listagem, é buscada a regularização dessa situação.



Projeto “Pai Presente”

TERMOS DE COOPERAÇÃO FIRMADOS

Projeto Pai Presente

No primeiro semestre de 2010, o Ministério Público do Rio Grande do Sul, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, o Sindicato dos Registradores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul e a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado do Rio Grande do Sul firmaram Termo de Cooperação visando a conscientizar sobre a importância da paternidade responsável e a regularizar assentos de nascimentos sem registros paternos.

Durante o ano, o projeto avançou no Rio Grande do Sul e alcançou outras cidades, como Caxias do Sul e Vacaria. Em Vacaria, a promotoria vem expedindo ofício aos cartórios de municípios que integram a Comarca também solicitando informação sobre registros feitos

Integração operacional contra a exploração sexual infantojuvenil nos meios de hospedagem

O Ministério Público, em maio de 2010, firmou Termo de Cooperação com a Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer, a Secretaria Municipal de Turismo e outros órgãos e entidades vinculadas ao turismo visando a fortalecer o combate ao abuso e à exploração sexual infantojuvenil nos meios de hospedagem do Rio Grande do Sul. O projeto consiste na realização de ações conjuntas, como a distribuição de material de conscientização e a realização de capacitação dos profissionais que atuam nos meios de hospedagem e gastronomia, entre outras.

O Ministério Público confeccionou folhetos para distribuição nos meios de hospedagem pelos parceiros que firmaram o Termo de Cooperação, com a seguinte mensagem: “Não à Exploração e à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes”. O material confeccionado busca dar conhecimento sobre a legislação penal e infracional acerca do tema, objetivando alertar contra a violência e o abuso sexual de crianças e adolescentes.

A iniciativa já prepara o Rio Grande do Sul para combater esse tipo de crime durante a Copa do Mundo de 2014, quando ocorrerá a vinda de muitos visitantes estrangeiros ao Estado.



Promotora de Justiça, Maria Ignez Franco Santos durante a assinatura do termo

didá socioeducativa de internação, bem como de monitores da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE).



Oito instituições, órgãos e entidades assinam o termo de compromisso

Qualificação profissional para adolescentes em cumprimento de medida de internação e monitores da FASE

Em 21 de dezembro de 2010, o Ministério Público celebrou Termo de Compromisso de Integração Operacional com a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul e a Escola Técnica Estadual Parobé, com o objetivo de desenvolver ações visando à implantação de um projeto pedagógico de qualificação profissional de adolescentes em cumprimento de me-

AÇÕES REGIONALIZADAS

Campanha “Ser Legal É Bom! Você Também Pode Ser”

Por iniciativa da Promotoria de Justiça de Três Passos, foi desenvolvida, ao longo do ano de 2010, a campanha *Ser Legal é Bom! Você Também Pode Ser*, que teve a parceria do Juizado da Infância e Juventude, Prefeitura Municipal, Polícia Civil, Brigada Militar, Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Três Passos, Defensoria Pública, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança (Comdica), Conselho Tutelar e, posteriormente, a Câmara Municipal de Vereadores.

A campanha surgiu a partir da constatação da existência de situação de risco, não apenas potencial, mas efetiva e concreta, para as crianças e adolescentes do Município, devido à total ausência de controle de seu ingresso e permanência em eventos públicos noturnos, especialmente os realizados em clubes, bares e

Infância e Juventude

boates dos Municípios de Três Passos, Bom Progresso, Esperança do Sul e Tiradentes do Sul, que compõem a Comarca.

A campanha engloba a divulgação à comunidade sobre os deveres inerentes ao exercício do poder familiar e as consequências legais da negligência dos pais e responsáveis, bem como quanto ao fornecimento de bebida alcoólica a crianças e adolescentes. Também prevê a realização, com apoio da Brigada Militar, Polícia Civil e Conselho Tutelar, de operações noturnas para verificar a presença de crianças e adolescentes desacompanhados de um adulto responsável na madrugada, seja na rua, seja em ambientes não permitidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, como bares e boates.

A campanha vem obtendo respostas positivas, como a redução a zero dos atendimentos a adolescentes drogados ou alcoolizados nos finais de semana (anteriormente, oscilava de seis a oito atendimentos por final de semana), redução de 80% dos atendimentos prestados semanalmente, à noite, pelo Conselho Tutelar, a adolescentes em situação de risco, além de visível redução das badernas e conflitos entre grupos de jovens, o que fez diminuir sensivelmente a atuação da Brigada Militar, chamada pelo fone 190 para tais casos.



Programa a Escola e os Desafios da Sociedade Contemporânea – A Missão dos Educadores

O programa intitulado *A Escola e os Desafios da Sociedade Contemporânea – A Missão dos Educadores* consiste em uma série de encontros com professores da rede pública de ensino de **Santa Maria**. O projeto foi direcionado inicialmente para quatro escolas estaduais e municipais e teve como fundamento a capacitação dos professores, diretores, orientadores educacionais, coordenadores e funcionários das escolas, no que se refere aos seguintes temas: Estatuto da Criança e do Adolescente, Entorpecentes, Justiça Restaurativa e Violência e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. Os eventos de capacitação nos referidos temas foram direcionados para mais de 300 pessoas.

Ao longo de 2010, foram iniciadas as atividades de capacitação, através de um evento em que foi trabalhada a temática do Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo promotor de Justiça idealizador do projeto, Antônio Augusto Ramos de Moraes, e a temática dos Entorpecentes, desenvolvida pelo agente da Polícia Federal, Osmar Moraes, componente do Grupo de Prevenção ao uso de Drogas.

Ocorreram, também, quatro encontros para tratar da temática da Justiça Restaurativa. A fase da capacitação foi encerrada no mês de agosto, com um evento realizado no dia 16 para tratar do tema do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.

A fase de execução das propostas foi realizada nas escolas através da abordagem da questão relacionada aos entorpecentes, pelos agentes do Grupo de Prevenção ao Uso de Drogas (GEPRED) – Polícia Federal, com eventos dirigidos aos alunos (por série e faixa etária) e pais, destacando-se também que ocorreu a distribuição de Cartilhas da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) para os educadores.

O projeto permanece na fase de execução, na qual estão sendo realizadas atividades relacionadas à Justiça Restaurativa.

Programa “Apadrinhamento Afetivo em Pelotas”

Em março de 2010, foram abertas as inscrições para a 9ª edição do *Programa de Apadrinhamento Afetivo em Pelotas*. Os interessados puderam procurar a Promotoria da Infância e da Juventude e marcar uma entrevista com a psicóloga responsável. O programa, que tem a chancela da Promotoria da Infância e Juventude, é conduzido por uma Comissão formada por técnicos que trabalham nos Abrigos Institucionais de Pelotas e representantes do Conselho Tutelar, em parceria com técnicos do Juizado da Infância e Juventude.

Ocorreram também oficinas preparatórias com os padrinhos, em festas de encontro entre os padrinhos e madrinhas e os apadrinhados.

O *Apadrinhamento Afetivo* objetiva permitir que as crianças e adolescentes que crescem e vivem em abrigos do Estado tenham oportunidade de conhecer referenciais de convivência em família. O apadrinhamento oportuniza à criança e ao adolescente uma melhora na sua autoestima e faz com que ela fique mais segura em seus relacionamentos sociais e afetivos.

A seleção das pessoas interessadas em ser Padrinho/Madrinha e Afilhado é feita pela Comissão, e um dos principais requisitos é ter vontade e disposição para dar carinho e afeto, apoiando o afilhado para que, na hora em que este completar 18 anos, consiga ter autonomia para seguir sua vida.

No ano de 2010, 38 famílias se inscreveram no Programa, das quais 18 foram habilitadas.

Projeto Sol – Sabendo Orientar com Liberdade – Rio Grande

O projeto, desenvolvido pela 2ª Promotoria de Justiça Especializada de **Rio Grande** com o objetivo de prevenir, entre os jovens, a violência e o uso de drogas, formou a primeira turma de alunos no dia 1º de dezembro de 2010, no auditório do Colégio Sagrado Coração de Jesus. A iniciativa foi efetivada na forma de projeto piloto em duas escolas do Município, uma pública e uma particular, por meio de orientação e atividades artísticas realizadas com os estudantes.

A ideia do projeto é trabalhar na prevenção, e o Ministério Público deu início a uma articulação com os instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) do Município. Foram elaborados diversos materiais didáticos, como livros infantis e cartilhas que contemplam temas que abordam, de forma lúdica e interativa, cidadania, drogas, o poder das influências, a autoestima, o controle das emoções nas situações de tensão, a violência, o poder da mídia.

O projeto deverá ter suas ações ampliadas para todas as escolas das redes pública e privada do Município.



Alunos com a Promotora de Justiça, Luciana Robe da Silveira Pereira e integrantes do Projeto

Infância e Juventude

IMPACTO DA ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Previsão de dotação orçamentária para atendimentos em creches e em pré-escolas - São Miguel das Missões

No âmbito da atuação extrajudicial, destaca-se a realização de Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Promotoria de Justiça de Santo Ângelo e o Município de São Miguel das Missões, em 30 de junho de 2010, tendo por objetivo a previsão de dotação orçamentária para o atendimento da população de zero a três anos em creche e das crianças entre quatro e cinco anos em pré-escola.

Redução da evasão escolar - Caxias do Sul

Em 1º de julho de 2010, a Promotoria de Caxias do Sul firmou Termo de Ajustamento de Conduta com o Município visando à redução dos índices de evasão escolar e ao acompanhamento da situação escolar de aluno após sua colocação em liberdade, no caso de cumprimento de medida socioeducativa.

Combate às adoções ilegais - Caxias do Sul e Santo Ângelo

A Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 1º de julho de 2010, também firmou Termo de Ajustamento de Conduta com cinco hospitais e a Fundação de Assistência Social da Secretaria Municipal com o objetivo de combater as adoções ilegais e de assegurar o direito à convivência familiar. Com o mesmo propósito, a

Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, em 23 de abril de 2010, acabou firmando Termo de Ajustamento de Conduta com um dos hospitais de Santo Ângelo.

DADOS DO RELATÓRIO DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Área Infância e Juventude

1.ÁREA DOS ATOS INFRACIONAIS

Boletins de ocorrências/Outras notícias de atos infracionais recebidos	35.991
Representações oferecidas	6.371
Remissões concedidas pelo Ministério Público – simples	1.554
Remissões concedidas pelo Ministério Público – cumulada com medida socioeducativa	4.906
Processos recebidos no período	109.936

2.DEFESA DOS DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS DA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Inquéritos Cíveis/Procedimentos Preparatórios (PA/PI/SD) instaurados	3.968
Inquéritos Cíveis /Procedimentos Preparatórios (PA/PI/SD) arquivados	1.570
Compromissos de ajustamento firmados	113
Ações Cíveis ajuizadas	4.131
Visitas a unidades de atendimento socioeducativo	140
Visitas a entidades de abrigo	427

3.JULGAMENTOS NA ÁREA DOS ATOS INFRACIONAIS

Representações julgadas procedentes	795
Representações julgadas parcialmente procedentes	97
Representações julgadas improcedentes	213

4. JÚRGAMENTOS NA ÁREA DA DEFESA TRANSINDIVIDUAIS

Ações Cíveis julgadas procedentes	398
Ações Cíveis julgadas parcialmente procedentes	25
Ações Cíveis julgadas improcedentes	26

5. AUDIÊNCIAS

Audiências assistidas	18.533
-----------------------	--------

6. OUTROS DADOS

Pessoas atendidas na Promotoria de Justiça	20.605
--	--------





Direitos Humanos

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Fortalecer o Controle Social

Dentro de sua vocação constitucional de defensor dos direitos humanos da sociedade brasileira, o Ministério Público do Rio Grande do Sul desenvolve esse projeto buscando o cumprimento integral da legislação que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.

A partir do projeto, a situação dos Conselhos Municipais de Saúde será verificada através de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). A decisão do Pleno do TCE atende representação do Ministério Público de Contas (MPC).

Com base em manifestação trazida pelo coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos do Ministério Público, promotor Francesco Conti, sobre a situação dos Conselhos em cada município, foi criado o expediente que resultou na representação MPC n.º 15/2010, acolhida pelo Pleno do TCE.

De acordo com diagnóstico do Conselho Estadual de Saúde, mais de 90% dos Conselhos Municipais de Saúde encontram-se em situação irregular. A partir de agora, cada inspeção dos auditores da Corte de Contas nas prefeituras gaúchas incluirá a verificação sobre a existência e o funcionamento dos conselhos municipais.

A intenção do Ministério Público é regularizar e qualificar os Conselhos Municipais, justamente para fortalecer a fiscalização sobre o SUS, lembrando que um dos objetivos contidos no Mapa Estratégico do Minis-

tério Público Estadual é o de proteger o Sistema Único de Saúde.

História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas Escolas Municipais

A implementação do ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial da rede de ensino, em cumprimento à legislação, é a principal demanda do projeto, desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos do Ministério Público, juntamente com um Grupo de Trabalho formado por referências históricas de ambas as comunidades, em conjunto com instituições relacionadas ao assunto.

Para tanto, foi publicada e distribuída aos Promotores de Justiça de todo o Estado uma cartilha orientadora de suas ações junto às Secretarias Municipais de Educação para garantir o cumprimento da lei. O material ressalta itens como o compromisso dos gestores na revisão dos currículos escolares e conteúdos programáticos, a formação de gestores e corpo docente, a elaboração e o oferecimento de programas adequados



Capa da cartilha

para reverter a imagem sobre as populações indígenas. Também destaca a necessidade de destinação de verbas, oriundas dos Fundos para manutenção das políticas públicas para Educação, para a execução desses trabalhos.

No Rio Grande do Sul, a estimativa é que existam aproximadamente 13 mil indígenas dos povos Charua, Guarani e Kaingang. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número aproximado de afro-brasileiros no Estado é de 1,7 milhão de pessoas.

Diálogos sobre Direitos Humanos

O projeto busca comprometer agentes do Ministério Público com a promoção de ações coletivas que expressem demandas populares de acesso à Justiça em questões de direitos humanos, bem como contribuir para que a sociedade gaúcha compreenda mais amplamente os direitos humanos e as diversas formas de sua promoção e proteção.

Ao longo de 2010, foram realizadas seis mesas de diálogo em diferentes regiões do Estado - nas cidades de

Alvorada, Passo Fundo, Santa Maria, Santo Ângelo, Pelotas e Caxias do Sul. Nos encontros, representantes da sociedade civil organizada expuseram problemas identificados nas comunidades aos Promotores das Comarcas, enquanto estes falaram sobre o trabalho que desenvolvem e o funcionamento da Instituição.

O ciclo é um projeto que integra o programa *Portas Abertas do Ministério Público*, que engloba diversas ações para aproximar ainda mais a Instituição da sociedade.

São parceiros do projeto o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), através de uma de suas entidades filiadas, a Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo e a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, que financia a iniciativa. Esses diálogos resultaram em sugestões para a atuação e a relação entre o Ministério Público e a Sociedade Civil Organizada.

Idosos em ILPIS: Garantia de Direitos em Foco

O projeto, inédito no Estado, tem como objetivo dar maior sustentabilidade e efetividade na garantia aos direitos dos idosos abrigados em Instituições de Longa Permanência para Idoso (ILPI's).

A iniciativa foi lançada em 1º de outubro, marcando o *Dia Internacional e Nacional do Idoso*, comemorado nessa data, e os sete anos do Estatuto do Idoso.

Segundo Adrio Gelatti, promotor de Justiça e gerente do projeto, a proposta é criar instrumentos para desenvolver redes de cooperação com outros órgãos de fiscalização, como Vigilância Sanitária,



Foto do evento

Direitos Humanos

Conselhos Municipais do Idoso e entidades da sociedade civil organizada.

Deverão ser capacitados 150 Promotores de Justiça em todo o Estado, de modo que estejam instrumentalizados para articular essas redes de proteção e ampliem e mantenham as fiscalizações nesses estabelecimentos. Além disso, 16 Promotores de Justiça com atuação regional darão orientações e apoio às Promotorias para implantação do projeto. A ação será desenvolvida até dezembro de 2011.

O objetivo é que a atuação do Ministério Público se dê de forma extrajudicial, evitando o ajuizamento de ações e, dessa forma, tornando mais ágil o processo de regularização e a adoção de medidas para qualificar o atendimento.

Uma estimativa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), de 2008, apontou a existência de 7,8 mil idosos abrigados em casas asilares localizadas em 105 municípios do Rio Grande do Sul. O Ministério Público pretende realizar uma nova contabilização de dados, que poderá fundamentar outros projetos ou a indicação de políticas públicas voltadas a esse segmento da população.

O projeto integra o *Programa Portas Abertas do MP*, que tem como objetivo aproximar ainda mais o Ministério Público da sociedade e fortalecer ações interinstitucionais e atende ao objetivo do Mapa Estratégico da instituição de “Fortalecer a rede de proteção da pessoa idosa”.

Projeto Município Legal é Município Acessível

Projeto em parceria com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado (CREA/RS) e o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEPEDE), busca a sensibilização de gestores municipais para assegurar que, em reformas ou construções de novos edifícios, estabelecimentos e espaços públicos ou em edifícios privados de grande circulação de pessoas, sejam providenciadas adequações que garantam a acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais e de idosos.

No Estado, conforme dados oficiais do Coeped, existe aproximadamente 1,5 milhão de pessoas portadoras de necessidades especiais.



Projeto Estratégico do **MPRS**
MINISTÉRIO PÚBLICO

Logo do projeto



Procuradora-Geral, Simone Mariano da Rocha e Promotor de Justiça Fancesco Conti na mesa do evento

Como parte do projeto, está previsto o encaminhamento, pelo Ministério Público, de recomendações às prefeituras, alertando sobre a exigência de acessibilidade no momento da aprovação de projetos de obras e reformas. Também está previsto o encaminhamento de uma cartilha às administrações municipais, com orientações sobre como cumprir a recomendação.

Além disso, foi firmado um Termo de Cooperação Técnica entre Ministério Público, Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência (COEPEDE), Famurs e CREA/RS, que prevê o comprometimento de todos para garantir a acessibilidade em todas as obras novas e reformas arquitetônicas e urbanísticas.

A iniciativa integra o *Programa Portas Abertas do MP*, que busca uma aproximação ainda maior com entidades, instituições e a sociedade como um todo.

“Essa é uma determinação que está na lei e que deve ser cumprida. Por isso, o Ministério Público estará mobilizado, em todo o Estado, para orientar as prefeituras para que somente autorizem obras se cumprirem esta norma”.

Francesco Conti, Coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.

AÇÕES REALIZADAS

Evento: “Ministério Público e Direitos Humanos: A Década que Passou e a Década que Virá”

Ocorrido no Palácio do Ministério Público, o encontro integrou a grade de programação do *Fórum Social Mundial-2010*. Teve organização conjunta dos Ministé-

rios Públicos Estadual, Federal, do Trabalho, de Contas e Militar.

O coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, Francesco Conti, ressaltou que os direitos humanos são bem mais amplos do que a ideia que a maior parte da comunidade tem em relação à temática: “Engloba direitos econômicos, sociais e culturais, tais como saúde, educação, alimentação, trabalho, meio ambiente, moradia, além dos civis e políticos, que são segurança pública, liberdade de ir e vir e de expressão, votar e ser votado, dentre outros. Esses direitos devem contemplar todos os segmentos sociais, especialmente os considerados vulneráveis, como o idoso, pessoa com deficiência, criança e adolescente, negros e índios”.

Dentre as principais sugestões feitas ao Ministério Público pelas entidades sociais participantes, destacaram-se: atenção para questões como discriminação e atos de violência em diferentes segmentos; tortura e opressão política; exigência da garantia de acesso à alimentação, saúde, educação e moradia; maior acompanhamento de crianças e adolescentes vítimas de violência; cobrança de políticas ambientais e atenção para vítimas de efeitos climáticos.

Ao todo, 21 entidades se manifestaram, expondo problemas enfrentados por diferentes segmentos sociais e propondo ações para qualificar essa atuação.

As propostas estão sendo estudadas e avaliadas por Promotores e Procuradores de Justiça objetivando concretizar ações na defesa dos direitos fundamentais.

Criação do Grupo Estadual de Direitos Humanos e da Rede de Direitos Humanos do Sistema de Justiça

A defesa dos direitos humanos ganhou um importante aliado: o **Grupo Estadual de Direitos Humanos dos Ministérios Públicos (GEDH)**. O órgão foi formado por orientação do Grupo Nacional de Direitos Humanos, vinculado ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPNG).

A orientação do Grupo Nacional dos Direitos Humanos é para a composição de órgãos similares em todos os Estados brasileiros. O Rio Grande do Sul é o primeiro a implementá-lo. A primeira ação do grupo será pela formação do Conselho Estadual dos Direitos Humanos.

O objetivo é que o Grupo contribua para a implementação do Sistema Nacional de Direitos Humanos e invista na capacitação em direitos humanos para os membros dos Ministérios Públicos, possibilitando, inclusive, a representação da sociedade civil no GEDH.

“É preciso capacitação e preocupação por parte dos gestores na garantia dos direitos básicos do ser humano, que são alimentação, educação, saúde e moradia digna”.

Francesco Conti, Coordenador de Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.

A partir da experiência do Grupo Estadual de Direitos Humanos, surgiu a ideia da constituição da **Rede de Direitos Humanos do Sistema de Justiça** para promover ações e desenvolver trabalhos com foco na defesa desses direitos. É uma nova configuração que pretende abarcar todo o Sistema de Justiça, ou seja, além dos Ministérios Públicos, agregar o Poder

Judiciário, a Defensoria Pública, as instâncias de formação (escolas) da Segurança Pública, das Magistraturas e das Promotorias e Procuradorias. A rede será coordenada pelo Departamento de Promoção da Cidadania e de Direitos Humanos da Associação de Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris).

Debate: “Defesa dos Territórios Negros, Quilombolas e Comunidades Tradicionais e Impactos Institucionais”

O debate promovido pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul ocorreu em janeiro de 2010 e fez parte da programação do *Fórum Social Mundial*. No encontro, foram discutidas as dificuldades enfrentadas pelas comunidades quilombolas para obter o reconhecimento como Território Cultural Nacional e a situação de pobreza que enfrentam, mesmo após receberem a titulação.

Em todo o País, aproximadamente dois milhões de pessoas vivem em cinco mil áreas quilombolas que aguardam reconhecimento por parte do Governo Federal, segundo estimativa do Movimento Negro Unificado. No Rio Grande do Sul, são mais de 100 remanescentes de quilombos. Tais comunidades são habitadas por descendentes de escravos que ocuparam as terras após fugirem de seus proprietários ou com o fim da escravatura e que reivindicam reconhecimento legal dos seus direitos sobre elas e proteção para preservar os valores culturais da população negra.

Os relatos expostos durante o evento e as reivindicações das comunidades quilombolas foram enviados para o Governo Federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), responsável pela avaliação dos territórios que buscam a

titulação como áreas quilombolas, e também para as administrações estaduais.

1º Seminário do Idoso em Porto Alegre

O coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, Francesco Conti, representou o Ministério Público no 1º Seminário do Idoso, promovido pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) da OAB/RS. O evento aconteceu no dia 4 de maio de 2010, na sede da Ordem, em Porto Alegre.

O encontro teve como propósito debater a legislação específica e as dificuldades enfrentadas pelo idoso, colher sugestões e dar encaminhamento para questões abordadas durante o encontro.

Conforme o Estatuto do Idoso, sancionado em 2003, é competência do Ministério Público atuar na defesa dessa parcela da população.

“Quando houver idoso em situação de risco, o assunto deve ser levado ao Ministério Público, para que tome medidas protetivas imediatamente”.

Francesco Conti, Coordenador de Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.

Seminário “Políticas Afirmativas em Saúde da População Negra e Participação Popular em Defesa do SUS: Dignidade Humana, Igualdade de Sujeitos de Direito no SUS”

O seminário ocorreu no Ministério Público do Rio Grande do Sul, nos dias 19 e 20 de julho, e definiu ações com o objetivo de promover a qualificação do atendimento à saúde da população negra.

Entre as estratégias adotadas está a participação do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério Público, a quem caberá a responsabilidade de articular os Promotores de Justiça locais e a Defensoria Pública para estabelecer metas sobre a efetivação da Política Integral de Saúde da População Negra (PISPN), combinada com o Movimento Negro local e regional e os Conselhos Estadual e Municipais de Saúde.

Outros trabalhos estão relacionados à mobilização para obter recursos e realizar atividades relacionadas ao tema, estabelecer uma política estadual de saúde que atenda às especificidades da população negra, além da cobrança que deve ser feita, do poder público, para garantir o acesso pleno das comunidades negras aos serviços públicos de saúde.

A saúde bucal também foi tema dos debates. Uma das propostas foi que seja promovido atendimento na área às comunidades remanescentes de quilombos e que a cobertura da assistência seja de 100% nos próximos 12 meses.

O relatório com os apontamentos definidos durante o Seminário foi repassado à Associação dos Secretários e Dirigentes de Saúde do Estado (Assedisa) e à Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), para que o documento seja repassado às prefeituras e os gestores municipais tenham conhecimento das deliberações.

Campanha de prevenção às hepatites virais

Na data estabelecida pela Organização Mundial da Saúde como o *Dia Mundial de Combate às Hepatites Virais*, 28 de julho, o Ministério Público deu início a uma campanha de prevenção às hepatites virais, com o lan-

Direitos Humanos

çamento de uma cartilha eletrônica. O evento aconteceu na sede da Instituição, em Porto Alegre, com o propósito de conscientizar, por meio da informação, sobre como se contrai e como é possível prevenir e tratar os principais tipos de hepatites.

A ideia é que seja criado um processo multiplicador de informações. A cartilha foi inicialmente repassada por e-mail a 2,6 mil servidores e membros do Ministério Público e o objetivo é que seja replicada, permitindo que as informações atinjam o círculo de convivência das pessoas que receberem essas orientações.

A estimativa é que, no Rio Grande do Sul, de 1,5% a 2% da população, em todos os segmentos, sejam portadores do vírus da hepatite B ou da hepatite C.

A ação integra o *Programa Portas Abertas do Ministério Público* e a campanha *Abra as Portas do seu Coração: Doe +*, que visa estimular e conscientizar a população sobre a doação de órgãos e tecidos.

Na mesma data, no Memorial do Ministério Público, foi realizada a palestra “Hepatites virais e prevenção”, proferida pela médica Themis Reverbel da Silveira, mestre em gastroenterologia, doutora em genética e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Vacinas do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Os participantes interessados também puderam ser encaminhados para realização de exames com a finalidade de verificar se são portadores de algum tipo de hepatite. O procedimento foi possível pela presença de representantes da Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde.

TERMOS DE COOPERAÇÃO FIRMADOS

Agilidade no fornecimento de medicamentos

No dia 15 de abril de 2010, foi assinado um Termo de Cooperação Técnica que objetiva a criação de um Grupo de Planejamento e de Gestão Sistêmico para dar efetividade na otimização da rede de fornecimento de medicamentos no Rio Grande do Sul. Participam da iniciativa o Ministério Público Estadual, a Secretaria Estadual de Saúde, o Tribunal de Justiça, a Procuradoria Regional da União – 4ª Região, a Defensoria Pública, a Procuradoria-Geral do Estado, a Federação das Associações dos Municípios (Famurs) e Conselho Regional de Medicina.

O acordo foi firmado durante evento do Programa de Qualificação em Gestão Pública, organizado pela Famurs, em parceria com a Fundação Escola Superior do Ministério Público. O tema em debate nesta edição foi “a judicialização dos medicamentos”.

Conforme dados apresentados por Zelionara Branco, Secretária Municipal da Saúde de Rio Grande, a partir da organização da Rede de Atenção, no mês de julho de 2009, houve redução de 80% das ações judiciais e agilização no fornecimento de medicamentos.

“A criação do grupo técnico de trabalho, composto pelas instituições irmanadas, certamente irá contribuir para o aperfeiçoamento e otimização da rede de fornecimento de medicamentos, planejando ações e encontrando soluções administrativas que auxiliem nos problemas identificados, na otimização de custos e na forma de atendimento do cidadão”.

Simone Mariano da Rocha, Procuradora-Geral de Justiça.

Criação de Conselhos e Fundos Municipais de Entorpecentes no RS

No dia 16 de novembro, foi firmado um Termo de Cooperação para o estabelecimento de medidas que possibilitem, por meio do projeto *Comunidade Ativa contra as Drogas*, a criação de conselhos e fundos municipais de entorpecentes no Estado do Rio Grande do Sul, bem como a busca de recursos para esses fundos, envolvendo toda a comunidade gaúcha na problemática dos entorpecentes, especialmente no que se refere ao crack. São signatários do compromisso, além do Ministério Público, o Tribunal de Justiça, a Federação



Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Luiz Carlos Ziomkowski e Promotor de Justiça Francesco Conti na mesa do evento

das Associações de Municípios e o Conselho Estadual de Entorpecentes.

As verbas que forem depositadas nos fundos municipais de entorpecentes poderão ser aplicadas, por exemplo, no reaparelhamento das polícias para atuar na repressão ao tráfico, em campanhas educativas e em investimentos na rede de saúde para ampliar o tratamento a dependentes químicos.

IMPACTO DA ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL NA ÁREA DE DIREITOS HUMANOS

Acessibilidade

No dia 24 de maio de 2010, o Ministério Público gaúcho assinou a adesão ao Termo de Ajustamento de Conduta Acessibilidade, que objetiva o cumprimento da legislação brasileira que garante acessibilidade a portadores de deficiência aos serviços bancários em agências, postos de atendimento e caixas eletrônicos. O acordo já havia sido firmado anteriormente pelo Ministério Público Federal, Ministérios Públicos Estaduais de São Paulo e Minas Gerais, Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

O TAC Acessibilidade prevê que os bancos gaúchos devem disponibilizar rampas de acesso ou elevadores, instalar sanitários adaptados para usuários cadeirantes, garantir aos deficientes visuais leitura de documentos em voz alta ou por meio eletrônico, emitir cartões magnéticos com folheto em braille e letras ampliadas com instruções de uso, enviar porta-cartão em braille e alto-relevo com informações do cartão, enviar extrato mensal da conta-corrente em braille ou caracteres ampliados, conforme opção do cliente, e instalar pontos de recepção de mensagens adaptados para deficientes auditivos.

Os bancos também deverão disponibilizar pelo menos uma pessoa capacitada a prestar atendimento às pessoas surdas, na Língua Brasileira de Sinais, com ênfase nos termos utilizados nas transações e operações bancárias. Está previsto, ainda, atendimento prioritário a deficientes mentais, com condições operacionais e de segurança.

Direitos Humanos

Durante a assinatura do TAC, a Procuradora-Geral de Justiça ressaltou que o ato reafirma o compromisso do Ministério Público com a sociedade gaúcha. “O documento é importante, pois garante o atendimento adequado às pessoas com deficiência”, disse. Simone Mariano da Rocha destacou aos participantes o trabalho combativo dos Promotores de Justiça com atribuição de defesa dos direitos humanos e informou aos visitantes que o acordo passa a fazer parte do *Programa Portas Abertas*, que abriga ações de alcance social do MP.

TERMOS DE COMPROMISSO

Esteio e Santo Ângelo

No dia 15 de março, foi assinado um termo de compromisso entre o Ministério Público, a Prefeitura, a Associação das Pessoas Portadoras de Deficiência de Esteio e a Ordem dos Advogados do Brasil visando tornar a cidade totalmente acessível a essa parcela da população, por meio da adequação dos espaços públicos, edifícios e vias do Município de Esteio.



Ônibus equipados para atender cadeirantes

A Prefeitura terá prazo de três anos para implantar o projeto, que envolve fiscalização nas calçadas de imóveis particulares e conservação das públicas, rebaixamento de meio-fio nas esquinas de todos os logradouros e também canteiros centrais onde há travessia de pedestres, fiscalização em prédios de uso público ou com grande circulação de pessoas, adequação dos prédios e paradas de ônibus do Município, reserva de 2% de vagas na zona central para que veículos transportem pessoas portadoras de necessidades especiais ou com dificuldade de locomoção.

O Termo prevê, também, que a Prefeitura está proibida de conceder o habite-se aos imóveis que não tenham passeio público ou não atendam às regras de acessibilidade universal. O primeiro alvo de fiscalização e tomada de providências serão as imediações de escolas. Proprietários de imóveis serão notificados sobre a necessidade de adequação e melhora das condições das calçadas.

O Ministério Público acompanhará a execução do projeto por meio de relatórios que serão enviados a cada quatro meses para a Promotoria de Esteio.

“Isto vai permitir que as pessoas portadoras de necessidades especiais circulem pela cidade. Isto também representa inclusão. Além disso, a ação visa garantir mais segurança a todos os pedestres”.

André MacDonald, Promotor de Justiça.

Outro Termo de Ajustamento de Conduta buscando melhorar a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência do Município de Santo Ângelo foi firmado entre o Ministério Público e a empresa Viação Tiara-ju. Por meio do TAC, a empresa adquiriu mais quatro ônibus equipados para atender cadeirantes. Com a medida, chega a oito o número de veículos com o equi-

pamento, representando 30% da frota existente no Município.

O Ministério Público segue, agora, com as tratativas para entabular novas negociações com a concessionária do transporte coletivo municipal para garantir que toda a frota esteja adequada para o transporte de cadeirantes, nos termos exigidos pela legislação.

ATUAÇÃO JUDICIAL

Repasse ao Fundo Estadual da Saúde

O Ministério Público ingressou com ação civil pública contra o Estado do Rio Grande do Sul para que sejam repassados ao Fundo Estadual da Saúde os valores não aplicados em ações e serviços públicos de saúde referentes ao ano de 2008, de modo a atingir o percentual de aplicação mínimo de 12% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT).

Segundo o promotor de Justiça Luís Antônio Portela, a ação foi proposta após a instauração de um inquérito civil que tinha como objetivo averiguar o descumprimento da Emenda Constitucional n.º 29/2000 pela lei orçamentária do Estado do Rio Grande do Sul referente ao exercício de 2008. A Emenda estabeleceu a base de cálculo e os recursos mínimos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, além de ter definido que o limite mínimo dessa aplicação partiria de 7%, em 2000, chegando a 12% no final de 2004, percentuais calculados sobre a RLIT.

No exercício financeiro de 2008, a Receita Líquida de Impostos e Transferência atingiu o montante de R\$ 14.123.286.151,13, sendo que o Estado do Rio Grande do

Sul deveria ter aplicado na área da saúde o equivalente a R\$ 1.694.794.338,13. “Em que pese tratar-se de área fundamental, o demandado aplicou na saúde pública tão-somente a quantia de R\$ 676.089.646,43, o que representa apenas 4,8% da RLIT”, explica Luís Antônio Portela. Dados fornecidos pelo Tribunal de Contas do Estado revelam que o orçamento da Secretaria Estadual de Saúde em 2008 alcançou o valor de R\$ 1.751.214.939,89, o que corresponde a 12,40% da RLIT.

De acordo com a ação civil pública proposta pelo Ministério Público, nessa quantia foram incluídas, indevidamente, despesas relativas às contribuições ao Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul para a assistência médica dos servidores e ao pagamento de pessoal inativo da Secretaria da Saúde e da Fundação Estadual de Produção e Pesquisa, além dos valores referentes aos serviços de saneamento básico prestados pela Companhia Rio-grandense de Saneamento.

Meio Ambiente





PROJETOS ESTRATÉGICOS

Atuação Ambiental Regionalizada – Piloto

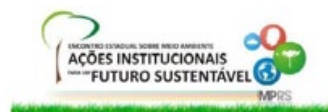
As questões ambientais não se restringem a limites geográficos. A experiência da atuação em Redes Ambientais indicou a necessidade de transição para a Atuação Ambiental Regionalizada, como forma de conferir maior eficiência à atuação ministerial na tutela do meio ambiente. O objetivo é garantir a operacionalização da atuação em redes por bacia hidrográfica, assegurando o adequado acompanhamento da execução dos inquéritos civis regionais instaurados.

Implantado oficialmente em 25 de novembro, o projeto da Promotoria Regional de Defesa do Meio Ambiente teve designado o promotor de Justiça Daniel Martini para atuar em assuntos regionais em matéria ambiental quando o tema ou fato for praticado ou gerar reflexos na região das bacias hidrográficas dos rios dos Sinos e Gravataí. Nessa região estão concentradas as indústrias calçadistas, têxteis e de alimentos, que contribuem com cerca de 40% do PIB estadual, 12% da população em 1,5% do território do Estado, o que importa em alta utilização dos recursos ambientais disponíveis.

Está previsto o funcionamento da Promotoria Regional na forma de um projeto piloto, por um período de seis meses, que poderá ser renovado. A análise dos resultados da atuação regional permitirá avaliar a necessidade e conveniência de instauração de Promotorias Regionais ambientais em outras bacias hidrográficas.

AÇÕES REALIZADAS

Encontro Estadual do Ministério Público: “Ações Institucionais para um Futuro Sustentável”



Foi realizado, entre os dias 24 a 26 de novembro, em Canela, o *Encontro Estadual sobre Meio Ambiente - Ações Institucionais para um Futuro Sustentável*, reunindo Promotores de Justiça com atuação na área ambiental e proporcionando um debate sobre os desafios do Ministério Público para a defesa do meio ambiente e questões referentes ao Direito Ambiental.

Em palestras e oficinas organizadas nos temas “Corredores Ecológicos e Áreas de Preservação Permanente (APP)”, “Resíduos Sólidos e Saneamento”, “Responsabilidade Penal Ambiental” e “Propostas Inovadoras para Efetividade no Processo Coletivo”, foram discutidas formas de atuação do Ministério Público na defesa do meio ambiente. As propostas surgidas do debate foram apresentadas em uma reunião do Conselho do Ministério Público do Meio Ambiente (CONMAM) e posteriormente levadas à Corregedoria do Ministério Público.

O evento foi todo planejado para que não houvesse resíduos. A emissão de carbono gerada durante o evento foi neutralizada. No encontro, foi implantada oficialmente a Promotoria Regional de Defesa do Meio Ambiente, sendo o promotor de Justiça Daniel

Martini designado para atuar na região das bacias hidrográficas dos rios dos Sinos e Gravataí.



Procuradora-Geral de Justiça, Simone Mariano da Rocha com o Promotor de Justiça, Daniel Martini

Comissão Institucional de Gestão Ambiental – CIGA

A Comissão Institucional de Gestão Ambiental foi criada com a finalidade de estudar, sugerir e acompanhar a execução de medidas administrativas voltadas à adoção de hábitos ecologicamente sustentáveis, como o gerenciamento de resíduos sólidos e outras medidas de consumo de bens e serviços de forma sustentável, todas no sentido de fomentar a conscientização institucional da preservação ambiental.

A “Gestão dos Resíduos Sólidos”, já implantada em todas as sedes da capital e em 34% das Promotorias de Justiça do interior do Estado, é um sucesso. Desde o início da segregação interna dos resíduos, já foram recicladas 230 toneladas de papéis inservíveis, inclusive os oriundos da aplicação da Tabela de Temporalidade de Documentos.

Está em andamento a implantação do Projeto Impressão Frente-Verso, que depois de efetivado gerará uma economia de 40% no consumo de folhas de papel por mês.

Semana Interinstitucional do Meio Ambiente – Ética e Solidariedade

Em 2010 realizou-se, no Auditório Mondercil Paulo de Moraes, a *Semana Interinstitucional do Meio Ambiente - Ética e Solidariedade*, em conjunto com o Judiciário Estadual, Federal e Tribunal de Contas Estadual, com mais de 300 participantes.

A Procuradora-Geral de Justiça Simone Mariano da Rocha assinou Termo de Cooperação com os Presidentes do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Tribunal Regional Federal 4ª Região, Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região, Tribunal Regional Eleitoral-RS, Tribunal de Justiça Militar-RS e Tribunal de Contas Estadual-RS objetivando o comprometimento de trabalhar em ações conjuntas em prol da conscientização socioambiental de seus públicos internos e da comunidade. Ela destacou que a atividade é inédita, reunindo diversas instituições e possibilitando a “formação de opiniões, de valores, de conhecimento e, especialmente, prestando um serviço relevante a quem pretende cumprir o preceito Constitucional de preservar a qualidade ambiental para esta e para as futuras gerações”.



Na opinião da Procuradora-Geral de Justiça, “é possível cuidar do meio ambiente sem perder de vista outros temas, sejam eles relacionados à economia ou aos direitos fundamentais dos cidadãos”.

Meio Ambiente

Corredores Ecológicos - As Redes Ambientais

Uma das formas mais eficientes de prevenir contra enchentes e deslizamentos de terras é preservar a vegetação e impedir a ocupação irregular das chamadas áreas de preservação ambiental (APP) - terras ribeirinhas, topos e encostas de morros cuja inclinação ultrapassa os 45 graus. O Programa de Recuperação Ambiental por Corredores Ecológicos (PRO-RECOE), construído pelo Ministério Público e pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), estabelece medidas para recuperar áreas de preservação permanente que foram degradadas. O programa foi apresentado aos integrantes da FAMURS, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) e aos representantes do governo estadual.

Esse programa estabelece prazos para que proprietários de terras classificadas como APP que foram degradadas implantem ações para restauração da mata nativa às margens de rios. As medidas devem acontecer em três fases: na primeira, recuperação de um terço da área no prazo de um ano; na segunda, a recuperação de mais um terço, com prazo de seis anos; e na terceira, a recuperação integral da área, que deve ser iniciada em até 11 anos.

A implementação do PRO-RECOE se dará por meio da assinatura de Termos de Adesão por parte dos proprietários rurais. Como contrapartida, estes poderão ter benefícios, como acesso facilitado ao crédito. Para garantir a abrangência e a fiscalização, o programa deverá ser conduzido também pelas administrações municipais.

“O projeto valoriza os corredores ecológicos, já pactuados entre produtores rurais e o Ministério Público, uma das mais importantes

realizações dos colegas promotores”.

Julio Almeida, Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente

Ministério Público monitora queimadas no Rio Grande do Sul

No ano de 2010, até o mês de agosto, foram detectados no Rio Grande do Sul 526 focos de incêndio. O dado está em relatório desenvolvido pela Divisão de Assessoramento Técnico do Ministério Público (DAT), a partir de informações obtidas por satélites junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A região onde mais ocorrem focos de incêndio, conforme o levantamento, é a nordeste do Estado, na Região dos Campos de Cima da Serra, sendo que São Francisco de Paula, Bom Jesus e Jaquirana foram os municípios onde os satélites do Inpe detectaram o maior número de registros.

Segundo o biólogo do Ministério Público Luiz Fernando de Souza, uma característica é o grande acúmulo de focos de queimadas no mês de agosto, “provavelmente relacionado ao uso de fogo para manejo de áreas de pastagem”, prática que é proibida pela legislação ambiental gaúcha. O Ministério Público monitora permanentemente a ocorrência de queimadas no Estado. A DAT repassa relatórios periodicamente para 116 Promotorias de Justiça, a fim de que possam adotar providências e solicitar a intervenção dos órgãos ambientais, como a Polícia Ambiental da Brigada Militar ou a Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Desde 1990, houve várias tentativas do Legislativo gaúcho e de municípios para implementar novas leis flexibilizando a prática de queimadas no Estado, conforme as peculiaridades de cada local. Entretanto, o

Ministério Público ajuizou Ações Diretas de Inconstitucionalidade, que impediram mudanças no Código Florestal gaúcho.



Queimada em São José dos Ausentes

Vedada extração de carvão na área de proteção ambiental (APA) do Banhado Grande

O Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande decidiu pela não anuência de atividades de mineração de carvão dentro da unidade de conservação de uso sustentável criada pelo Decreto N° 38.971/98 e que abrange os Municípios de Glorinha, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha e Viamão. A promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman externou, na reunião, a posição do Ministério Público, contrária à atividade, tendo em vista a ausência do plano de manejo.

Em abril, a Promotoria de Justiça Especializada de Viamão recebeu representações informando sobre solicitações de licenciamento de mineração de carvão mineral, sem beneficiamento, por duas empre-

sas em áreas situadas parcialmente dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental, que ainda não possui plano de manejo. As duas áreas somadas totalizariam cerca de mil hectares e a exploração do minério se daria durante um período de 30 a 40 anos. Foram instaurados inquéritos civis e colhidos elementos indicativos do alto impacto das atividades, bem como feitas reuniões e discussões com a comunidade. O plano de manejo é um documento que estabelece o zoneamento de uma unidade de conservação e como deverão ser usados os seus recursos naturais.

TERMOS DE COOPERAÇÃO FIRMADOS

I Concurso de Responsabilidade Socioambiental

Em uma iniciativa inédita, o Ministério Público, em parceria com o Conselho Pró-Segurança Pública de Osório (CONSEPRO), lançou, no dia 14 de outubro de 2010, o *I Concurso Responsabilidade Socioambiental*. O evento, realizado na Promotoria de Osório, foi marcado pela assinatura do Termo de Cooperação entre o Ministério Público, Consepro e Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), que apoia a iniciativa.

O documento formaliza o desenvolvimento do concurso, que vai premiar os dois melhores projetos que visam gerar benefícios para o meio ambiente. Serão destinados R\$ 30 mil para financiar as iniciativas: R\$ 15 mil irão para Osório e outros R\$ 15 mil para Maquiné. Os recursos provêm da assinatura de termos de ajustamento de conduta firmados nas duas cidades pelo Ministério Público e depositados em benefício do Consepro de Osório, que alterou seu estatuto para viabilizar o repasse das verbas.



Promotor de Justiça Júlio Almeida no lançamento do concurso

O concurso está sendo desenvolvido nos dois Municípios litorâneos na forma de um projeto piloto. A ideia é ampliar a iniciativa para todo o Estado.

“O projeto resgata o que há de mais importante numa comunidade, que é sua força de mobilização e articulação. O Ministério Público e o Consepro estão atentando para a possibilidade de que os dois municípios resgatem danos ambientais por meio de projetos elaborados por qualquer instituição ou entidade que não seja vinculada à administração direta”.

Júlio Almeida, idealizador do concurso e Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente.

Proteção do Meio Ambiente por Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto

O Termo, assinado em 25 de maio pelo Ministério Público e pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), objetiva a proteção do meio ambiente através do uso de técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto. Pelo acordo, a FAMURS disponibilizará ao Ministério Público o seu acervo de dados georreferenciados de municípios do Rio Grande do Sul, composto por imagens do satélite “Aster”, assim como os dados sobre planos de informação de drenagem, de divisas municipais, de bacias hidrográficas e do sistema viário, entre outros. O Ministério Público prestará apoio técnico à FAMURS através do Núcleo de Geoprocessamento. De acordo com Júlio

Almeida, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, o convênio será importante para solucionar questões fundamentais, como a reconstituição de áreas de preservação permanente.

Centrais de Resíduos Industriais

Em abril de 2010, o Ministério Público e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) firmaram Termo de Cooperação objetivando a proteção do meio ambiente, através do compartilhamento de informações oriundas de procedimentos administrativos, inquéritos civis, ações civis públicas e procedimentos investigatórios criminais relativos às Centrais de Resíduos Industriais em operação no Rio Grande do Sul.

Pelo acordo, os Promotores de Justiça com atuação nas Comarcas onde se localizam as Centrais de Resíduos Industriais informarão antecipadamente à FEPAM sobre inquéritos civis ou peças de informação instauradas para apuração dos fatos relacionados com as Centrais. A Fundação também será comunicada, para ciência e eventual acompanhamento, sobre termos de ajustamento de conduta, ações civis públicas e investigações criminais que tenham por objeto a implantação, operação ou ampliação de Centrais.

Por sua vez, compete à FEPAM fornecer ao Ministério Público cópia da auditoria ambiental, necessária para a concessão e renovação de licenciamento ambiental, cópia dos autos de infração lavrados contra as Centrais de Resíduos Industriais, na hipótese de serem constatadas infrações às licenças ambientais concedidas, bem como dos compromissos ambientais eventualmente celebrados entre a Fepam e as Centrais.



Promotor de Justiça, Paulo Eduardo de Almeida Vieira um dos proponentes da iniciativa



Promotora de Justiça, Annelise Monteiro Steigleder uma das proponentes da iniciativa

IMPACTO DA ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL NA ÁREA AMBIENTAL

Resultados

A avaliação da atuação extrajudicial do Ministério Público na área ambiental, ao longo de 2010, apurada com base na assinatura de 2.011 Termos de ajustamento de Conduta (TACs), trouxe os seguintes resultados



Equipamentos entregues à Brigada Militar de Rio Grande

como forma de indenizar por danos não recuperáveis ao ambiente:

1. Promessa de recuperação de **422,23** hectares degradados;
2. Plantio de **122.523** mudas;
3. Doação de R\$ **1.403.742,25**, destinados aos fundos ambientais.

Em relação a 2009, os dados de 2010 apontam um incremento de 135% no número de TACs firmados. Destaca-se como resultado da atuação extrajudicial na

área ambiental a entrega de veículo e equipamentos à Polícia Ambiental, resultantes de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça de Rio Grande e uma empresa investigada por armazenamento inadequado de pescado.

Equipamentos entregues:

- 1 lancha Yamaha 40 HP
- 10 coletes salva-vidas
- 3 computadores
- 1 aparelho GPS

- 1 máquina filmadora digital
- 2 rádios transceptores veiculares
- 3 rádios transceptores portáteis
- outros bens, totalizando um valor de R\$ 42.500,00.

Premiação para Prefeitura de Balneário Pinhal

Graças a um Termo de Ajustamento de Conduta firmado perante o Ministério Público, o Município de Balneário Pinhal recebeu do Ministério do Meio Ambiente o prêmio de *Melhor Gestão Ambiental 2009/2010*. Conforme o compromisso assinado na Promotoria de Tramandaí, o Município foi obrigado a remover mais de 200 residências construídas sobre o cordão de dunas primárias. As construções estavam em área não loteada, invadindo terreno público e sobre área de preservação permanente. Também as famílias tiveram que ser reassentadas em projeto habitacional. A Prefeitura ainda teve de dar destinação adequada dos resíduos sólidos gerados e fazer a recuperação ambiental da área.

O compromisso, firmado em parceria com o Ministério Público Federal, mobilizou, para sua execução, a participação da Advocacia-Geral da União no ajuizamento de ações civis públicas contra os invasores resistentes à remoção, bem como da Gerência do Patrimônio da União, Fepam, CEEE, Patram, entre outros órgãos.

Dos mais de cem projetos inscritos, apenas oito foram selecionados para o prêmio final, recebendo o Município gaúcho o destaque máximo.

A entrega do prêmio ocorreu em Brasília (DF) no dia 18 de março, e contou com a presença do promotor de Justiça de Tramandaí Leonardo Menin; do prefeito, Jorge Fonseca; da procuradora do Município, Maria

Helena Friedrich, e do secretário de Meio Ambiente, Vilmar Furini.

“O reconhecimento através da premiação reveste-se de grande importância para a melhor execução do compromisso de ajuste e para legitimar outras ações semelhantes adotadas em relação aos demais Municípios da Comarca, a exemplo do que ocorre com as ações civis públicas ajuizadas contra os municípios de Imbé e Cidreira”.

Leonardo Menin, Promotor de Justiça de Tramandaí.

Criminal





PROJETOS ESTRATÉGICOS

Núcleo de Apoio ao Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

O projeto iniciou em 2008, fruto de um convênio entre o Ministério Público do Rio Grande do Sul e a União, por intermédio do Ministério da Justiça - Secretaria de Reforma do Judiciário, através do PRONASCI, para efetivação da Lei Maria da Penha. No ano de 2009, o Núcleo foi definitivamente estruturado, com aquisição de equipamentos e implementação de diversas atividades relacionadas às suas atribuições.

O cadastramento dos casos de violência doméstica está sendo realizado em todo o Estado desde 29 de abril de 2009. Desde então, 140 comarcas utilizaram a ferramenta, com mais de 36 mil procedimentos cadastrados.

O funcionamento do *Núcleo de Violência Doméstica* do Ministério Público do Rio Grande do Sul é exemplo para todo o País. Só em março de 2010, o Núcleo apresentou seu trabalho em eventos em Cuiabá, Recife e Brasília.

No ano de 2010, foi intensificada a divulgação de campanhas publicitárias para difundir a conscientização a respeito da lei. Além da distribuição de material informativo pelas Promotorias de Justiça e em eventos do Ministério Público do Rio Grande do Sul, foi veiculada uma campanha educativa e publicitária para a televisão, a qual foi produzida com recursos do convênio.

Ainda, em dezembro de 2010, o Ministério Público promoveu a 2ª edição do Seminário “*Lei Maria da Penha*”, que teve como propósito divulgar e debater a referida lei. Um dos palestrantes do evento foi o coordenador do Centro de apoio Operacional Criminal e do Núcleo de Apoio ao Combate à Violência Doméstica e Fami-

liar Contra a Mulher, Fabiano Dallazen. O evento teve o apoio da Prefeitura e da Câmara de Vereadores de Alvorada e do Poder Judiciário.

Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO)

Para combater o crime organizado, que se aperfeiçoa constantemente adotando novas táticas e métodos criminosos, é necessária uma atuação cada vez mais especializada e qualificada, exigindo-se um nível de aprofundamento mais intenso dos agentes de combate ao crime. Um Promotor de Justiça atuando sozinho tem pouca efetividade no combate a esse tipo de crime. Ainda, a criação de Grupos Especializados Regionais é consonante com o processo de regionalização que o Ministério Público experimenta no momento.

Assim, em 2010, pelos Provimentos nºs 51 e 59, foram criados o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) e os Núcleos de Atuação Regionalizada do GAECO, a partir do estudo da experiência sobre o tema em outros estados buscando a identificação, prevenção e repressão das atividades de organizações criminosas no Estado do Rio Grande do Sul.

Combate ao Crack e Outras Drogas

No mês de outubro, foi firmado um Termo de Compromisso entre o Ministério Público, a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), a Defensoria Pública, a Polícia Federal e o Tribunal de Contas do Estado para fortalecer ações articuladas com foco na prevenção e tratamento de dependentes químicos. A iniciativa faz parte do Projeto *Combate ao*

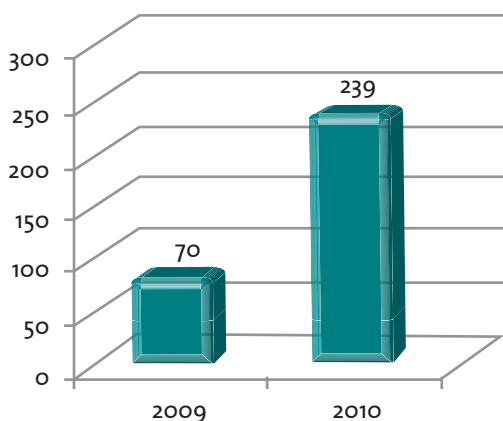
Crack e Outras Drogas, sob a coordenação do promotor de Justiça Rodrigo Schoeller de Moraes. O termo demonstra a intenção das instituições de trabalhar em parceria na busca de soluções efetivas para o problema da drogadição, especialmente o crack. Conforme Schoeller de Moraes, a ideia é reunir inicialmente as instituições que assinaram o termo de cooperação, com o objetivo de atuar de forma efetiva, intersetorial e multidisciplinar na prevenção, no tratamento e na repressão às drogas, especialmente o crack.

Projeto Alquimia

A finalidade do *Projeto Alquimia* é assegurar uma destinação ambiental adequada às máquinas apreendidas em operações desencadeadas pela Força-Tarefa de Combate aos Jogos Ilícitos, com aproveitamento integral dos componentes, ao mesmo tempo em que viabiliza a inclusão social, por intermédio do *Programa Socioambiental de Recondicionamento e Recicla-*

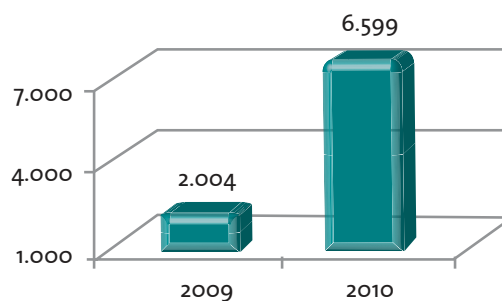
gem. Com os materiais das máquinas apreendidas são montados equipamentos de informática, produzidos objetos, confeccionados móveis e artesanatos em madeira. Esses equipamentos de informática são destinados às escolas públicas, órgãos públicos e projetos de inclusão digital. A inclusão social é realizada com a participação de jovens em situação de risco social, dependentes químicos em fase de reabilitação e apenados, nas oficinas de recondicionamento e reciclagem. Em 2010, a Força-Tarefa de Combate aos Jogos Ilícitos passou a participar diretamente dos cumprimentos de

Computadores Manufaturados no Projeto Alquimia



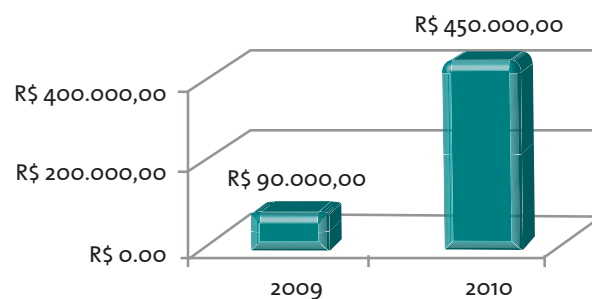
■ Computadores Manufaturados pelo Centro Social Marista - Entidade Cooperada do Projeto - a partir de Máquinas Caça-Níqueis Apreendidas

Atuação da Força-Tarefa de Combate aos Jogos Ilícitos



■ Máquinas Caça-Níqueis Recolhidas (atuação em conjunto pela Força-Tarefa de Combate aos Jogos Ilícitos do MP com a Polícia Civil do RS)

Atuação da Força-Tarefa de Combate aos Jogos Ilícitos



■ Valores apreendidos (atuação em conjunto pela Força-Tarefa de Combate aos Jogos Ilícitos do MP com a Polícia Civil do RS)

Criminal

mandados de busca e apreensão, em conjunto com as Polícias Civil Gaúcha e Rodoviária Federal, tendo, dessa forma, aumentado o número de máquinas “caça-níqueis”, bens e valores apreendidos, além de dar uma resposta imediata ao clamor da sociedade.

A diretriz do Ministério Público de regionalizar sua atuação mostrou-se aplicável ao *Projeto Alquimia - Transformando “caça-níqueis” em inclusão social*, por duas razões: primeiramente, pela necessidade de se racionalizar custos, como o de transporte de máquinas “caça-níqueis” do interior do Estado para a Capital, e, principalmente, para que a comunidade atingida pela prática da exploração de jogos de azar seja diretamente beneficiada com as ações do *Projeto Alquimia*.



Máquinas Caça-níqueis apreendidas

Unidades Regionais do Projeto Alquimia inauguradas em 2010:

REGIÃO ADMINISTRATIVA	COMARCA SEDE DAS OFICINAS DO PROJETO ALQUIMIA	NOME DA ENTIDADE COOPERADA	DATA DE ASSINATURA DO TERMO DE COOPERAÇÃO
Região do Litoral	Osório	Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de Osório	04/02/2010
Região Central	Santa Maria	Centro Social Marista Santa Marta – CESMAR Santa Marta	08/07/2010
Região dos Campos de Cima da Serra	Vacaria	Conselho de Entidades Assistenciais de Vacaria – CEAVA	03/08/2010
Região da Serra	Caxias do Sul	Centro de Reabilitação Vita – Centro Vita	30/10/2010
Região de Porto Alegre	Porto Alegre	Centro Social Padre Leonardi	16/12/2010
Região de Porto Alegre	Porto Alegre	Centro Social Marista Cesmar	16/12/2010 (Renovação do Termo de Parceria)

Também foi realizado em 2010, em fase experimental, o trabalho do Projeto Alquimia por entidades situadas nas cidades de Tenente Portela e Gramado, que, num futuro próximo, serão cooperadas com o Ministério Público.

Valores oriundos de transações penais distribuídos às entidades:

ENTIDADES COOPERADAS NO PROJETO ALQUIMIA	VALORES DISTRIBUÍDOS ÀS ENTIDADES	
	2009	2010
Comunidade Terapêutica Desafio Jovem Gideões	R\$ 636.417,89	R\$ 372.124,16
Pastoral do Auxílio ao Toxicômano	R\$ 54.727,35	R\$ 148.136,03
Centro Social Marista	R\$ 109.512,72	R\$ 78.453,20
Diversas (indicadas pelos Magistrados dos Foros Regionais)	R\$ 93.886,15	R\$ 41.810,38
TOTAL	R\$ 132.098,47	R\$ 640.523,77

Além das máquinas “caça-níqueis” remetidas às entidades cooperadas com o *Projeto Alquimia*, diversos bens apreendidos em operações de repressão ao jogo ilícito foram destinados a 13 entidades, mediante alvará judicial. Dentre esses bens destacam-se dezenas de televisores, computadores, eletrodomésticos, mobiliários diversos. Entre as entidades beneficiadas encontram-se a Comunidade Terapêutica Desafio Jovem Gideões, o Centro Social Marista (CESMAR Porto Alegre), a Sociedade Emanuel, o Instituto Psiquiátrico Forense, o Instituto Penal Miguel Dario, o Departamento de Polícia Civil Metropolitana do Estado do Rio Grande do Sul, o Hospital Beneficência Portuguesa de Porto Alegre, a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais

(APAE) de Taquara e o Centro Infantil Renascer da Esperança.



Manifestação do Promotor de Justiça José Francisco Seabra Mendes Júnior, durante a assinatura do termo para implantação do Alquimia em Caxias do Sul

Até dezembro de 2010, foram realizadas 20 operações de fechamento de casas de bingo e apreendidas 21 máquinas de jogo do bicho *on-line*.

AÇÕES REALIZADAS

Sistema carcerário

Assim como no ano de 2009, uma área que mereceu especial atenção no ano de 2010 foi a de execução penal, tendo em vista a precária situação do sistema carcerário do Rio Grande do Sul. Até o final do ano, pelo menos cinco casas prisionais sofreram interdições parciais ou totais a requerimento do Ministério Público: Jaguarão, Caxias do Sul, Albergue Feminino, Presídio Central e Casa do Albergado Padre Pio Buck.

Criminal

O pedido de interdição parcial da Casa do Albergado Padre Pio Buck, na Capital, teve por objetivo vedar o ingresso de qualquer novo preso no local. No entendimento do Ministério Público, as graves deficiências materiais e de pessoal impedem que lá sejam alojados mais albergados sem que antes sejam adotadas providências para saná-las. Entre os principais problemas estão superlotação, goteiras no teto dos alojamentos, rachaduras nas paredes, banheiros em péssimas condições, fiação elétrica deficitária e buracos no telhado e paredes em um dos alojamentos, por onde presos vinham saindo de noite para cometer crimes.

Também em relação ao sistema carcerário, no dia 15 de março, o Ministério Público Gaúcho foi intimado do acórdão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado, que confirmou, por unanimidade, a sentença de procedência proferida pela Juíza de Direito Rosana Broglio Garbin nos autos da Ação Civil Pública ajuizada, no final do ano de 2007, pelos promotores de Justiça da Promotoria de Controle e Execução Criminal de Porto Alegre Cynthia Jappur, Gilmar Bortolotto e Luciano Pretto.

A sentença condenou o Estado do Rio Grande do Sul

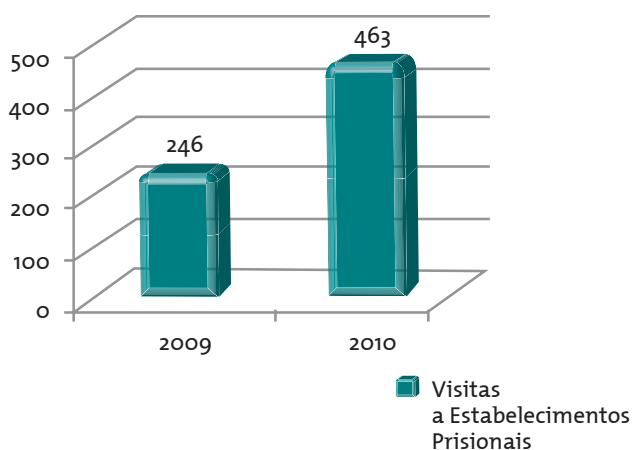
a implementar, de forma escalonada, o total de 3.387 vagas para recolhimento de presos dos regimes aberto, semiaberto e fechado, nos estabelecimentos penais sujeitos à jurisdição da Vara de Execução Criminal de Porto Alegre.

Convênio garante voto de presos provisórios

O convênio firmado entre o Ministério Público, o Tribunal Regional Eleitoral, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, a Secretaria Estadual da Segurança Pública e a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo garantiu aos presos provisórios e adolescentes infratores de todo o Estado o direito de votar nas eleições de 2010. Para tanto, foram instaladas seções eleitorais nos estabelecimentos penais e nas unidades de internação de adolescentes.

Essa foi a terceira eleição em que os presos sem condenação transitada em julgado puderam votar. No Rio Grande do Sul, as votações ocorreram em 33 estabelecimentos penais ou unidades de internação para menores infratores. Ao todo, o Estado possui 1.858 eleitores cadastrados nessa situação.

Visitas a Estabelecimentos Prisionais



Ministério Público participa de comitiva gaúcha que conheceu experiências de Parcerias Público-Privadas (PPPs) em presídios europeus

Em janeiro de 2010, a convite do Governo do Estado, o subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Luiz Carlos Ziomkowski, integrou Comitiva Oficial que visitou vários estabelecimentos prisionais da Inglaterra e da Espanha, com a finalidade de conhecer o sistema das Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Metas da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp)

O Ministério Público gaúcho, visando atender deliberação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no sentido de dar início ao cumprimento das metas estabelecidas pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), consistente em obter a pronúncia de todos os réus denunciados pelo Ministério Público por crimes de homicídio doloso em ações ajuizadas até 31 de dezembro de 2008, bem como obter a conclusão de todas as investigações criminais e julgar as ações penais desses delitos que foram instauradas e distribuídas até 31 de dezembro de 2007, efetuou, junto às Promotorias Criminais, o levantamento do número total de processos judiciais pendentes de pronúncia ou julgamento pelo Tribunal do Júri e de inquéritos policiais sem relatoria da autoridade policial, com o seu encaminhamento ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Ilegalidades das Resoluções Nº 09 e Nº 10 do Conselho Federal de Psicologia

No dia 29 de junho, o Conselho Federal de Psicologia editou a Resolução nº 09, que, em seu artigo 4º, impede os psicólogos que atuam no sistema prisional de realizar exame criminológico e qualquer outro documento escrito, oriundo de avaliação psicológica do apenado, com o fim de subsidiar decisão judicial durante a execução da pena. A Resolução, que invoca como fundamento os artigos 6º e 112 da Lei nº 10.792/2003, só autoriza os psicólogos a realizar atividades avaliativas com vistas à individualização da pena quando do ingresso do apenado no sistema prisional.

Em face dessa Resolução, que elimina importante instrumento de análise dos requisitos subjetivos da pro-

gressão de regime e de outros benefícios prisionais, em clara afronta à Súmula Vinculante nº 26 e à Súmula nº 439 do Superior Tribunal de Justiça, o Ministério Público gaúcho encaminhou ofício ao procurador da República Alexandre Amaral Gravonski rogando a adoção das providências cabíveis para atacar as ilegalidades da Resolução.

Também foi oferecida representação ao Ministério Público Federal contra a Resolução nº 10/2010 do mesmo Conselho, que veda a atuação dos psicólogos como inquisidores de crianças e adolescentes em situação de violência, no denominado depoimento sem dano. O sistema “depoimento sem dano” visa a proteger, durante a coleta da prova no processo penal, as crianças e os adolescentes já vitimados pela violência, além de constar como uma das vertentes principais do Programa Mutirão Cidadão, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça com o objetivo de estabelecer medidas concretas para a garantia dos direitos fundamentais do cidadão em situação de maior vulnerabilidade.

Após receber recomendação do Ministério Público Federal, o Conselho Federal de Psicologia editou a Resolução nº 019, suspendendo, pelo prazo de seis meses a contar de 2 de setembro, a aplicabilidade da Resolução nº 09. Já a Resolução nº 10 teve seus efeitos suspensos, no Estado do Rio Grande do Sul, por liminar concedida pela Justiça Federal em Mandado de Segurança impetrado a partir da representação do Ministério Público gaúcho.

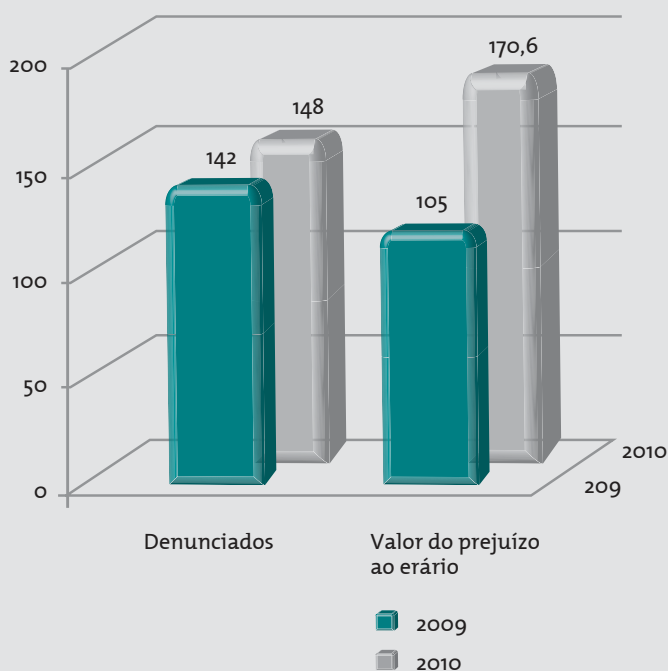
Em dezembro de 2010, foi realizada audiência pública na sede do Ministério Público Federal para debater a legalidade e constitucionalidade da resolução. O Ministério Público do Rio Grande do Sul reiterou posicionamento quanto à ilegalidade da Resolução, que afronta súmulas do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF). Ao término do encontro, o procurador da República Alexandre Amaral Gavronski estipulou prazo até o final de fevereiro de 2011 para



Promotor de Justiça, Fabiano Dallazen durante Audiência Pública

que o Conselho Federal de Psicologia tome uma decisão em relação à suspensão definitiva da Resolução n.º 09/2010. Caso o órgão opte por manter em vigor o documento, o MPF deve ingressar com uma ação civil pública buscando a nulidade da resolução.

Combate aos crimes contra a Ordem Tributária



A Promotoria de Justiça Especializada no Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária denunciou 148 pessoas por prejuízos ao erário estadual, num montante de R\$ 170,6 milhões, no ano de 2010.

Além disso, objetivando o ressarcimento dos danos,

foram sequestrados diversos bens. Um dos processos-crime, cuja sonegação de ICMS é de R\$ 66 milhões, teve sequestrados 11 bens imóveis, quatro veículos e os valores depositados em contas bancárias. Esses denunciados deram bens em garantia de toda a execução, buscando levantar o gravame.

Ainda, o ajuizamento de um pedido de sequestro de bens em ano anterior e o estabelecimento de uma medida cautelar fiscal com a Procuradoria-Geral do Estado, no ano de 2010, possibilitaram o acautelamento de, aproximadamente, R\$ 55 milhões em espécie.

No âmbito preventivo, ressalte-se que, na fase pré-processual, a ação investigatória do Ministério Público fez com que algumas empresas promovessem o pagamento integral ou o parcelamento dos débitos fiscais, citando, por exemplo, o caso de quatro empresas que, recentemente, passaram a arrecadar aos cofres públicos mais de R\$ 21,2 milhões.

Outrossim, no final do ano de 2010, em decorrência da atuação do Ministério Público em trabalho conjunto com a Receita Estadual, uma empresa do setor moveleiro de Caxias do Sul, após ser evidenciada a sonegação fiscal, quitou integralmente os débitos tributários da ordem de R\$ 6 milhões para evitar a instauração de processo criminal. A fraude consistia na simulação de vendas de mercadorias para a indevida apropriação de créditos fiscais falsos. O ressarcimento ao erário estadual demonstra uma atuação interinstitucional firme e sistemática que viabiliza um modelo de repressão na fase pré-processual.

Dentre outros trabalhos no âmbito da macrocriminalidade, esta Promotoria Especializada destaca a realização de três operações, em que, no total, foram cumpridos 30 mandados de busca e apreensão, além do ajuizamento de quebras dos sigilos telefônico, telemático, bancário e fiscal:

OPERAÇÃO	DESCRIÇÃO
ANHANGUERA	Vinculada à atuação integrada entre os Ministérios Públicos e as Receitas Estaduais dos Estados de Rio Grande do Sul e de São Paulo, visou o combate à sonegação de tributos na comercialização de combustíveis. Em solo gaúcho, foram cumpridos 18 mandados de busca e apreensão com a cooperação das Promotorias de Justiça de Canoas, Novo Hamburgo, Lajeado, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, bem como o apoio operacional do Núcleo Integrado de Investigações Criminais do MP/RS (NIIC). Destaque-se, ainda, que o Fisco gaúcho está apurando a lesão tributária, que, somente no Estado de São Paulo, alcançou um montante aproximado de R\$ 200 milhões.
BRILHANTE	Voltada a desarticular uma estrutura criminosa que já sonegou R\$ 20 milhões de ICMS, através de um grupo de 13 empresas do ramo metalúrgico de Caxias do Sul. A ação conjunta propiciou o cumprimento de 10 mandados de busca e apreensão, tendo os trabalhos a cooperação da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, o apoio operacional do Núcleo Integrado de Investigações Criminais do MP/RS – (NIIC), por intermédio de 23 policiais civis, além de 17 agentes fiscais da Receita Estadual, 14 técnicos do Tesouro Estadual e sete policiais militares do Batalhão Fazendário.
OPERAÇÃO NO AGRONEGÓCIO DO ARROZ	Resultou no cumprimento de dois mandados de busca e apreensão, com a atuação conjunta da Promotoria de Justiça de São Borja, da Receita Estadual e do Núcleo Integrado de Investigações Criminais do MP/RS (NIIC). Ao todo, a ação contou com o apoio de 21 pessoas.

Foram enviados, em 2010, à Promotoria de Justiça Especializada no Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária, 536 autos de lançamento lavrados pela Secretaria Estadual da Fazenda em todo o Estado. Essas autuações estão em análise pela Promotoria e totalizam R\$ 674,2 milhões, valor que supera o orçamento anual do Ministério Público.

Destaca-se que a parceria entre a Secretaria da Fazenda Estadual e o Ministério Público gaúcho resultou, desde 2007, no encaminhamento de 1.137 autos de lançamento contendo indícios de sonegação, relativos a aproximadamente R\$ 1,9 bilhão. As ações que tiveram início na Secretaria da Fazenda e foram encaminhadas ao Ministério Público do Estado já resultaram em desarticulação de esquemas de fraudes, inclusive em outros Estados, além de punições a ações que se constituem em crimes de sonegação.

Combate à pirataria

Com o objetivo de intensificar o combate à pirataria e à concorrência desleal, o Ministério Público do Rio Grande do Sul promoveu, em fevereiro, uma reunião entre Promotores, membros do Comitê Interinstitucional de Combate à Pirataria e representantes de diferentes segmentos afetados por esses problemas. O objetivo foi ouvir relatos e sugestões e articular ações para qualificar o trabalho contra esse tipo de crime e coibir o comércio ilegal de produtos.

Os temas debatidos foram: falsificação e contrabando de peças automotivas, explanado pela Delegacia do Consumidor; sonegação fiscal e contrabando de vinho, e pirataria na radiodifusão, a cargo da Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão (Agert).

Houve também manifestações do Comitê Sul Brasileiro de Qualidade dos Combustíveis sobre contrabando e adulteração de combustíveis; da Souza Cruz, que

Criminal

abordou contrabando e falsificação de cigarros, e do Sindicato do Comércio Varejista de Material Óptico Fotográfico e Cinematográfico (Sindiopóptica/RS), sobre venda de óculos importados e vendidos ilegalmente.

“A troca de informações e os relatos apresentados neste encontro possibilitará uma atuação conjunta e mais forte, qualificando o trabalho do Comitê Interinstitucional de Combate à Pirataria”.

Luiz Carlos Ziomkowski, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Seminário “Diálogo com a FIESP, MPRS e Receita Federal Brasileira: Abordagem Interinstitucional do Combate à Pirataria e outros delitos contra a propriedade imaterial

O encontro foi realizado no dia 28 de outubro, no auditório do Ministério Público gaúcho e reuniu membros do Ministério Público, integrantes da Polícia Civil, Brigada Militar, SMIC, Fiergs e ACI de Novo Hamburgo. A iniciativa faz parte do projeto idealizado pelo promotor de Justiça Marcelo José da Costa Petry, que prevê a parceria com organizações não governamentais para combater e reprimir a pirataria e outras fraudes, através do treinamento e capacitação técnica de membros e servidores do Ministério Público e de outras instituições, como Polícia Civil e Brigada Militar.

Representantes de diversas instituições ligadas ao combate à pirataria apresentaram casos práticos de produtos originais e pirateados, como brinquedos, tênis, peças de vestuário, cabos de aço e acessórios, como bolsas femininas e isqueiros. Também foram citadas outras práticas utilizadas pelos criminosos, como a venda de produtos usados como se fossem novos e o subfaturamento para o pagamento de valores meno-

res em impostos. Os participantes do evento também receberam um manual de identificação de falsificadores, distribuído pelo representante do Grupo de Proteção à Marca Luiz Cláudio Garé.



Foto do seminário

Redução de inquéritos policiais em tramitação

O projeto piloto realizado em 2009 para reduzir significativamente o número de inquéritos em tramitação na 2ª Delegacia de Polícia da Capital resultou no arquivamento de 32 mil inquéritos policiais num período de seis meses. Durante recente pesquisa, essa Delegacia de Polícia foi escolhida a segunda melhor do Brasil. Em 2010, a iniciativa foi ampliada para todas as Delegacias de Porto Alegre, através de protocolo de atuação conjunta entre a Polícia Civil, Ministério Público e Judiciário. O protocolo assinado determina que sejam analisados exclusivamente os inquéritos que tratam de crimes sem violência contra o patrimônio.

No mês de março, teve início o trabalho na 17ª DP. Os promotores de Justiça Ivan Melgaré e Carmen Sílvia Reis Conti, que representam o Ministério Público no projeto, já analisaram e encaminharam para arquivamento aproximadamente nove mil inquéritos.

“Trata-se de uma atuação conjunta, de três instituições irmanadas voltadas para o interesse comum de bem servir a sociedade e acabar com a sobrecarga dos inquéritos. Nós estamos no caminho certo e continuaremos nele”.

Luiz Carlos Ziomkowski, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Projeto “Voluntary Visitor Program”

Realizado em parceria entre a Procuradoria-Geral de Justiça e o Consulado dos Estados Unidos, o “Voluntary Visitor Program” objetivou a busca do conhecimento e a troca de experiências entre o Ministério Público e instituições norte-americanas envolvidas com a persecução penal e com a área de inteligência. Tendo como tema “Inteligência”, o programa foi realizado do dia 17 ao dia 26 de maio, em Washington e contou com a participação de oito membros do Ministério Público: Fábio Costa Pereira, Fernanda Ruttke Dillenburg, Lessandra Bergamaschi, Luís Felipe de Aguiar Tesheiner, Luiz Carlos Ziomkowski, Pedro Jardel da Silva Coppeti, Ricardo Felix Herbstrith e Ricardo da Silva Valdez.

OPERAÇÕES DE COMBATE AO CRIME

Operação Corsário

Em fevereiro, foi deflagrada em Torres, Capão da Canoa e Tramandaí uma operação de combate à pirataria que mobilizou Ministério Público, Polícia Civil, Brigada Militar e Polícia Federal. Ao todo, mais de 300 pessoas atuaram nas praias para identificar e flagrar comércio de produtos ilegais na região. Foram cumpridos 58

mandados de busca e apreensão em estabelecimentos comerciais e restaram apreendidas mais de 15 toneladas de peças de vestuário e acessórios falsificados, de diversas marcas nacionais e internacionais.

As peças apreendidas, atendendo à finalidade do *Projeto Bem Legal*, tiveram destinação social. Após serem descaracterizadas, ocultando as marcas falsificadas, aproximadamente 4,5 mil peças de vestuário foram repassadas ao Instituto do Câncer Infantil do Rio Grande do Sul.

Operação Esfera

A *Operação Esfera*, que visou combater a comercialização de equipamentos ilegais para maquinário agrícola, foi realizada no mês de junho e resultou na apreensão de aproximadamente 7,7 mil rolamentos falsificados e sem procedência. Oito mandados de busca e apreensão foram cumpridos simultaneamente nas cidades de Dom Pedrito, São Gabriel, Rosário do Sul, Santana do Livramento, Alegrete, Uruguaiana e Itaqui. Os trabalhos foram realizados pelo Núcleo Integrado de Investigações Criminais do Ministério Público (NIIC), Promotorias de Justiça das respectivas cidades, Delegacia de Polícia de Proteção aos Direitos do Consumidor e Departamento Estadual de Investigações Criminais da Polícia Civil.

Operação Centauro Verde

Uma operação conjunta da Promotoria de Justiça de Casca e da Patrulha Ambiental de Passo Fundo resultou, no mês de agosto, na prisão de 14 pessoas suspeitas da prática de crimes contra o meio ambiente, como caça ilegal, furto de cargas de produtos como defensi-

Criminal

vos agrícolas e medicamentos veterinários. Ao todo, 140 policiais participaram da ação. Foram cumpridos 25 mandados de busca e apreensão nas cidades de Ciriaco, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Tapejara, Muliterno e Água Santa, resultando na apreensão de 27 espingardas de calibres diversos, 12 revólveres, farta munição, material de recarga, 100 quilos de carne de origem ilícita, 200 galos de rinha, petrechos de pesca, computadores, celulares e filmadoras.

Operação Virgínia

Em setembro, uma ação com 50 integrantes do Núcleo Integrado de Investigações Criminais do Ministério Público (NIIC), da Delegacia Especializada em Furtos, Roubos, Entorpecentes e Capturas (Defrec) de Pelotas e várias delegacias da região desarticulou quadrilha que roubava cargas naquele Município. Foram presas três pessoas e apreendidas seis espingardas, uma pistola 9 mm, dezenas de talonários de notas fiscais, farta munição de variados calibres e aparelhos celulares. O trabalho teve início no mês de abril, quando houve um roubo de carga no interior de Pelotas, no qual foram desviadas 16,5 toneladas de fumo, avaliadas em aproximadamente R\$ 115 mil.

Operação Batedor

Em abril, operação realizada por meio de parceria entre Ministério Público e Polícia Civil desarticulou quadrilha especializada em roubo de veículos que atuava especialmente em Porto Alegre, na região do Bairro Floresta. Foram cumpridos nove mandados de prisão e 32 de busca e apreensão na capital gaúcha, em Esteio, Sapucaia do Sul, Estância Velha e Sapiranga. A operação resultou na prisão de 12 pessoas e na

apreensão de seis veículos roubados ou com suspeita de serem clonados, além de armas, coletes à prova de balas e drogas.

Conforme o delegado de Roubo e Furto de Veículos Heliomar Franco, está comprovado o envolvimento da quadrilha em 20 roubos de veículos. Os automóveis eram revendidos de maneira ilegal ou enviados para o exterior. A investigação da Delegacia de Roubo e Furto de Veículos foi apoiada pelo Ministério Público, através do Núcleo de Inteligência (NIMP) e do Núcleo Integrado de Investigações Criminais do Ministério Público (NIIC). Mais de 140 agentes de diferentes órgãos da Polícia Civil e do NIIC participaram da operação, que foi acompanhada pelos promotores-atores Luís Felipe de Aguiar Tesheiner e Fábio Costa Pereira.

“O Núcleo forneceu suporte para qualificar a investigação criminal, fornecendo, principalmente, recursos tecnológicos e de informação”.

Eduardo Hartz, delegado responsável pela coordenação da equipe de policiais civis que atua junto ao Ministério Público.

Operação Cova Rasa

A *Operação Cova Rasa* desbaratou uma quadrilha acusada de tráfico de drogas e de vários assassinatos em Canoas. Até outubro de 2010, já tinha rendido 15 denúncias. Desde que o esquema foi desarticulado, foram presas mais de 50 pessoas, em cerca de 60 mandados cumpridos em Canoas e Região Metropolitana. As ordens para a prática de diversos assassinatos teriam sido transmitidas por telefone celular de dentro de presídios, como a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas. Escutas revelam que os mandantes, para confirmar o cumprimento da ordem, pediam que o celular ficasse ligado enquanto a vítima era morta.

De acordo com os números divulgados pela Polícia Civil, na Comarca de Canoas, depois da realização da Operação Cova Rosa, houve a diminuição de 35% dos homicídios. No mesmo período de 2009, a Comarca registrava 126 crimes dessa natureza, enquanto que, em 2010, registrava 84 delitos contra a vida. Os números da 1ª Delegacia de Polícia, local em que atuava a quadrilha, são ainda mais significativos. Em 2009 foram registrados 60 homicídios. Esse número, em 2010, no mesmo período, caiu para 39.

Após enaltecer a parceria com o Ministério Público durante toda a Operação Cova Rasa, o inspetor de Polícia de Canoas Sérgio Zolima afirmou que “o número de homicídios na cidade diminuiu porque os matadores estão fora do ar, ou seja, recolhidos no sistema prisional gaúcho, que já abriga 64 integrantes da quadrilha”.

Operação Guajuviras

A Operação desarticulou uma rede de tráfico de entorpecentes que agia na Região Metropolitana de Porto Alegre. Foram presos 20 envolvidos no esquema criminoso, entre eles dois policiais militares, e apreendidas quatro mil pedras de crack, 30 aparelhos celulares, dois veículos, três armas e R\$ 27 mil em dinheiro, além de uma quantidade considerável de maconha e cocaína.

A investigação durou seis meses, em um trabalho conjunto da Promotoria de Justiça Criminal de Canoas, Núcleo de Inteligência do Ministério Público (NIMP) e Comando de Policiamento Metropolitano de Canoas para detectar inicialmente o tráfico de drogas e o envolvimento de policiais militares com uma traficante no bairro Guajuviras em Canoas. Através de interceptações telefônicas e vídeos autorizados judicialmente, os passos dos criminosos foram monitorados, o que possibilitou mapear toda a rede de envolvidos.

Em relação ao expressivo número de mulheres presas na operação, o promotor de Justiça Amilcar Macedo explicou que todas eram ligadas a detentos que estão dentro dos presídios e, por intermédio de telefones celulares, faziam o comando, inclusive determinando a compra de veículos para a prática de crimes. Acrescentou ainda que essas mulheres assumiram de fato a gerência da atividade criminosa nas ruas.

O esquema criminoso envolvia a distribuição de drogas, vindas do Paraguai, em municípios gaúchos. O recolhimento de dinheiro e a distribuição da droga para diferentes localidades eram coordenados por uma traficante, a partir de um bar localizado em frente ao Presídio Central. Em relação aos dois policiais militares detidos, a investigação revelou que eles mantinham uma relação promíscua com uma das presas e agiam contra traficantes concorrentes, a mando da mulher.

A operação contou com a participação de 342 integrantes da Brigada Militar, 70 viaturas, dois helicópteros e oito cães farejadores.

Operação Pente Fino nos Presídios Gaúchos



Promotor de Justiça, Fabiano Dallazen
acompanhando as operações



Apreensões



Apreensões

Como parte de uma ação do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul efetuou, com o apoio do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado, “revistas gerais” em quatro estabelecimentos penais do Estado. As operações resultaram, resumidamente, na apreensão de 335 celulares, 29 chips telefônicos, oito armas de fogo, munições de diversos calibres, 103 facas, mais 97 estoques e grande quantidade de droga.

DADOS DO RELATÓRIO DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Área Criminal

INQUÉRITOS POLICIAIS/ NOTÍCIAS CRIMINAIS/PICS

Recebidos	298.682
Requisitados pelo Ministério Público	2.107
Baixados à Origem para realização de diligência	30.270
Arquivados (p/extinção de punibilidade; p/desconhecimento de autoria; p/outras causas)	102.030
Transações penais efetivadas	1.368
Denúncias oferecidas	45.338
Manifestações diversas	140.869

TERMOS CIRCUNSTANCIADOS

Recebidos	288.677
Requisitados pelo Ministério Público	502
Baixados à Origem para realização de diligência	12.784
Arquivados (p/extinção de punibilidade; p/desconhecimento de autoria; p/outras causas)	82.261
Transações penais efetivadas	14.852
Denúncias oferecidas	15.651
Manifestações diversas	158.178

PROCESSOS CRIMINAIS NO PRIMEIRO GRAU

Recebidos	458.447
Arquivados (pela extinção de punibilidade; p/desconhecimento de autoria; p/outras causas)	8.462
Total de manifestações	364.352

SUSPENSÕES CONDICIONAIS DO PROCESSO

Suspensões Condicionais do Processo efetivadas	4.048
--	-------

JULGAMENTOS

Condenação conforme pedido do Ministério Público de 1º grau	10.667
Absolvição contrária ao pedido do Ministério Público de 1º grau	3.537

ATIVIDADE RECURSAL E CORRELATA

Agravos em Execução interpostos	2.369
Mandados de Segurança impetrados	16
Recurso em Sentido Estrito interpostos	625
Correições parciais propostas	215
Apelações interpostas	3.620
Outros	8.349

EXECUÇÃO PENAL

Pareceres/promoções	166.620
Visitas a estabelecimentos prisionais	463

ATOS DE CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

Procedimentos investigatórios instaurados	26
Recomendações expedidas	776
Denúncias oferecidas	3
Ações penais julgadas procedentes	39
Ações penais julgadas improcedentes	13

INTERCEPTAÇÕES

Número de procedimentos que permanecem em trâmite (interceptações telefônicas)	966
Quantidade de telefones que permanecem monitorados	2.186
Número de procedimentos que permanecem em trâmite (interceptações em sistemas de informação – informática/telemática)	57
Quantidade de endereços eletrônicos (e-mail ou ip) que permanecem monitorados	67
Número de pessoas que permanecem sob investigação	1.054

AUDIÊNCIAS/SESSÕES ASSISTIDAS

Juizado Comum	69.134
Juizado Especial Criminal	65.80
Execução Criminal	6.830
Tribunal do Júri – Audiências assistidas	5.255
Tribunal do Júri – Plenários realizados	1.336
Violência Doméstica Contra a Mulher (Lei Maria da Penha)	20.406

PESSOAS ATENDIDAS NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Nº de pessoas atendidas	16.510
-------------------------	--------

Crimes Militares

INQUÉRITOS POLICIAIS/ NOTÍCIAS CRIMINAIS/PICS

Recebidos/Instaurados	5.463
Requisitados pelo Ministério Público	34
Baixados à Origem para realização de diligência	830
Arquivados (pela extinção de punibilidade; p/ desconhecimento de autoria; p/outras causas)	1.851
Denúncias oferecidas	406
Manifestações diversas	1.736

PROCESSOS CRIMINAIS NO PRIMEIRO GRAU

Recebidos	2.867
Arquivados (pela extinção de punibilidade; p/ desconhecimento de autoria; p/outras causas)	26
Total de manifestações	1.848

JULGAMENTOS

Condenação conforme pedido do Ministério Público de 1º grau	45
Absolvição contrária ao pedido do Ministério Público de 1º grau	39

ATIVIDADE RECURSAL E CORRELATA

Apelações interpostas	84
Outras	135

AUDIÊNCIAS/SESSÕES

Sessões de julgamento realizadas	157
Audiências assistidas	718

PESSOAS ATENDIDAS NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Nº de pessoas atendidas	60
-------------------------	----



Consumidor



Consumidor

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Consumidor Consciente

Projeto para informar os consumidores sobre seus direitos - e as ações que podem ser tomadas no caso de estes serem desrespeitados -, através de seminários, palestras e cartilhas informativas, desenvolvido em cinco etapas no ano de 2010.

Na primeira etapa, ocorrida em 15 de março, no *Dia Internacional do Consumidor*, foi realizado evento que abordou o consumo consciente e as consequências do consumismo exagerado, tendo como público-alvo crianças da rede estadual de ensino.

A segunda etapa ocorreu em junho, quando a equipe do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor, coordenada pela promotora de Justiça Têmis Limberger, participou de um bate-papo com alunos do 4º ano do Ensino Fundamental da Escola de Educação Básica Apeles Porto Alegre, no bairro Santana.

A terceira etapa do Projeto Consumidor Consciente ocorreu em agosto, no auditório do Sistema Farsul, na Expointer, em Esteio. Alunos da 1ª série do Centro Municipal de Educação Básica Luiza Silvestre de Fraga, de Esteio, participaram de um bate-papo com a equipe do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor e o promotor de Esteio, Dr. André Caruso Mac-Donald, e assistiram a vídeos educativos que abordaram a importância do consumo consciente.

A quarta etapa do Projeto foi realizada em outubro, mês em que se comemora o *Dia das Crianças*, na Escola de Educação Básica Apeles Porto Alegre. Aproximadamente 70 alunos da 4ª série participaram de um bate-papo informal em torno das propagandas que

preparam armadilhas com o único objetivo de promover vendas a qualquer custo. Na oportunidade, foram divulgados os nomes de alunos que tiveram escolhidos e premiados desenhos, *fôlderes* e quadrinhos versando sobre o tema “Consumo Consciente”.

A quinta etapa foi realizada em dezembro, quando alunos do 1º e 4º ano do Ensino Fundamental da Escola de Educação Básica Apeles Porto Alegre realizaram apresentações musicais e uma exposição de trabalhos abordando o tema “Natal e consumismo”. As crianças produziram enfeites e peças natalinas com o reaproveitamento de materiais, como CDs e revistas velhas.



CONSUMIDOR CONSCIENTE

As iniciativas propiciaram ao público-alvo uma visão crítica a respeito da sociedade de consumo e estimularam a conscientização sobre a importância dos valores que fortalecem a dignidade da pessoa humana, ou seja, a importância do “ser”, pois a sociedade de consumo exalta o “ter”.

O Consumidor Consciente integra o Programa Portas Abertas do MP, que tem como propósito aproximar ainda mais o Ministério Público da sociedade. As iniciativas também aproximaram o Ministério Público dos jovens e dos pequenos consumidores.



Promotora de Justiça, Têmis Limberger conversa com alunos da Escola de Educação Básica Apeles Porto Alegre

Não ao Apagão

Projeto de orientação para a atuação das Promotorias de Justiça por meio de compromissos de ajustamento, realizando um acompanhamento mais intenso no sentido de aferir a qualidade da energia elétrica, para garantir a observância dos ajustes e propiciar a compensação quando houver falha no serviço.

Em março de 2010, foi realizado o evento *A Prevenção nas Relações de Consumo e o Papel do Ministério Público no Setor de Energia Elétrica*, estabelecendo a comunicação com os demais integrantes do setor de energia elétrica e destacando a importância da atuação preventiva para aprimorar a qualidade do fornecimento do serviço e evitar a ocorrência de danos ao consumidor.

Ainda dentro do Projeto *Não ao Apagão*, no dia 10 de setembro, as três concessionárias responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica no Estado - AES Sul,

CEEE e RGE - firmaram com o Ministério Público uma Carta de Intenções para estruturação de ações efetivas de continuidade à melhoria da prestação do serviço de energia elétrica no Estado. Por meio do documento, as concessionárias assumem o compromisso de garantir investimentos para permanentes melhorias no serviço.

Importante resultado foi obtido no âmbito da prevenção, com a assinatura de Cartas de Intenções com as concessionárias de energia elétrica do Estado, nas quais foram apresentadas metas de qualificação no serviço para os próximos quatro anos.

Os investimentos não poderão reverter em mudanças nas tarifas de luz dos consumidores. A implementação dos projetos será acompanhada pelo Ministério Público.

Principais investimentos informados pelas concessionárias nas aludidas cartas:

CONCESSIONÁRIAS	INVESTIMENTOS
RGE	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de investimentos para o biênio 2010/2011 nos Municípios de Cachoeirinha, Passo Fundo, Sarandi, Guaporé, Carlos Barbosa, Palmeira das Missões, Parobé, Marau, Gramado, Caxias do Sul, Tupanciretã, Garibaldi, Gravataí, Casca, Soledade, Aratiba, Jacutinga, Campo Novo, Canela, Erechim, Santo Ângelo, Vacaria, Jaquirana, Tainhas. - Obras de manutenção e melhoramento da rede de distribuição, entre as quais a instalação e automação de chaves religadoras, permitindo a operação de manobras na rede com redução dos períodos de indisponibilidade em situações de contingência. - Substituição do parque instalado de postes de madeira por concreto, visando reduzir a dependência de fornecedores de madeira e ampliar a durabilidade dos postes.
AES SUL	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de investimentos para o biênio 2010/2011 nos Municípios de Novo Hamburgo, Canoas, Santa Maria, São Gabriel, Sapiranga, São Sebastião do Cai, Alegrete, Lajeado, Quaraí, São Sepé, Uruguaiana, Candelária, São Borja, Agudo, Cachoeira do Sul. - Realização de obras de manutenção e expansão na rede de distribuição, objetivando o atendimento de novas cargas, a qualidade de tensão e a redução de interrupções.
CEEE	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de investimentos para o quadriênio 2010/2014 nos Municípios de Torres, Osório, Imbé, Xangri-lá, Cidreira, Arroio do Sal, Porto Alegre, Viamão, São Jerônimo, Alvorada, Charqueadas, Minas do Leão, São Lourenço, Camaquã, Dom Feliciano, Encruzilhada, Pedro Osório, Pelotas, São José do Norte, Rio Grande, Dom Pedrito e Bagé. - Execução de obras com o objetivo de melhorar os índices de continuidade e de tensão, bem como para atender ao crescimento da demanda.

“O ato representa a adesão voluntária das empresas a um plano de investimentos no sistema energético no Estado”.

Têmis Limberger, Coordenadora de Centro de Apoio Operacional dos Direitos do Consumidor.

Audiência de conciliação entre Ministério Público e a empresa AES Sul em fevereiro de 2010 gera acordo

Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público resultou em um acordo firmado durante uma audiência de conciliação entre Ministério Público e a empresa AES Sul. A ação apontou que a população convive com sucessivas alterações nos níveis de tensão, danificando os aparelhos eletrônicos, e que se submete a constantes interrupções no serviço de energia elétrica, prejudicando atividades fabris e comerciais. A ação foi

conduzida por promotores de Justiça de Arroio do Tigre e de Sobradinho.

O acordo estabeleceu medidas que deverão ser cumpridas pela companhia para compensar danos causados por problemas na rede elétrica em nove municípios da região Centro-Serra do Estado.

A AES Sul comprometeu-se em arcar com a indenização em favor do Hospital Santa Rosa de Lima, efetuando os reparos necessários na parte elétrica da instituição. Além disso, construirá uma subestação de energia de 17 MVA (megavolt-ampere) até o dia 31 de dezembro de 2011.

AÇÕES REALIZADAS

Jornada da Cidadania

No dia 14 de agosto, foi realizada a primeira edição da Jornada da Cidadania, atividade promovida pelo *Fórum Estadual de Defesa do Consumidor* que conta com a participação do Ministério Público, por intermédio do Centro de Apoio de Defesa do Consumidor. O evento, que reuniu diversas organizações, levou serviços gratuitos à comunidade, além de tornar conhecidos os órgãos públicos, entidades e empresas que atuam na defesa do consumidor e desenvolvem ações de responsabilidade social.

Os representantes do Ministério Público esclareceram dúvidas da população e expuseram o papel da Instituição na defesa dos consumidores. Também foi realizado um bate-papo descontraído com crianças e estudantes da escola Raul Pilla, localizada no bairro Restinga Nova, sobre a importância do consumo consciente e da alimentação saudável. Também foram distribuídos cartilhas e material didático com informações sobre os direitos dos pequenos consumidores e sobre as áreas de atuação do Ministério Público na sociedade.

A segunda edição da Jornada foi realizada no dia 23 de outubro, no Colégio Estadual Erico Veríssimo, em Alvorada.



Servidores do MP participando do evento

Combate à Tuberculose bovina

Ao longo de 2010, ocorreram avanços no andamento do projeto pioneiro de erradicação da tuberculose bovina, implementado pela Promotoria de Arroio do Meio em conjunto com o Ministério da Agricultura e que envolve os seis municípios da Comarca - Arroio do Meio, Capitão, Coqueiro Baixo, Nova Bréscia, Pouso Novo e Travesseiro.

A promotoria local viabilizou articulação institucional em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, o Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária do Estado (Fundesa), prefeituras municipais, Univates, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e entidades classistas, ação que culminou na adesão da Comarca ao Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT). O projeto tem por finalidade certificar as propriedades rurais a partir do cumprimento de rotinas sanitárias, de modo a que atinjam status sanitário de nível internacional.

Atualmente, no Brasil, não há sequer 200 propriedades rurais certificadas nos termos do PNCEBT. Em breve, apenas na Comarca de Arroio do Meio serão 2.727 propriedades rurais certificadas como livres de tuberculose e brucelose. Estima-se que, até julho de 2011, 90% das propriedades na Comarca de Arroio do Meio estejam com o Programa concluído. A certificação sanitária valorizará a propriedade rural, o produtor, o produto e o próprio Município. Muitos municípios vizinhos, através de seus prefeitos municipais, têm demonstrado grande interesse em aderir ao programa.

Consumidor

Combate à adulteração de combustíveis

Ao longo de 2010, uma série de atuações conjuntas das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre e Especializadas do RS resultou no deferimento de liminares que impediram a comercialização de combustíveis em desacordo com as especificações legais. As medidas judiciais determinaram o lacramento das bombas e tanques do produto impróprio, assim como a apreensão de amostra e de notas fiscais. Foram objetos de interdição em 2010 estabelecimentos de Boa Vista do Cadeado, Alvorada, Ijuí, Sapiranga, Triunfo, Santo Antônio das Missões, Três Cachoeiras, Pelotas, Cachoeira do Sul, Novo Hamburgo, Palmitinho, Sobradinho e Vacaria.

Desde que foi iniciado o trabalho de combate à adulteração de combustíveis pela Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor, o Ministério Público já obteve 186 liminares impedindo a comercialização de combustíveis impróprios. Como resultado do trabalho desenvolvido, aproximadamente 30 mil litros de combustíveis impróprios foram retirados do mercado em 2010.



Acesso ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor

Com o objetivo de facilitar o trabalho realizado na defesa do consumidor, o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor passou a contar com o acesso ao **Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC)**, do Ministério da Justiça. O SINDEC permite consultar reclamações cadastradas pelos consumidores contra os fornecedores no âmbito do Procon/RS, contemplando, ainda, as reclamações relacionadas aos municípios nos quais não há Procon.

Através do acesso, as solicitações de informações relacionadas podem ser direcionadas pelas Promotorias do Estado ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor por meio virtual, otimizando a atuação dos membros.

TERMOS DE COOPERAÇÃO FIRMADOS

Fortalecimento da Rede de Proteção ao Consumidor

O Ministério Público e a Secretaria Estadual da Justiça e Desenvolvimento Social, por meio do Programa Estadual de Defesa do Consumidor (Procon), renovaram em janeiro de 2010 um termo de cooperação técnica existente desde 2007 que viabiliza o intercâmbio de informações entre as instituições, objetivando dar mais agilidade na defesa do consumidor.

A rede impede, por exemplo, que profissionais do Ministério Público e do Procon atuem de maneira individual sobre os mesmos casos. Ambos têm acesso a um sistema informatizado onde são disponibilizados processos, ações e termos de ajustamento de conduta. O sistema permite

também que sejam identificados, com mais facilidade, casos de reincidência de violação aos direitos do consumidor, permitindo que a fiscalização seja mais intensa.

AÇÕES REGIONALIZADAS

Semana do Consumidor em Caxias do Sul

O Ministério Público de Caxias do Sul, através da Promotoria Especializada de Defesa do Consumidor, foi parceiro do Procon na realização da *Semana do Consumidor 2010*. A abertura do evento ocorreu no auditório do MP, no dia 22 de setembro, com a palestra do jornalista Lasier Martins, que abordou o tema “O Impacto da Globalização nas Relações de Consumo”. Os debatedores foram o coordenador do curso de Jornalismo da Universidade de Caxias do Sul, Álvaro Benevenuto, e o diretor da empresa Marpa Marcas e Patentes, Michael Silva Soares.

O evento seguiu até o dia 25 de setembro e contou com as palestras “O Consumidor na Globalização”, do procurador de Justiça aposentado Cláudio Bonatto, e “Responsabilidade Civil do Fornecedor de Alimentos”, do pesquisador em Direito da UCS Henrique Mioranza Koppe Pereira. No último dia do evento, uma orientação à população em geral sobre os direitos do consumidor foi apresentada na Praça Dante Alighieri.

IMPACTO DA ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL NA ÁREA DO CONSUMIDOR

Resultados

Ao longo de 2010, foram celebrados mais de 150 compromissos de ajustamento de conduta na área do consumidor nas Promotorias de Justiça do Estado, entre os quais destaca-se numericamente a atuação extrajudicial na área da saúde e segurança do consumidor, com a assinatura de ajustamentos decorrentes da comercialização de produtos impróprios ou inadequados ao consumo por questões como a falta de registros sanitários nos órgãos competentes, índices de agrotóxicos acima dos limites permitidos pela legislação vigente, prazo de validade expirado, precárias condições de higiene nos locais inspecionados e clandestinidade no abate de animais.

No levantamento efetuado, verificou-se a arrecadação total de R\$ 36.135,00 a título de indenização pelos danos difusos causados à coletividade, valor destinado a diversas entidades municipais.

Suspensão da cobrança por consulta em cadastro de inadimplentes

Um termo de ajustamento de conduta foi firmado entre o Ministério Público e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Esteio para que a entidade suspenda a cobrança por consultas em cadastros de inadimplentes, como no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Segundo o promotor de Justiça André MacDonald, a prática viola o Código de Defesa do Consumidor.

Pelo TAC, a CDL se comprometeu a não mais cobrar por consultas orais ou pelo fornecimento de informações escritas e certidões quando se trata de informações constantes no SPC, SPC-Cheque e em outras bases de

Consumidor

dados integrantes do SPC Brasil. A Câmara fica autorizada, apenas, a cobrar por informações escritas ou orais constantes em outros bancos de dados existentes, como protestos e ações judiciais. O custo deverá ser equivalente ao valor do serviço prestado por esses bancos de dados. Com a assinatura do termo, a CDL de Esteio será também obrigada a devolver o valor que consumidores já pagaram pelo serviço, mediante apresentação de recibo.

AÇÕES COLETIVAS DE CONSUMO

Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan

A Corsan implantou serviço ininterrupto (0800) de ligações gratuitas para atendimento de solicitações de serviços e reclamações de clientes. A medida foi adotada após decisão judicial, em caráter liminar, que atendeu pedido feito em ação coletiva de consumo ajuizada pela Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor. Uma solenidade foi realizada no Salão de Eventos do Plaza São Rafael, no Centro de Porto Alegre, com a finalidade de divulgar o lançamento da “Corsan 24 Horas”.

Empresa Brasil Telecom

A empresa Brasil Telecom foi condenada pela Justiça a pagar indenização de R\$ 500 mil por manter cadastro irregular de inadimplentes, por dívidas já quitadas ou prescritas, bem como a pagar indenização por danos materiais e morais individuais aos consumidores porventura lesados. Na ação coletiva, o Ministério Público alegou que houve prática comercial abusiva, que vio-

lou o direito dos consumidores ao manter e divulgar indevidamente dados relacionados à inadimplência, mesmo após a prescrição ou baixa dos débitos.

Empresas Aéreas

A Justiça gaúcha julgou apelação e manteve a condenação em primeiro grau na ação coletiva movida pela Promotoria de Justiça Especializada do Consumidor contra a empresa Gol Transportes Aéreos S/A. Foi determinado que a empresa aérea disponibilize aos consumidores, nos balcões de atendimento, documento impresso que informe o número do voo, o horário previsto para a chegada, o efetivo horário de chegada no destino e informações sobre cancelamento do voo, bem como a divulgação dessas informações em seu site e em cartazes tamanho A4 afixados nos seus guichês de atendimento. Foi condenada também a pagar indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 50 mil, a ser recolhido ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados.

Outras cinco ações coletivas de consumo, com o mesmo objeto, foram ajuizadas pela Promotoria de Justiça Especializada do Consumidor contra as companhias aéreas TAM, Oceanair, Varig, Webjet e NHT.

Unilever do Brasil

Uma ação coletiva de Consumo ajuizada pela Promotoria Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre resultou na condenação da Unilever do Brasil a pagar indenização a consumidores prejudicados e alterar o rótulo de produtos alimentícios. A empresa deverá incluir nas embalagens informações sobre a composição dos produtos, em especial sobre a exis-

tência de glúten, e pagar indenização no valor de R\$ 500 mil por dano moral coletivo, destinados ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor. Além disso, a empresa deverá pagar os danos patrimoniais a pessoas que comprovarem prejuízos à saúde após o consumo de produtos cuja embalagem não apresentava as informações necessárias sobre seus ingredientes.

Ford Motor Company Brasil Ltda

Ação coletiva de consumo movida pela Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor resultou em decisão liminar deferida pela Justiça, que determinou que a empresa Ford está proibida de adotar o denominado “preço público” ou “preço sugerido” nas

alienações de automóveis para os consumidores portadores de deficiência, devendo utilizar como base de cálculo para abatimento dos impostos determinados na Lei nº 8.989/95 o preço equivalente ao praticado para as suas concessionárias. Para eventual descumprimento, foi fixada multa de R\$ 20 mil, importância a ser destinada ao Fundo de Reconstituição dos Bens Lesados.





Ordem Urbanística e Questões Fundiárias



PROJETOS ESTRATÉGICOS

Adequação dos Planos Diretores ao Estatuto da Cidade

Projeto associado ao objetivo “Zelar pela regularidade do parcelamento do solo urbano”, busca verificar se os planos diretores dos municípios gaúchos estão adequados à Lei n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como apontar as omissões dos planos diretores no que diz respeito às determinações e aos instrumentos previstos no referido Estatuto. Para tal, foi elaborado um mapeamento dos municípios gaúchos que possuem obrigatoriedade de elaboração do plano diretor.

Em 2010, foram realizadas diversas diligências no sentido de solicitar aos municípios abrangidos pelo projeto a remessa de seus planos diretores, com os respectivos mapas, para análise pela Divisão de Assessoramento Técnico do Ministério Público/RS. A avaliação feita servirá para que sejam tomadas providências em caso de desatendimento às regras do Estatuto da Cidade.

Incentivo à Regularização Fundiária

Projeto também associado ao objetivo “Zelar pela regularidade do parcelamento do solo urbano”, tem por objetivo fomentar a regularização fundiária nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de impedir a proliferação de loteamentos e ocupações ilícitas. Busca a sensibilização das administrações municipais e a realização de parceria com os órgãos interessados no projeto estratégico em questão, tendo em vista a importância da regularização fundiária

para os municípios gaúchos.

Os parceiros do projeto elaboraram, no final de 2010, a *Cartilha da Regularização Fundiária*, que visa à sensibilização das administrações municipais sobre regularização fundiária e cujo lançamento está previsto para o primeiro semestre de 2011, em Porto Alegre.

AÇÕES REALIZADAS

Encontro Desafios da Regularização Fundiária

O encontro ocorreu no dia 6 de agosto e contou com a participação dos Promotores de Justiça com atuação na área da Ordem Urbanística e Regularização Fundiária. O objetivo foi discutir a atuação do Ministério Público, os principais desafios enfrentados pelos Promotores de Justiça, a legislação referente à matéria e estratégias que podem ser adotadas pelos Promotores junto ao poder público e às comunidades, na fiscalização e no trabalho para promover a regularização fundiária.

Um dos palestrantes do encontro foi o promotor de Justiça do Estado de São Paulo Ivan Carneiro Castanheiro, que abordou os aspectos legais da regularização fundiária. Ele apresentou uma visão crítica sobre a Lei 11.977/2009, do programa *Minha Casa Minha Vida*. Na avaliação dele, regularizar propriedades apenas com a entrega de escrituras representa um risco. “A regularização nunca deve ser apenas no papel. É preciso prever, por exemplo, as repercussões disso para o meio ambiente, que é questão de interesse público e das futuras gerações”, destacou, lembrando que a regularização fundiária deve integrar o urbanismo, o interesse social e a preservação ambiental. Além disso,

a lei não prevê formas de prevenção de novas ocupações irregulares.

De acordo com Ivan Carneiro Castanheiro, ao promover o diálogo com o poder público e moradores sobre o tema, é necessário apresentar diagnósticos e buscar o envolvimento da comunidade na execução do trabalho. “É preciso demonstrar que uma regularização mal feita significa, depois, não permitir à população acesso a serviços básicos, e pode impedir o próprio Estado de ter acesso a essas comunidades”, alerta.

O registrador e tabelião de Protestos de Títulos de Sapucaia do Sul, João Pedro Lamana Paiva, também foi palestrante no encontro. Ele abordou a regularização fundiária de acordo com a Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009.



Promotores que atuam na área da Ordem Urbanística participaram do encontro

Regulamentação do turismo náutico em Porto Alegre

O Ministério Público realizou mediação entre a Secretaria do Turismo de Porto Alegre e a Associação do Turismo Náutico/RS para fins de regulamentar o turismo náutico na Capital. A partir de um trabalho desenvolvido pelo Ministério Público, foi sancionada, em 2010, a Lei do Turismo Aquaviário de Porto Alegre.

Em 2008, o Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil instaurou um inquérito civil para apurar a prática do turismo náutico na Capital, concluindo pela competência do Município em legislar sobre o tema. O Secretário de Turismo Luiz Fernando Moraes agradeceu a interferência do Ministério Público no processo, que favoreceu a integração dos proprietários de barcos que fazem passeios no Guaíba.

Solução para o abandono de imóveis no município de Rio Grande

O Ministério Público adotou em 2010, em iniciativa pioneira no Estado, medidas para viabilizar uma solução para o abandono de imóveis no Município de Rio Grande. Uma articulação entre o Ministério Público, o Poder Executivo Municipal e a Câmara de Vereadores resultou na edição de lei que permite ao Município arrecadar imóveis abandonados. Tal instrumento, além do aspecto da arrecadação financeira, pode gerar um relevante impacto urbanístico ao permitir que seja tornada efetiva a função social da propriedade. Agora, o Ministério Público divulgará esse instrumento de arrecadação de imóveis abandonados para que sua aplicação possa ser realizada em outros municípios gaúchos.

TERMOS DE COOPERAÇÃO FIRMADOS

Regularização de loteamento em Porto Alegre

Em 31 de maio, foi assinado Termo de Cooperação entre Ministério Público, Município de Porto Alegre, Departamento Municipal de Habitação

Ordem Urbanística e Questões Fundiárias

(Demahb), Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Creci), Sindicato da Indústria da Construção Civil no RS (Sinduscon), Sociedade de Engenharia no RS (SERGS), Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do RS (CREA), Sindicato dos Arquitetos do RS (SAERGS) e Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). O principal objetivo desse termo é viabilizar a regularização dos loteamentos clandestinos e o “congelamento” das ocupações no Município de Porto Alegre, tutelando o direito à moradia e impedindo o crescimento desordenado.

O Município, cumprindo primeira etapa do Termo de Cooperação, encaminhou ao Ministério Público, no segundo semestre de 2010, relação contendo 245 loteamentos clandestinos/irregulares existentes em Porto Alegre. A Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística e o Sinduscon estão trabalhando nos dados recebidos. A partir da constatação da irregularidade do parcelamento do solo, o Município notificará o loteador ou proprietário da área.

O “congelamento” das ocupações destina-se a impedir tanto novas construções quanto a finalização de obras irregulares ainda inacabadas, que poderiam vir a ser executadas em áreas impróprias para moradia, vedando o crescimento desordenado.

Acesso a informações de registros públicos

O Ministério Público firmou, em 6 agosto, Termo de Cooperação com o Colégio Registral do Rio Grande do Sul. A solenidade de assinatura foi realizada durante o encontro “Desafios da Regularização Fundiária”. O objetivo do termo é garantir o livre acesso a informações e o pronto atendimento das requisições do Ministério Público em suas necessidades na esfera dos Registros Públicos, notadamente relacionadas a registro

ou averbação de penhoras, arrestos ou sequestros de bens imóveis, além de qualquer medida acautelatória necessária em ação ou execução movida pelo Ministério Público.

Além disso, fica garantida a isenção de emolumentos ao Ministério Público, conforme previsão legal, possibilitando-se que o pagamento deles seja realizado ao final do processo, como despesa deste, por conta do executado ou devedor, caso sucumbente.

“Os registradores públicos estão orgulhosos de tomar parte dessa iniciativa, que visa agilizar a atuação do MP em benefício da sociedade”.

Mário Mezzari, Presidente do Colégio Registral.



Promotora de Justiça, Lisandra Demari na ocasião da assinatura do Termo de Cooperação pelo Sr. Mário Mezzari, Presidente do Colégio Registral

IMPACTOS DA ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL NA ÁREA URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

Doações à Bibliotheca Riograndense e à Igreja do Salvador

O Ministério Público obteve, em Termo de Ajustamento de Conduta firmado com empresa poluidora, doações de R\$ 83.417,60 e R\$ 75 mil, repassados respectivamente à Bibliotheca Riograndense, patrimônio histórico do Município de Rio Grande e do Estado, e à Igreja do Salvador, imóvel de importância histórica no mesmo Município. Os valores destinam-se a custear projetos de conservação do prédio, de atendimento digital ao público e de aquisição de livros, no caso da Bibliotheca Riograndense, e a restauração do telhado do prédio da Igreja Salvador.

Outro Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado entre o Ministério Público e a Superintendência do Porto do Rio Grande, obrigou esta a custear para a Bibliotheca Riograndense o Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI). A Bibliotheca Riograndense é a mais antiga do Rio Grande do Sul. Foi fundada em 15 de agosto de 1846 como um Gabinete de Leitura, depois transformado na biblioteca. O prédio-sede, em estilo neoclássico, fica localizado no centro da cidade de Rio Grande e possui um acervo de mais de 450 mil obras, muitas delas raras.



Foto da fachada da Bibliotheca Riograndense

Reintegração de posse de bens públicos

Firmado Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ministério Público e o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), visando à reintegração da posse ao uso comum do povo do leito da Estrada Kanazawa (Vila Kanazawa I), na divisa dos bairros Vila Nova e Belém Velho, em Porto Alegre. O Termo prevê o reassentamento de aproximadamente 30 famílias que se instalaram ilegalmente em área pública municipal há mais de 15 anos.

Planejamento urbano

Foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e o Poder Executivo de Marcelino Ramos visando à elaboração do Plano Diretor do Município, no prazo de dois anos. O Executivo assumiu, entre outras, a obrigação de realizar audiências públicas durante o processo de elaboração do Plano Diretor e de efetuar diagnóstico de Marcelino Ramos por meio de análise dos resultados de audiências públicas e consultas populares, de modo a verificar as peculiaridades do Município e os interesses da comunidade.

Instalação de painéis eletrônicos em Rio Grande

Foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com o Município de Rio Grande. Com origem em inquérito civil que tem por objeto apurar a instalação, sem licitação, de painéis eletrônicos em área pública. O Termo consiste na obrigação de não ceder espaços públicos sem prévio processo de seleção de interessados.



A nighttime photograph of a city skyline with numerous lit-up buildings. A semi-transparent dark rectangle is centered over the image, containing the text 'Cível e Patrimônio Público'. At the bottom, there is a diagonal overlay of three colored bands: yellow, red, and green.

Cível e Patrimônio Público

PROJETOS ESTRATÉGICOS

O que Você tem a Ver com a Corrupção?

O programa incluído no portfólio de projetos estratégicos do Ministério Público, após aprovação em reunião de Gestão em junho de 2010, foi criado com o objetivo de realizar campanhas de mobilização para conscientizar a sociedade sobre a corrupção e suas consequências e realizar ações educativas para a prevenção desse mal. O programa é composto por dois projetos: Educação de Valor e Revitalização.

Ao longo do ano, foram realizadas solenidades de lançamento da “cartilha do voto consciente” e da retomada, com aumento de escopo, do Termo de Cooperação firmado entre Ministério Público, Fundação Escola Superior do Ministério Público, Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul, Instituto de Combate à Fraude e Defesa da Concorrência, Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, Consultoria em Direito Público, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, Escola de Governo e BANRISUL e que tem o objetivo de desenvolver o projeto “Escolegal”. Também foi realizado, no dia 9 de dezembro, Dia Internacional contra a Corrupção, o Seminário “Corrupção: Diversos Olhares”. O evento, que ocorreu em dezembro de 2010, na sede do Ministério Público, reuniu uma série de autoridades e especialistas das mais diversas áreas para debater o tema e foi organizado pelo promotor de Justiça Cesar Faccioli, que coordena, no Rio Grande do Sul, a campanha nacional do Ministério Público “O que você tem a ver com a corrupção?”. O foco dos debates esteve concentrado na questão da tolerância zero com a corrupção, inclusive com pequenos ilícitos socialmente aceitos.

Na programação do Seminário, destacaram-se as abordagens sobre questões relacionadas ao Controle Público e Social da Corrupção, os olhares da antropologia, da sociologia e da psiquiatria sobre o tema, o papel da educação como forma de combater a corrupção, bem como na palestra do ex-capitão do Batalhão de Operações Especiais do Rio de Janeiro Rodrigo Pimentel, que discorreu sobre o mal causado por pequenos ilícitos socialmente aceitos.

A procuradora-geral de Justiça Simone Mariano da Rocha exaltou as iniciativas apresentadas e a importância do debate sediado pelo Ministério Público, reforçando que o combate à corrupção de forma articulada e que envolva também toda a sociedade é essencial nesse trabalho.



Promotor de Justiça, Cesar Faccioli, durante o evento.



Logo da campanha

AÇÕES REALIZADAS

Promotoria Regional para combater Improbidade Administrativa

Caxias do Sul e a Serra gaúcha foram escolhidas para o 1º projeto piloto de Promotoria de Justiça Regionalizada, englobando 15 Comarcas, instituída por portaria assinada em novembro pela procuradora-geral de Justiça, Simone Mariano da Rocha. O promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, foi designado para atuar na defesa do Patrimônio Público em casos de improbidade administrativa que tenham relevância na região. A iniciativa representa um objetivo institucional de eficácia no combate à corrupção e improbidade administrativa e o desenvolvimento de uma parceria estratégica que o Ministério Público deverá manter com o Tribunal de Contas.



Procuradora-Geral assina Portaria

Ação conjunta dos Ministérios Públicos Estadual e de Contas gera economia aos cofres públicos de Vacaria

Parceria na atuação entre o Ministério Público Estadual e o Ministério Público de Contas representou uma economia de mais de R\$ 5 milhões pelos próximos três anos aos cofres públicos da Prefeitura de Vacaria na contratação de

empresa para monitoramento eletrônico do trânsito. Ficou acordado que o modelo juridicamente legal adotado será o de compra ou aluguel dos equipamentos, a exemplo de licitação ocorrida em Flores da Cunha. A economia permitirá a colocação de semáforos modernos em diversos pontos da cidade, tanto para os motoristas como para os pedestres, em substituição aos atuais. Essa ação desencadeada em Vacaria servirá de exemplo para outros municípios do Estado, o que poderá gerar uma economia de quase R\$ 50 milhões aos cofres públicos ao longo dos próximos cinco anos.

Ação conjunta para cobrança de débitos impostos pelo TCE/RS

O Ministério Público e o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul desenvolveram, em novembro de 2010, ação conjunta para proporcionar efetividade à cobrança de débitos impostos pelo tribunal. Pela iniciativa, o Tribunal repassa ao Ministério Público todas as certidões de débito não cobradas em todos os municípios do Rio Grande do Sul, para que cada Promotoria de Justiça officie aos prefeitos municipais e, se for o caso, proceda ao ajuizamento de ação de execução. O fluxo dessas informações, com posterior controle do Ministério Público do RS, promove a integração das duas instituições visando maior efetividade na cobrança desses títulos.

Encontro “Integração para a Defesa do Patrimônio Público”

Com o propósito de qualificar os Promotores de Justiça para atuar nas áreas de probidade administrativa, do patrimônio público e da ordem jurídica, o Ministério Público organizou, em junho de 2010, o encontro “Inte-

gração para a Defesa do Patrimônio Público”. Um dos temas abordados foi a atuação conjunta do Ministério Público do Rio Grande do Sul, do Tribunal de Contas e do Ministério Público de Contas. O evento contou com a participação de integrantes do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e do Ministério Público de Contas.



Promotor de Justiça José Guilherme Giacomuzzi, primeiro palestrante no evento

III Congresso Brasileiro de Municipalismo

Em agosto de 2010, no III Congresso Brasileiro de Municipalismo, que teve como tema “A Reforma da Administração Pública Brasileira” e reuniu representantes de diversas prefeituras, o procurador de Justiça coordenador da Procuradoria de Prefeitos, Ubaldo Alexandre Licks Flores, proferiu a palestra “A responsabilização penal de gestores municipais”. Abordou a legislação e os principais atos ilícitos que envolvem gestores municipais, destacando a necessidade de que prefeitos estejam esclarecidos e bem assessorados, a fim de que cumpram todas as exigências legais durante suas administrações. Na ocasião do evento, tramitavam 204 expedientes na Procuradoria de Prefeitos e 104 processos criminais estavam em andamento na 4ª Câmara Criminal do TJRS.



Coordenador da Procuradoria de Prefeitos
no evento

Rede de Controle da Gestão Pública

O Ministério Público participou, em 2010, de reuniões mensais da Rede de Controle da Gestão Pública, que congrega 13 órgãos públicos, com o objetivo de agilizar investigações e auxiliar no aprimoramento da defesa do patrimônio público. Por meio da Rede de Controle são estreitados os laços entre os vários agentes públicos que controlam o patrimônio público nas diversas esferas da Federação. A Rede de Controle não é um “órgão agente”, mas uma instância de planejamento e contatos institucionais e atua através da formação de grupos de trabalho, como o grupo que trata dos supostos desvios da verba da Lei de Incentivo à Cultura. Em 2010, teve participação na operação que investigou a suposta fraude do Banrisul.

TERMOS DE COOPERAÇÃO FIRMADOS

Acesso ao Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas - Banco de Dados do TCE

O Ministério Público do Rio Grande do Sul e o Tribunal de Contas do Estado firmaram convênio, em agosto de

2010, para acesso dos membros do Ministério Público, via internet, ao conteúdo dos processos do TCE/RS e a dados constantes do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC). Conforme informações do Tribunal de Contas do Estado, desde a sua implantação, o SIAPC tem promovido grandes avanços no controle das contas públicas, notadamente no âmbito dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, tornando-se referência nacional como sistema de informações contábeis. Ao longo do ano, o Tribunal de Contas ministrou curso para acesso ao SIPIAC, direcionado para servidores de diversos setores do Ministério Público. A iniciativa representa mais um avanço na parceria interinstitucional. As duas instituições pretendem ampliar a troca de informações como forma de dar mais celeridade aos processos de fiscalização das contas públicas.



Assinatura do Termo de Cooperação no TCE

ATUAÇÃO JUDICIAL

Ação pede suspensão da construção de novos presídios em caráter emergencial

No dia 30 de novembro, a Promotoria de Defesa do Patrimônio Público ajuizou Ação Civil Pública pela qual busca ordem judicial liminar para fazer cessar todo e qualquer procedimento relativo à contratação de serviços em caráter emergencial para a construção, pelo Estado do Rio Grande do Sul, de 11 novas casas prisionais. Em síntese, o Ministério Público questiona a contratação mediante ausência de licitação, uma vez que a situação não se enquadra nas hipóteses legais previstas. Ainda é questionada a possibilidade de as obras estarem concluídas no prazo legal de 180 dias consecutivos, ininterruptos e improrrogáveis, o qual, pela lei, teria de ser contado da data do decreto governamental que declarou a situação de emergência, em 7 de outubro de 2008, já expirado.

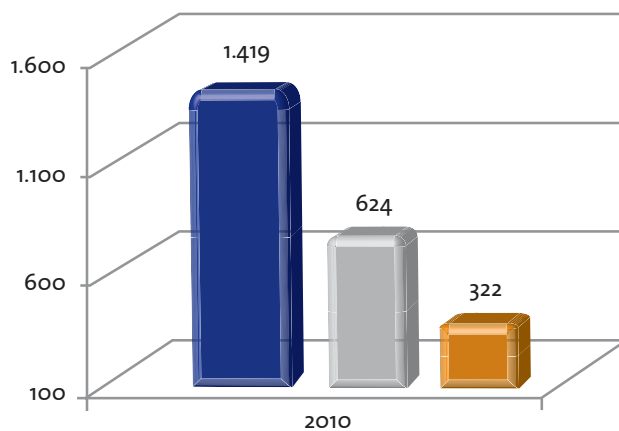
Auditorias do Tribunal de Contas do Estado (TCE) verificaram que o Estado do RS sequer dispõe de servidores aptos a permitir o funcionamento desses presídios em prazo tão curto e que não há prova da obtenção das necessárias licenças ambientais para essas obras, entre outros aspectos questionados.

A medida cautelar concedida pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado Cezar Miola que suspende essas contratações emergenciais em nada é afetada pelo ajuizamento dessa ação, na qual se aguarda o exame do pedido de liminar pelo Poder Judiciário.

IMPACTO DA ATUAÇÃO JUDICIAL E EXTRA-JUDICIAL NA ÁREA CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Na área da proteção do patrimônio público, no ano de 2010, o Ministério Público instaurou 1.419 expedientes (inquéritos civis e procedimentos preparatórios) para apurar atos que pudessem configurar improbidade administrativa. No mesmo período, determinou o arquivamento de 624 e firmou Termo de Ajustamento de Conduta em outras 20 hipóteses, ajuizando 322 Ações Cíveis Públicas.

Atuação na Área de Proteção do Patrimônio Público



■ Expedientes instaurados para apuração de atos de Improbidade Administrativa (Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios)

■ Arquivamentos

■ Ações Cíveis Públicas Ajuizadas

**Resultados financeiros da atuação institucional na Área
Cível e de Defesa do Patrimônio Público no ano de 2010
nas Promotorias de Justiça de Porto Alegre**

Ressarcimento ao erário em fase de cumprimento de sentença	R\$ 459.395,50
Ressarcimento ao erário, pedidos em Ação Civil Pública	R\$ 1.767.267,16
Ressarcidos ao erário em razão de condenação em ação ajuizada	R\$ 23.751,84

Outros dados referentes à atuação funcional

Órgão Agente

Defesa Comunitária Cidadania

Atuação Extrajudicial

1. INQUÉRITOS CIVIS/PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS INSTAURADOS

Improbidade administrativa de patrimônio público	1.419
Meio ambiente e urbanismo	5.609
Saúde	910
Consumidor	704
Educação	53
Portador de necessidades especiais	295
Idoso	1.631
Outros	2.717

2. INQUÉRITOS CIVIS/PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS ARQUIVADOS

Sem ajustamento de conduta	4.959
----------------------------	-------

3. INQUÉRITOS CIVIS/PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS ARQUIVADOS (COM AJUSTAMENTO DE CONDUTA)

Improbidade administrativa de patrimônio público	20
Meio ambiente e urbanismo	1.032
Saúde	9
Consumidor	73
Educação	5
Portador de necessidades especiais	2
Idoso	36
Outros	27

4. OUTROS DADOS

Pessoas atendidas na Promotoria	30.509
Notícias/representações/reclamações recebidas	35.186
Indeferimentos de instauração	1.095
Manifestações diversas	309.924
Audiências realizadas	16.911
Vistórias realizadas pelo Promotor de justiça	351
Participação em reuniões e eventos	1.986
Audiências públicas/reuniões realizadas	1.202
Total de compromissos de ajustamento firmados	4.086
Recomendações expedidas	704

Atuação Judicial

1. AÇÃO CIVIL AJUIZADA

Improbidade administrativa de patrimônio público	322
Meio ambiente e urbanismo	1.022
Saúde	672
Consumidor	114
Educação	13
Portador de necessidades especiais	81
Idoso	681
Outros	735

2. OUTROS DADOS

Réplicas	986
Memoriais/debates	337
Razões e contrarrazões	1.110
Acordos homologados em juízo	190
Audiências judiciais assistidas	8.814
Outras manifestações	184.316

Órgão Interveniante

1. PROCESSOS CÍVEIS RECEBIDOS NO PERÍODO

Improbidade administrativa de patrimônio público	1.323
Meio ambiente e urbanismo	3.477
Saúde	5.605
Consumidor	622
Educação	10
Portador de necessidades especiais	130
Idoso	1.000
Família e Sucessões	137.090
Fazenda Pública	139.356
Registros Públicos	8.660
Falência e recuperação de empresas	8.466
Outros	76.624

2. TOTAL DE MANIFESTAÇÕES NO PERÍODO

Improbidade administrativa de patrimônio público	1.170
Meio ambiente e urbanismo	2.851
Saúde	5.030
Consumidor	513
Educação	9
Portador de necessidades especiais	119
Idoso	914
Família e sucessões – Promoções	124.132
Família e sucessões – Pareceres	64.282
Família e sucessões - Outras Hipóteses	8.140
Fazenda pública – Promoções	90.437
Fazenda pública – Pareceres	97.038
Fazenda pública - Outras Hipóteses	7.018
Registros públicos – Promoções	6.130
Registros públicos – Pareceres	7.279
Registros públicos - Outras Hipóteses	2.671
Falência e recuperação de empresas: promoções em falências/recuperação judicial	9.472
Falência e recuperação de empresas: Pareceres em falências/recuperação judicial	2.912
Falência e recuperação de empresas: Outras Hipóteses	844
Outros: Promoções	49.648
Outros: Pareceres	32.356
Outros: Outras Hipóteses	8.036

3. JULGAMENTOS

Procedência conforme pedido/parecer do MP de 1º grau	6.059
Improcedência contrária ao pedido/parecer do MP de 1º grau	774

4. FUNDAÇÕES

Fundações em funcionamento	2.944
Pareceres prévios em aprovação de contas de fundações	121
Outras Hipóteses	423

5. DADOS GERAIS

Pessoas atendidas na Promotoria de Justiça	30.155
Audiências assistidas	48.202
Inspeções/vistorias/leilões assistidos (família, fundações, falências)	244
Ações ajuizadas pelo Ministério Público	599
Acordos firmados na Promotoria de Justiça	1.524
Recursos interpostos pelo Ministério Público	1.096
Manifestação em recursos das partes	22.268
Assistência a rescisões de contrato de trabalho	9.154

Eleitoral

1. INQUÉRITOS POLICIAIS/ NOTÍCIAS CRIMINAIS/TCS/PICS

Recebidos/Instaurados	1.138
Baixados à Origem para realização de diligência	3.417
Arquivados	121
Transações penais efetivadas	35
Denúncias oferecidas	177
Manifestações diversas	1.077

2. PROCESSOS NO PRIMEIRO GRAU

Recebidos	6.355
Manifestações diversas em feitos criminais	653
Suspensões condicionais do processo efetivadas	12
Ações/representações/medidas ajuizadas	288
Pareceres/intervenções diversas	5.164
Razões recursais	23
Contrarrazões/pareceres em recurso	67
Outras hipóteses de intervenção	92

3. DADOS GERAIS

Pessoas atendidas na Promotoria	8.531
Audiências assistidas	16.690
Participações em reuniões/palestras/encontros/entrevistas	1.448

Outros dados referentes à atuação funcional

ATUAÇÃO NO SEGUNDO GRAU

1 – Procuradoria de Justiça Cível

Em 2010, a Procuradoria de Justiça Cível apresentou a seguinte movimentação processual:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL					
ANO	SALDO ANO ANTERIOR	RECEBIDOS NO ANO	RESTITUÍDOS COM PARECER	TRANSFERIDOS ANO SEGUINTE	SESSÕES
2007	5.159	80.316	77.056	2.037	1.045
2008	2.037	75.166	71.841	1.793	878
2009	1.793	97.515	92.465	2.681	813
2010	2.681	116.051	108.208	2.663	738

2 – Procuradoria de Justiça Criminal

Em 2010, a Procuradoria de Justiça Criminal apresentou a movimentação processual descrita a seguir:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL					
ANO	SALDO ANO ANTERIOR	RECEBIDOS NO ANO	RESTITUÍDOS COM PARECER	TRANSFERIDOS ANO SEGUINTE	SESSÕES
2007	1.778	35.793	35.552	482	428
2008	482	33.307	32.550	539	341
2009	539	35.382	34.654	722	306
2010	722	40.864	40.443	544	311

3 – Procuradoria de Prefeitos

No período de janeiro a dezembro de 2010, na área criminal, a Procuradoria de Prefeitos desenvolveu as seguintes atividades:

	DESCRIÇÃO	TOTAL
I	Denúncias oferecidas perante a 4.ª CC – TJE	49
	Aditamentos à Denúncia	1
	Arquivamentos de feitos à 4.ª CC – TJE	198
	Parecer remetendo feitos à Justiça Federal	5
	Pareceres com remessa de feitos ao TER	2
	Pareceres em Queixa-Crime	3
	Pedido de audiências preliminares	9
	Quebra Sigilo Telefônico/Bancário/Fiscal/Busca e Apreensão	17

DESCRIÇÃO		TOTAL
II	Manifestações sobre respostas escritas	57
	Pedidos de diligências e apresentação de quesitos – Art.10	24
	Alegações finais	21
	Pareceres com remessa de processos às Comarcas	1
	Pedidos de Extinção de Punibilidade	8
	Pedido de Prisão Preventiva	1
	Pareceres sobre suspensão do Processo (Lei n.º 9099/95)	5
	Pareceres diversos	111
III	Intimações	223
	Movimentações de expedientes e Processos Judiciais	718
IV	Feitos Novos (Inquéritos Policiais, QC e TCs)	66
V	Recursos - Especial/Extraordinário	1
	Embargos de Declaração	2
	Parecer em Habeas Corpus	1
VI	Condenações	6
	Absoluções	12
	Absoluções a pedido do Ministério Público	5
	Denúncias recebidas/aditamentos	39
	Denúncias não recebidas/aditamentos	2
	Queixa-Crime rejeitada	4
	Queixa-Crime recebida	1
	Suspensão do processo c/art.89 da Lei n.9.099/95	2
	Remessa aos Tribunais Federais	5
	Recursos	8

Outros dados referentes à atuação funcional

DESCRIÇÃO		TOTAL
VII	Audiências de instrução no interior – Criminal	71
	Audiências de instrução em POA – Criminal	69
VIII	Sessões de Julgamento – Quarta Câmara Criminal	32
	N.º de Processos julgados e arquivamentos homologados	284
IX	Processos em andamento na 4.ª Câmara Criminal – TJE - 31/12/2010	111

4 – Procuradoria de Fundações

DESCRIÇÃO		TOTAL
Pareceres Jurídicos		267
Pareceres Contábeis		247
Portarias (expedidas e assinadas pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, relativas a Prestação de Contas, Alterações Estatutárias, Aprovações de Estatuto e Extinção de Fundações)		274
Fundações Instituídas		01
Pedidos de Instituição Indeferidos		07
Fundações extintas (05 administrativas)		05
Fundações privadas cadastradas (Capital)		144
Fundações privadas cadastradas (Interior)		217
Prestação de Contas no Sistema Informatizado SICAP (Fundações que enviaram disquetes preenchidos até 30/12/2010)		260
Prestação de Contas no Sistema Informatizado SICAP (Fundações que não enviaram disquetes preenchidos até 30/12/2010)		101
Relatórios de Inspeções		116

5 – Procuradoria de Recursos

A Procuradoria de Recursos, no ano de 2010, apresentou a seguinte movimentação processual:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA PROCURADORIA DE RECURSOS	
Processos recebidos	7.774
Medidas judiciais protocoladas	6.080
Processos com inviabilidade recursal	791
Processos com outras providências*	1.966

*Intimações, Manifestações pela Não Intervenção e Finalizações Manuais

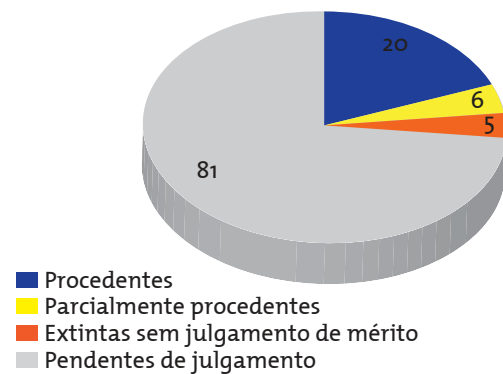
Tipo de Recursos Interpostos

TIPO DE RECURSO	CRIME	CÍVEL	TOTAL
Agravo de Instrumento	477	67	544
Agravo Interno	1	53	54
Agravo Regimental	21	4	25
Carta Sentença	19	0	19
Contrarrazão em Agravo de Instrumento	475	188	663
Contrarrazão em Agravo de Instr. ECA – Ato Infr.	0	40	40
Contrarrazão em Agravo de Instr. ECA – Outros	0	14	14
Contrarrazão em Rec. Esp/Extra.	1.239	0	1.239
Contrarrazão em Rec. Esp/Extra. ECA	0	150	150
Contrarrazão em Rec. Esp/Extra. MP PARTE	0	394	394
Contrarrazão em Rec. Ordinário em HC	9	0	9
Embargos de Divergência	5	0	5
Embargos de Declaração	392	63	455
Embargos Infringentes	0	17	17
Habeas Corpus	1	0	1
Medida Cautelar	54	4	58
Outros Feitos	91	61	152
Pedido de Reconsideração	0	1	1
Petição Cível	0	10	10
Petição Crime	27	0	27

TIPO DE RECURSO	CRIME	CÍVEL	TOTAL
Promoção de Praxe	4	0	4
Ratificação de Recurso	2	1	3
Reclamação STJ/STF	40	2	42
Recurso Especial	1.578	124	1.702
Recurso Extraordinário	376	69	445
Recurso Ordinário	0	1	1
Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	6	0	6

AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE DE PROPOSTAS

Em 2010, a Procuradora-Geral de Justiça propôs 112 Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado. Dessas, 20 foram julgadas procedentes; seis parcialmente procedentes; cinco extintas sem julgamento do mérito e 81 pendem de julgamento.



Outras informações da atuação no Segundo Grau

TIPO DE PROCESSO	RECEBIDOS NO PERÍODO	DEVOLVIDOS	SALDO FINAL
Inconstitucionalidade	686	612	146
Diversos	105	99	23
Intimação	3	0	3
Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	34	33	1
Representação para Fins de Intervenção do Estado em Município	23	18	5
Mandado de Segurança	43	45	2
Precatório	560	560	1
Administrativos	649	489	274
Conflito de Competência	710	707	8
Adm Especial	71	48	31
Conflito de Atribuições	37	38	1
Inquérito Policial Arquivamento não Homologado	87	82	10
Inquérito Policial Foro Privilegiado	99	90	20
TOTAL	3.107	2.821	525

The background features a blurred image of a document with various fields and text. A prominent graphic element is a diagonal band composed of three parallel stripes in yellow, red, and green, running from the bottom-left towards the top-right. The text 'Gestão Administrativa' is overlaid on a dark grey horizontal band that spans the width of the page.

Gestão Administrativa



Inclui as gestões orçamentária e financeira, de pessoal, de processos de trabalho e infraestrutura institucional, imprescindíveis às atividades finalísticas do Ministério Público do Rio Grande de Sul e para a utilização dos recursos públicos com plena eficiência.

Gestão Administrativa

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Assegurar os recursos necessários e qualificar sua Gestão

O Ministério Público assegurou, para o exercício de 2010, um orçamento de R\$ 583.767.466,03 (quinhentos e oitenta e três milhões, setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e três centavos), sendo que o orçamento do Estado, previsto na Lei n.º 13.309/2009, foi de R\$ 32.931.434.032,00 (trinta e dois bilhões, novecentos e trinta e um milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil e trinta e dois reais). Segue, abaixo, quadro evolutivo dos últimos cinco anos:

ANO	ESTADO DO RS		MPRS	
	ORÇAMENTO APROVADO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	ORÇAMENTO APROVADO*	ORÇAMENTO EXECUTADO*
2006	19.519.616.045,00	13.312.366.814,84	490.574.409,00	486.265.165,52
2007	20.678.084.920,00	13.991.366.037,10	509.570.195,00	496.000.207,09
2008	21.295.775.610,00	16.657.785.043,53	509.000.000,00	508.086.128,38
2009	28.611.343.923,00	17.387.287.460,48	534.520.000,00	541.508.997,51
2010	32.931.434.032,00	20.297.846.621,21	565.090.680,00	583.767.466,03

*Fontes: Orçamento e Balanço Geral do Estado de 2006 a 2010.

Receita Corrente Líquida X Orçamento Executado no Ministério Público

O quadro abaixo apresenta o comparativo entre a evolução da Receita Corrente Líquida do Estado com o volume de recursos disponibilizado ao Ministério Público nos últimos cinco anos.

ANO	ESTADO DO RS		MPRS	
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	% CRESCIMENTO	ORÇAMENTO EXECUTADO*	% CRESCIMENTO
2006	13.312.366.814,84	-	486.275.868,00	-
2007	13.991.366.037,10	5,10	496.000.207,00	2
2008	16.657.785.043,53	25,13	508.086.128,00	4,49
2009	17.387.287.460,48	30,61	541.643.552,00	11,39
2010	20.297.846.621,21	52,47	589.397.331,15	21,21

* Valores contemplam recursos livres e vinculados.

Observa-se que, no período, o crescimento da Receita Corrente Líquida do Estado foi de 52,47%, enquanto o Orçamento Executado pelo Ministério Público evoluiu apenas 21,21%.

A partir do exercício de 2007, com a adesão do Ministério Público ao esforço coletivo de todos os Poderes e Órgãos, empreendido no sentido de atingir o equilíbrio das contas públicas no Estado do Rio Grande do Sul e, ainda, com a utilização da Lei de Diretrizes Orçamentárias como instrumento de limitação na distribuição do volume orçamentário entre os Poderes e Órgãos, definindo percentuais fixos de crescimento para cada exercício, a Instituição enfrentou

severa redução na sua capacidade de investir e mesmo custear a infraestrutura necessária à manutenção da qualidade na prestação dos serviços que constitucionalmente são de sua competência.

Uma vez retomada a estabilidade fiscal nas contas públicas, o Ministério Público tem empreendido esforços na recuperação do crescimento do volume de seus recursos orçamentários, a fim de torná-lo compatível com o atual crescimento da Receita Corrente Líquida e para que venha a atender às demandas reprimidas pelas perdas havidas nesse esforço efetuado de forma responsável e já exitosa.

Orçamento de 2010 por Grupo de Despesa: Aprovado X Executado

O quadro abaixo demonstra os montantes do Orçamento Aprovado e do Orçamento Executado no âmbito do Ministério Público, em 2010, por grupo de despesas.

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
Aprovado	492.985.680,00	51.205.000,00	20.900.000,00	565.090.680,00
Executado	517.070.085,84	54.288.270,87	12.409.109,32	583.767.466,03

A despesa orçamentária executada no ano de 2010 foi de R\$ 583.767.466,03 (quinhentos e oitenta e três milhões, setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e três centavos), considerando-se tão somente os recursos livres, representando 103,31% do orçamento aprovado para o exercício, tendo em vista suplementação obtida junto ao Poder Executivo. Deste total, 9% foram destinados a despesas de custeio, 2% a despesas de capital e 89% a despesas de pessoal.

Verifica-se, dessa forma, o pleno atendimento do objetivo do Mapa Estratégico ligado à Gestão Orçamentária, na medida em que qualificaram-se os índices

de execução orçamentária, através do esforço empregado pela Instituição, garantindo, assim, os recursos necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

Em relação aos R\$ 517.070.085,84 (quinhentos e dezessete milhões, setenta mil, oitenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) destinados a Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, cumpre referir que o respectivo montante enquadra-se nos limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Cabe

Gestão Administrativa

destacar que, em relação ao total do executado, o percentual de 89% justifica-se plenamente, tendo em vista a natureza das atividades da Instituição, as quais se caracterizam essencialmente como prestação de serviços públicos.

Despesas de custeio

No que diz respeito aos R\$ 54.288.270,87 (cinquenta e quatro milhões, duzentos e oitenta e oito mil, duzentos e setenta reais e oitenta e sete centavos) destinados a Outras Despesas Correntes, cabe destacar que os valores mais expressivos foram as despesas com a prestação de serviços por terceiros (luz, água, telefonia, processamento de dados, conservação de bens móveis, etc.) e a locação de mão de obra (vigilância e segurança, limpeza e higiene, etc.), conforme demonstrado na tabela a seguir:

OUTRAS DESPESAS CORRENTES – CUSTEIO	
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	14.609.345,74
Locação de Mão de Obra	15.290.775,00
Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Físicas	8.792.653,70
Auxílio-Alimentação	3.927.963,49
Material de Consumo	2.852.146,61
Despesas de Exercícios Anteriores	254.049,19
Auxílio-Transporte	2.288.297,43
Diárias	2.085.858,66
Outros Benefícios Assistenciais	1.907.297,94
Indenizações e Restituições	714.880,23
Outras Despesas	1.565.002,88
TOTAL	R\$ 54.288.270,87

Salienta-se que, considerando-se os grupos de despesa, o montante aplicado foi adequado ao perfil de distribuição de recursos no Ministério Público e está ajustado em relação às necessidades de manutenção da infraestrutura e das demais despesas de custeio da Instituição no exercício a que se refere.

Despesas com investimentos

Em relação aos R\$ 12.409.109,32 (doze milhões, quatrocentos e nove mil, cento e nove reais e trinta e dois centavos) destinados a Despesas de Capital, destaca-se que os valores mais expressivos foram as aquisições de equipamentos de informática e mobiliário e os investimentos empregados em obras, conforme demonstrado na tabela a seguir:

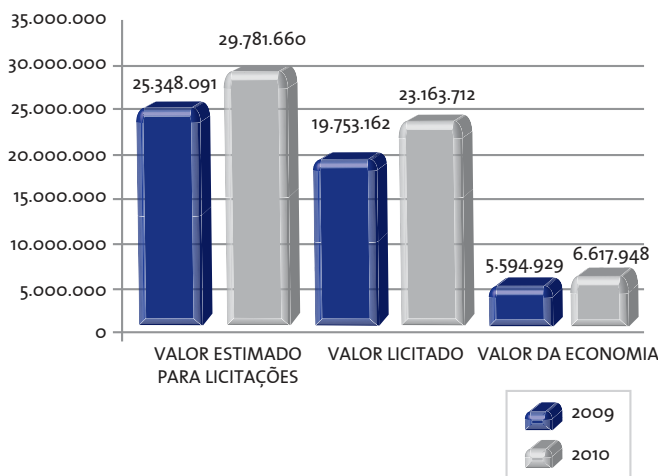
DESPESAS DE CAPITAL – INVESTIMENTOS	
Veículos	R\$ 385.000,00
Mobiliário em geral (Mobiliário ergonômico R\$ 2.427,440,00)	R\$ 2.725.657,00
Equipamentos de Informática (Microcomputadores R\$ 1.351.250,00)	R\$ 1.743.071,00
Equipamentos de áudio e vídeo - SOC	R\$ 103.500,00
Obras (Construção/Ampliação/Reforma/ Manutenção)	R\$ 6.896.281,00
Diversos (Patrimônio/Engenharia/Telefonia/ Biblioteca/CEAF)	R\$ 555.600,32
TOTAL	R\$ 12.409.109,32

Importante destacar a constante preocupação do Ministério Público com a política de Qualidade de Vida no Trabalho - QVT, traduzida, exemplificativamente, na aquisição de mobiliários ergonômicos voltados a proporcionar melhores condições para membros e servidores no desenvolvimento de suas atividades funcionais, cujo investimento cresceu em 89,6% em relação ao exercício anterior.

Aquisição de bens e serviços

A Comissão Permanente de Licitações, dentro da perspectiva da Gestão Estratégica, exerce suas atribuições objetivando tanto obter a integral e adequada aplicação dos recursos orçamentários – atuando, inclusive, como instrumento para realização de vários projetos ligados à gestão estratégica da Instituição – quanto colaborar prestando informações para a tomada de decisões e melhoria da gestão administrativa.

O ano de 2010 consolidou os instrumentos introduzidos no sistema licitatório estadual pelas Leis Estaduais n.º 13.179/2009 (cotação eletrônica de preços, que é a dispensa de licitação em razão do valor, realizada com disputa) e n.º 13.191/2009 (pregão eletrônico como modalidade de licitação preferencial).



Obs. : Valores em reais (R\$)

O pregão eletrônico registrou a média de 38,15% de economia. Em determinados procedimentos, o percentual economizado superou a marca de 50%. Pode-se exemplificar com os seguintes casos: 91,03% (certificados digitais para servidores *web*); 82,07% (certificados digitais pessoa física); 82,38% (contratação de curso in *company* para treinamento dos setores admi-

nistrativos da Direção-Geral quanto à elaboração de caderno de especificações destinados às aquisições e contratações); 52,85% (aquisição de Storage - equipamento de informática); 81,02% (jornal de grande circulação regional ou nacional para publicação de avisos de licitação); 50% (locação de equipamentos multifuncionais, com manutenção e fornecimento de peças).

Merece referência a Tomada de Preços n.º 04/2010, do tipo técnica e preço, para a contratação de serviços de publicidade e propaganda, objeto pela primeira vez licitado na PGJ/MPRS, e edital obediente aos novos preceitos legais introduzidos pela Lei Federal n.º 12.232/2010, o qual está servindo de precedente para os procedimentos licitatórios, sobre o mesmo objeto, de outros órgãos públicos municipais, estaduais e até federais.

Em face de tudo isso, a efetiva economia proporcionada nas compras e contratações administrativas, no ano de 2010, foi de 22,22%; percentual de economia global, ou seja, todas as modalidades, inclusive cotações eletrônicas de preços.

MODALIDADE	VALOR ESTIMADO	VALOR LICITADO	% ECONOMIA
Convite	1.525.309,27	1.381.970,84	9,40%
Tomada de preços	8.311.625,83	7.977.119,89	4,02%
Concorrências	3.982.176,58	3.846.675,15	3,40%
Pregões	134.402,63	117.665,29	12,45%
Pregão eletrônico	15.363.790,84	9.495.495,52	38,20%
Cotação eletrônica	464.355,33	344.785,43	25,75%
TOTAIS	29.781.660,48	23.163.712,12	22,22%

Ferramentas de compartilhamento da gestão

Ainda na esteira da diretriz estratégica ligada à qualificação da gestão orçamentária, foram implantados no exercício de 2010, no âmbito do Ministério Público, os seguintes sistemas:

- Sistema de Gestão Orçamentária – SGO
- Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento do Estado – RHE.

A construção do SGO teve como diretriz tornar mais transparente e eficiente a gestão orçamentária e financeira. Desenvolvido para planejar e controlar as demandas de custeio e investimento de forma compartilhada, passa a refletir a estrutura orgânica e funcional da Instituição.

A implantação do RHE no Ministério Público dotou a administração de uma moderna ferramenta para a gestão dos recursos humanos da Instituição. O sistema dá suporte ao gerenciamento da folha de pagamento e das informações funcionais, consolidando dados financeiros e de pessoal de membros e servidores, ativos e inativos.

Utilizado em conjunto com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o RHE tem parâmetros e customizações que contemplam as necessidades do Ministério Público, pois permite o controle das despesas de pessoal, reflete a estrutura orgânica e funcional da Instituição e torna eficiente, ágil e transparente a Gestão de Pessoas.

Para membros e servidores, o acesso ao Portal do Servidor RHE por meio da *internet* ampliou o detalhamento das informações e qualificou o atendimento das demandas funcionais, mantendo a integridade e confidencialidade dos registros.

GESTÃO DE PESSOAS

Para aperfeiçoar constantemente os serviços prestados, o Ministério Público investe na qualificação permanente de seu quadro de pessoas, bem como na realização de concursos públicos para prover a instituição dos recursos humanos necessários à efetivação de suas atribuições junto à sociedade.

Desenvolver e gerir competências

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), imbuído do compromisso permanente de elevar os padrões técnicos e científicos dos membros e servidores do Ministério Público, acarretando, como consequência, a melhoria dos serviços prestados à sociedade, em 2010 deu continuidade aos esforços e investimentos na capacitação de seus membros e servidores.

O planejamento e o levantamento das necessidades educacionais estiveram alinhados com as estratégias institucionais e atenderam ao objetivo do Mapa Estratégico “Desenvolver e gerir competências”.

Para o Plano Anual de Educação Institucional de 2010, foram incluídos os projetos educacionais previstos para o ano em referência. Os projetos foram definidos com base no levantamento de necessidades educacionais realizado pela equipe do CEAF junto às áreas da Instituição e distribuídos nos Programas Educacionais, conforme quadro a seguir:

PROGRAMA EDUCACIONAL	CURSOS/EVENTOS REALIZADOS
Direito	Atualização em Direito Cível e Penal; A Ordem Jurídico-Urbanística Brasileira às Vésperas dos 10 Anos do Estatuto da Cidade: Avanços e Desafios; Bill of Rights – A Carta de Direitos e Garantias Individuais.
Atuação Ministerial	Encontro Estadual – Construindo uma Nova Gestão no Ministério Público; Encontros Regionais Eleitorais; A Prevenção nas Relações de Consumo e o Papel do MP no Setor de Energia Elétrica; Ministério Público do Estado, Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público de Contas – Integração para a Defesa do Patrimônio Público; Técnica Operacional de Entrevista em Apoio às Atividades do Ministério Público; Evocando os 20 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – Desafios e Perspectivas, Desafios da Regularização Fundiária; Seminário de Capacitação em Direitos Humanos; Temas Relevantes do Júri; Encontro Estadual do Ministério Público do RS Sobre Meio Ambiente - Ações Institucionais para um Futuro Sustentável.
Interação com a Sociedade	Ciclo de palestras: Justiça Terapêutica: um programa judicial de redução do dano social; Política Nacional de Saúde Mental e a série de palestras Diálogos Imemoriais.
Integração de Novos servidores	Curso de integração para os ingressantes nos cargos de: Assessor Jurídico; Assistente de Promotoria; Secretário de Diligência; Agente Administrativo e outros cargos diversos.
Formação de Gestores	Ética e Serviço Público; Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos – Lei 8.666; Orçamento Público: Elaboração e Execução.
Língua Portuguesa	Modalidade Ensino a Distância: Análise Sintática; A Linguagem do Texto Jurídico; Verbos; Concordância Nominal e Verbal – Regência Nominal e Verbal; Redação Oficial.
Informática Usuário	Sistema Gerenciador de Promotorias (SGP) e Sistema de Protocolo Unificado (SPU).
Informática Desenvolvedor	Cursos nos sistemas Cisco, Linux e Windows Server; Programação SQL, PHP, Java; Segurança de Redes e da Informação; Análise Forense; IBM Storage, entre outros.
Assessoramento Técnico	Participação em congressos, encontros, simpósios, nas áreas de: Assistência Social, História, Medicina Legal, Odontologia Legal, Psiquiatria, Zoologia, Biologia Marinha, Mastozoologia, Bovinos de corte e Pecuária Produtiva, Recuperação de Áreas Degradadas, Auditoria de Obras Públicas, entre outros.
Atendimento	Excelência no Atendimento, Técnicas de Serviços para Commis, Atendimento ao cidadão.
Áreas Administrativas	Formação de Facilitadores do Propad, Sistema de Gestão Orçamentária (SGO), Digitalização de Documentos de Arquivo.
Pós-Graduação	Doutorados em Direito, Ciências Sociais, Filosofia; Mestrado em Direito, Especializações em Direito Penal e Processual Penal, Direitos da Criança e do Adolescente, Gestão Pública, Direito do Estado, Direito Ambiental Nacional e Internacional, Direito Sanitário.
Outras Demandas	Meio Ambiente: Conscientização e Prática; Treinamento em Brigada de Incêndio; Palestra de Final de Ano: “Ética no Serviço Público”.

Gestão Administrativa

Investimentos em Capacitação

Somados os valores despendidos nos projetos desenvolvidos internamente e nas compras de vagas em diversos cursos oferecidos no mercado, o investimento total, do ano de 2010, foi de R\$ 563.749,43 (quinhentos e sessenta e três mil, setecentos e quarenta e nove reais e quarenta e três centavos) em um total de 152 projetos educacionais distintos distribuídos em 212 turmas.

Considerando que houve 3.673 participantes nas 6.341 horas de atividades, o investimento médio por participante foi de R\$ 153,48. A carga horária de capacitação por pessoa foi de 23,24 horas/pessoa.

O quadro a seguir demonstra os investimentos realizados em capacitação nos diversos programas educacionais:

PROGRAMAS	INVESTIMENTO	%	PARTICIPANTES	%	INVESTIMENTO POR PARTICIPANTE
Direito	R\$ 24.326,34	4,32	208	5,66	R\$ 116,95
Atuação Ministerial	R\$ 162.634,80	28,85	579	15,76	R\$ 280,89
Interação com a Sociedade	R\$ 0,00	0,00	157	4,27	R\$ 0,00
Integração de Novos Servidores	R\$ 6.315,16	1,12	171	4,66	R\$ 36,93
Formação de Gestores	R\$ 0,00	0,00	184	5,01	R\$ 0,00
Língua Portuguesa	R\$ 0,00	0,00	848	23,09	R\$ 0,00
Informática Usuário	R\$ 9.836,92	1,74	206	5,61	R\$ 47,75
Informática Desenvolvedor	R\$ 135.089,10	23,96	61	1,66	R\$ 2.214,58
Assessoramento Técnico	R\$ 13.934,30	2,47	41	1,12	R\$ 339,86
Áreas Administrativas	R\$ 71.647,62	12,71	504	13,72	R\$ 142,16
Atendimento	R\$ 0,00	0,00	210	5,72	R\$ 0,00
Pós-graduação	R\$ 49.755,36	8,83	15	0,41	R\$ 3.317,02
Outras demandas	R\$ 10.679,00	1,89	489	13,31	R\$ 21,62
Despesas Gerais do CEAF	R\$ 24.326,34	4,32			R\$ 0,00
TOTAL GERAL	R\$ 563.749,43	100	3.673	100	

WikiMP – Ferramenta de Gestão do Conhecimento

Foi desenvolvida e implementada a WikiMP, uma ferramenta essencialmente colaborativa, que, de acordo com os conceitos da Gestão do Conhecimento, busca recolher, organizar, preservar e disseminar o conhecimento produzido no Ministério Público, valorizando os estudos realizados pelos Promotores e Procurado-

res de Justiça e as experiências por eles adquiridas nas suas atividades.

A WikiMP permite a fácil criação de páginas, sendo possível a inserção de artigos, roteiros práticos e peças processuais, entre outros, e a disponibilização aos de-

mais, constituindo-se num repositório organizado de materiais de referência. Os membros podem realizar edição dos textos, complementação de ideias, inserção de novas informações, correção de erros, colocação de links e a atualização da legislação pertinente, de modo a aprimorar o conteúdo que é dinâmico, pois continuamente atualizado pelos usuários.

“Atualmente, valorosos conhecimentos e experiências são perdidos ou não aproveitados quando colegas passam a atuar em outras áreas ou por ocasião de aposentadorias. Isso ocorre porque o conhecimento adquirido é quase totalmente individual e não institucional.”

Simone Mariano da Rocha, Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público.

Concurso à carreira do Ministério Público

No ano de 2010, a situação da carreira do Ministério Público manteve o quadro de déficit funcional já identificado em anos anteriores, conforme demonstrado no quadro abaixo:

CARGO	CARGOS CRIADOS	CARGOS LOTADOS		CARGOS VAGOS	
		2009	2010	2009	2010
Procurador	140	111	110	29	30
Promotor de Entrância Final	285	199	202	86	84
Promotor de Entrância Intermediária	293	241	244	52	49
Promotor de Entrância Inicial	185	106	98	79	87

Nesse ano, foi finalizado concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público, cujo edital de abertura previa o provimento de 25 cargos de Promo-

tor de Justiça, das 87 vagas existentes. Em 21 de dezembro, foi publicado o Edital nº 477/2010 homologando o resultado final do XLV Concurso, com 30 candidatos aprovados. Antes disso, o último concurso realizado para provimento de membros do Ministério Público foi concluído no ano de 2003.

Movimentação na carreira do MP

Em 2010, foi elevada de entrância, em virtude do que consta na Lei 13.517/2010, a comarca de Santa Vitória do Palmar (Entrância Inicial para Intermediária).

Também no exercício, procedeu-se, às seguintes Promoções e Remoções:

CARGO	PROMOÇÃO	REMOÇÃO
Procurador	02	06
Promotor de Entrância Final	10	30
Promotor de Entrância Intermediária	22	36
Promotor de Entrância Inicial	-	65

Com as elevações de entrâncias nas comarcas e as respectivas promoções e remoções, busca-se equacionar a distribuição do Quadro de Membros do Ministério Público visando ao melhor atendimento de suas demandas institucionais.

Proposta de novo Plano de Cargos e Salários(PCCS)

A Procuradora-Geral de Justiça fez a entrega, no mês de julho, da proposta do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) aos representantes dos servidores da Instituição - Aprojus e Simpe. A proposta do PCCS tem por base o trabalho de uma comissão designada há quatro anos e reflete uma Instituição que se firma no seu tempo, buscando a reestruturação administrativa

Gestão Administrativa

e a qualificação de seus membros e servidores, atingindo a maturidade institucional. Propicia que os servidores tenham estímulo profissional mediante ascensão na carreira.

Os servidores terão um prazo para análise e debate interno, com o objetivo de levar um projeto de lei à Assembleia Legislativa com uma proposta que represente o consenso e respeite os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. O novo Plano de Carreira, Cargos e Salários é bastante enxuto e termina com os cargos isolados, em que não há possibilidade de progressão na carreira, como ocorre atualmente.

Nomeações de servidores

Em 2010, entraram em exercício 132 novos servidores na Instituição, em razão de inatividades, exonerações, bem como para suprir as demais vagas existentes. As nomeações ocorreram, principalmente, para os cargos de Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, de Assistente de Promotoria de Justiça e de Agente Administrativo.

Evolução dos recursos humanos – 2005 a 2010

ANO	TOTAL DE MEMBROS	TOTAL DE SERVIDORES*	TOTAL DE MEMBROS E SERVIDORES
2005	675	1708	2383
2006	672	1863	2535
2007	669	1807	2476
2008	664	1890	2554
2009	659	2040	2699
2010	654	2084	2738

*Inclui os de provimento efetivo, adidos, cargos em comissão e estabilizados.

DADOS REFERENTES À GESTÃO DE PESSOAS ENCAMINHADOS AO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DESCRIÇÃO	TOTAL
Nº de cargos de Procuradores de Justiça criados	140
Nº de cargos de Procuradores de Justiça providos	110
Nº de cargos de Promotores de Justiça criados	763
Nº de cargos de Promotores de Justiça providos	544
Nº de cargos de Servidores de carreira criados	2.183
Nº de cargos de Servidores de carreira providos	1.687
Nº de Cargos em Comissão criados	550
Nº de Cargos em Comissão providos	310
Nº de cargos providos com outros servidores que não de carreira ou cargo em comissão	87
Nº de vagas de estágio criadas	1.473
Nº de vagas de estágio provida	1.228
Nº de membros inativos	237
Nº de servidores inativos	84
Nº de habitantes do Estado	10.695.532
Nº de municípios do Estado	496
Nº de comarcas	165
Remuneração média de membros ativos	R\$ 23.246,79
Remuneração média de membros inativos	R\$ 23.276,85
Remuneração média de servidores ativos	R\$ 7.025,13
Remuneração média de servidores inativos	R\$ 10.459,12
Renda per capita de membros e servidores ativos	R\$ 11.631,74
Renda per capita de membros e servidores inativos	R\$ 22.419,81

GESTÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO

Voto eletrônico no Ministério Público

Em 2010, foi desenvolvida e implementada a sistemática do voto eletrônico no âmbito do Ministério Público. O objetivo foi a adoção do sistema digital nos pleitos internos da Instituição, garantindo a modernização da votação e a apuração do processo eleitoral para os cargos eletivos do Ministério Público. O projeto piloto foi testado em novembro de 2010, nas eleições para o Conselho de Gestão Compartilhada do Ministério Público, e trouxe agilidade, transparência e otimização de custos. O sistema adotado garante a integridade do resultado e é auditável por qualquer pessoa, ao mesmo tempo em que preserva o sigilo dos eleitores. A iniciativa atende ao objetivo do Mapa Estratégico da Instituição de “Melhorar a estrutura orgânica e a gestão administrativa”

Sessão do CSMP com transmissão online



Procuradora de Justiça, Maria Cristina Cardoso Moreira de Oliveira, assistindo a 1ª sessão online do CSMP

Em 2010, foi implementada ferramenta que permite a transmissão das sessões do Conselho Superior do Ministério Público em tempo real, através de acesso pela Intranet. A implementação foi precedida de deliberação, em sessão ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, sobre a viabilidade jurídica, tendo sido decidido por maioria pela possibilidade, ressalvados os casos de reserva constitucional ou legal.

A Procuradora-Geral de Justiça, Simone Mariano da Rocha, presidiu, no dia 23 de agosto, a primeira sessão do Conselho Superior do Ministério Público transmitida online para Promotores e Procuradores de Justiça. A iniciativa colabora para a agilização e o aprimoramento das funções institucionais e evidencia o trabalho desenvolvido pelos Órgãos Colegiados.

PROPAD – Padronização e Organização Administrativa das Promotorias de Justiça

O Projeto de Padronização e Organização Administrativa das Promotorias de Justiça (PROPAD) é um dos projetos desenvolvidos na Gestão Estratégica do Ministério Público e está associado ao cumprimento do objetivo “Melhorar a estrutura orgânica e a gestão administrativa”. Diante da evolução da estrutura do Ministério Público, do contínuo crescimento de suas demandas de atuação e da necessidade de cumprir o seu planejamento orçamentário, surge o desafio de acompanhar o constante desenvolvimento de sua organização administrativa.

O principal objetivo do PROPAD é tornar a estrutura operacional das Promotorias de Justiça eficiente, pela introdução da padronização dos fluxos de trabalho, bem como da organização da sua estrutura funcional. Como resultado da aplicação das diretrizes do PROPAD, objetiva-se também a agilidade das rotinas

Gestão Administrativa

de trabalho, a preparação para o processo eletrônico, além do crescimento da produtividade e a segurança na realização das tarefas, pela eliminação de retrabalhos e controles desnecessários, gerando melhor qualidade de vida no trabalho. Visa, também, à implantação de um modelo de avaliação da conformidade com vistas à certificação das Promotorias de Justiça.

Durante o ano de 2010, realizou-se a etapa de implantação nas Promotorias de Justiça do interior do Estado, com a finalidade de adequá-las aos procedimentos operacionais padrão estabelecidos pelo PROPAD. Essa etapa compreendeu a realização de cursos de capacitação para Promotores de Justiça e servidores, além de visitas a diversas Promotorias de Justiça.

Resumo da implantação do PROPAD no ano de 2010

DADOS DA IMPLANTAÇÃO DO PROPAD

Cursos de Formação de Facilitadores realizados	10
Cursos de Adequação ao PROPAD realizados	21
Facilitadores capacitados	250
Promotores de Justiça capacitados	340
Visitas de implantação realizadas	31
Promotorias de Justiça que realizaram a Implantação do PROPAD	154
Promotorias que adotaram a nova sistemática de organização dos Expedientes Extrajudiciais	83

Ganhos de eficiência operacional com a implantação do PROPAD no ano de 2010

RESULTADO OPERACIONAL DA IMPLANTAÇÃO DO PROPAD

Crescimento do número de usuários do Sistema Gerenciador de Promotorias	24%
Crescimento do número de Promotores de Justiça que passaram a utilizar o Sistema Gerenciador de Promotorias	53%
Crescimento do número de registros de atendimentos no Sistema Gerenciador de Promotorias	85%
Crescimento do número de peças anexadas no SGP, reduzindo o consumo de papel, o uso de impressoras e o trabalho de gestão documental	55%
Crescimento no registro de prazos no sistema, possibilitando a utilização de Agenda do SGP	161%

A implantação do PROPAD pelas Promotorias de Justiça tem trazido, além de um trabalho mais célere, maior fidelidade de dados relativos às atividades realizadas, aumento significativo no número de cadastro dos atendimentos ao público no sistema informatizado Sistema Gerenciador de Promotorias de Justiça (SGP) e do registro e anexação das manifestações dos Promotores de Justiça nesse sistema, o que contribui para reduzir a quantidade de papel utilizado nas Promotorias de Justiça e o trabalho de gestão documental.

Também foi implementada nas Promotorias de Justiça a Pesquisa de Satisfação no Atendimento, que permite a análise das críticas e sugestões formuladas pelas pessoas atendidas pelo Ministério Público. Foi criado e disponibilizado um roteiro de atendimento ao público de forma a permitir que os Promotores de Justiça possam utilizá-lo como modelo para orientar os servidores na realização dessa atividade nas Promotorias de Justiça. Esse roteiro tem por finalidades aprimorar o atendimento ao público e manter o registro e histórico das pessoas que se dirigem à Instituição.



Equipe PROPAD

A fim de orientar e otimizar a implementação das modificações que ocorrerão no SGP, foi confeccionado um CD - contendo, como material de apoio, apresentação em powerpoint - na forma de EAD, manual e vídeo explicativos -, que será enviado às Promotorias de Justiça.

Em continuidade ao projeto, está prevista para 2011 a implantação do PROPAD nas Promotorias de Justiça de Porto Alegre. Ainda, como parte integrante do processo de melhoria contínua, terá início a etapa de Certificação, fase em que procederá à análise da adequação das Promotorias de Justiça aos procedimentos operacionais padrão estabelecidos pelo PROPAD. As Promotorias de Justiça que estiverem em conformidade ao modelo estabelecido serão certificadas.

INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL

Infraestrutura Predial

Os investimentos do Ministério Público do Rio Grande do Sul em melhorias na infraestrutura, por meio de construções e ampliações de sedes próprias, continuaram em 2010. Além de proporcionar melhorias nas condições de trabalho, essas iniciativas contribuem para o fortalecimento da identidade institucional do Ministério Público e para a qualificação dos serviços prestados à sociedade.

Gestão Administrativa

No ano, foram edificadas 8.360,72 m², compreendendo construções, ampliações e coberturas de estacionamentos. Desse total, 4.714,59 m² representam cinco novas sedes que foram entregues. Das sedes existentes, quatro foram ampliadas e construídas 11 novas coberturas de estacionamento.

Com as novas inclusões, o Ministério Público passou a contar com 149 sedes próprias. Destas, 140 localizam-se no interior e nove em Porto Alegre.

Até dezembro de 2010, em 24 diferentes localidades no Estado as instalações foram locadas, além de serem ocupados oito espaços dentro dos Fóruns, através de concessão de uso remunerada.

Evolução das Sedes Próprias 2002-2010

ANO	SEDES PRÓPRIAS CONSTRUÍDAS	TOTAL DE SEDES PRÓPRIAS
Até 2002	43	43
2003	11	54
2004	18	72
2005	25	97
2006	14	111
2007	17	128
2008	05	133
2009	11	144
2010	05	149

Sedes Inauguradas

Promotoria de Coronel Bicaco



Inaugurada em 13 de abril de 2010, com 164 m² de área construída, a sede da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco está localizada na Rua Francisco Manuel Diniz, 685.

Promotoria de Três Coroas



Inaugurada em 16 de setembro de 2010, com 167,05 m² de área construída, a sede da Promotoria de Justiça de Três Coroas está localizada na Rua Felipe Bender, 361.

Promotoria de Carlos Barbosa



Inaugurada em 29 de setembro de 2010, com 164,32 m² de área construída, a sede da Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa está localizada na Rua Rui Barbosa, 105.

Promotoria de Alegrete



Inaugurada em 16 de novembro de 2010, com 797,05 m² de área construída, a sede da Promotoria de Justiça de Alegrete está localizada junto às sedes do Poder Judiciário e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na Avenida Tiaraju, 944.

Promotoria de Cachoeira do Sul



Inaugurada em 14 de outubro de 2010, com 1.240,07 m² de área construída, a sede da Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul está localizada na Rua Sílvio Scopel, 1220.

Gestão Administrativa

Promotoria de Viamão



Inaugurada em 16 de dezembro de 2010, com 2.346,10 m² de área construída, a sede da Promotoria de Justiça de Viamão está localizada na Rua Bento Gonçalves, 76.

Ministério Público ocorram de forma mais ágil, segura e econômica;

- Sessões dos Órgãos Colegiados – SOC Controle das Sessões do Conselho Superior do Ministério Público e do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de forma integrada ao SPU;
- Expansão do *link* de Internet de 15 Mbps para 25 Mbps;
- Novo *site* Internet do Ministério Público;
- Contratação de *link* de Internet para *stand* do MPRS na Expoiner;
- Manutenção evolutiva e corretiva de vinte sistemas da Instituição, incluindo o SGP – Sistema Gerenciador de Promotorias de Justiça - e o SPU – Sistema de Protocolo Unificado.

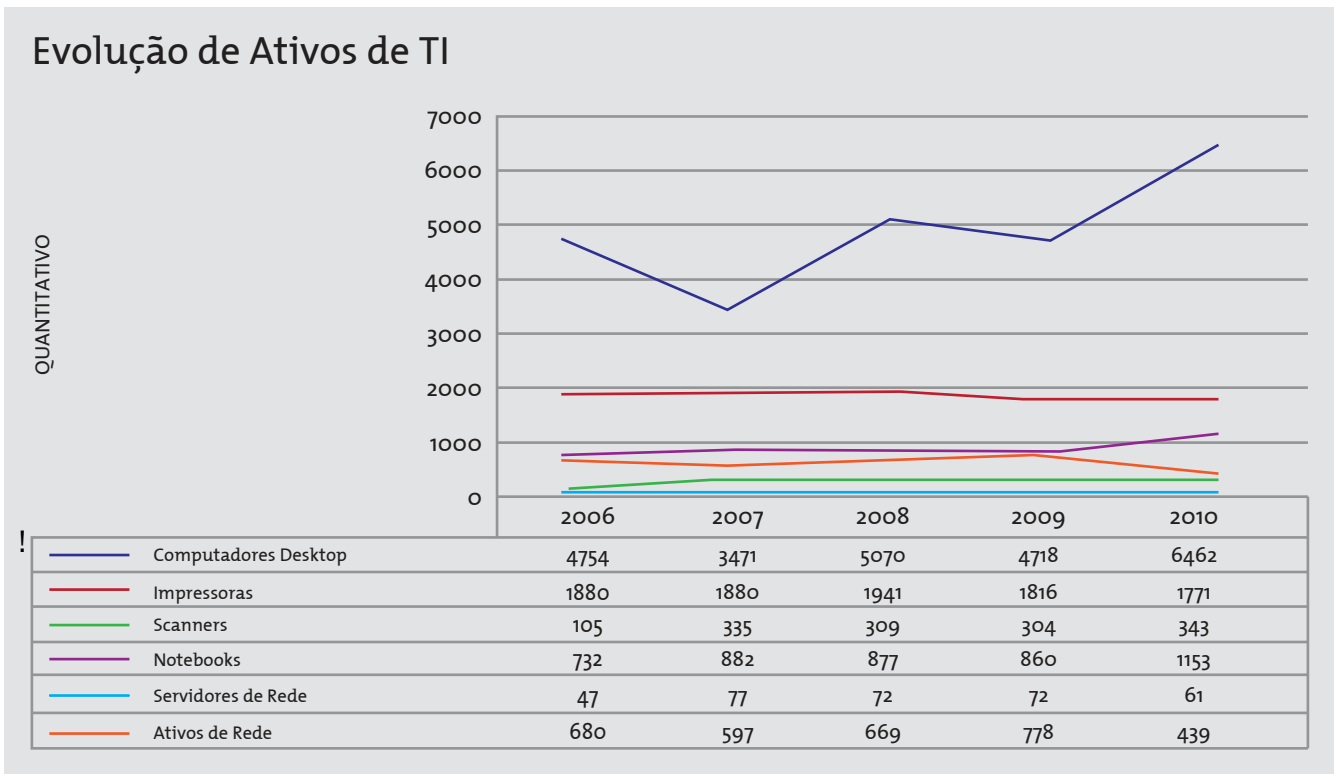
Infraestrutura de Tecnologia da Informação

O Ministério Público, por intermédio da Divisão de Informática, em 2010 permaneceu dedicando atenção especial aos serviços de tecnologia da informação (TI), que devem ser cuidadosamente projetados e mantidos para suportar as necessidades da atuação institucional.

Destacam-se, nesse ano, as seguintes realizações:

- Serviço de *Streaming* de vídeo via intranet – que possibilita, entre outras coisas, a transmissão das sessões do Conselho Superior do Ministério Público;
- Sistema de Votação Eletrônica – Sistema baseado em criptografia que permite que as eleições no âmbito do

Gráfico dos Ativos de TI:



Nominata

ADALGISA WIEDEMANN CHAVES
ADONIRAN LEMOS ALMEIDA FILHO
ADRIANA CRUZ DA SILVA
ADRIANA KARINA DIESEL CHESANI
ADRIANO LUÍS DE ARAUJO
ADRIANO MARMITT
ADRIANO PEREIRA ZIBETTI
ADRIANO TEIXEIRA KNEIPP
ADRIO RAFAEL PAULA GELATTI
AFONSO ARMANDO KONZEN
AIRTON ALOISIO MICHELS
AIRTON ZANATTA
ALCEU SCHOELLER DE MORAES
ALCINDO LUZ BASTOS DA SILVA FILHO
ALÉCIO SILVEIRA NOGUEIRA
ALESSANDRA MOURA BASTIAN DA CUNHA
ALESSANDRO SALAZAR ROSSATTO
ALEXANDER GUTTERRES THOMÉ
ALEXANDRA CARNIEL ANTONIO
ALEXANDRE ARANALDE SALIM
ALEXANDRE DA SILVA LOUREIRO
ALEXANDRE FERNANDES SPIZZIRRI
ALEXANDRE LIPP JOÃO
ALEXANDRE PORTO FRANÇA
ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ
ALINE DOS SANTOS GONÇALVES
ALINE MACHADO XAVIER
ALJACIRA LIMA TERRA
ALTAMIR FRANCISCO ARROQUE
ÁLVARO LUIZ POGLIA
AMILCAR FAGUNDES FREITAS MACEDO
ANA ADELAIDE BRASIL SÁ CAYE
ANA CAROLINA DE QUADROS AZAMBUJA
ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI
ANA CRISTINA FERRAREZE CIRNE
ANA EMÍLIA VILANOVA
ANA LÚCIA CARDOZO DA SILVA
ANA LÚCIA CIOCCARI AZEVEDO
ANA LUIZA DOMINGUES DE SOUZA LEAL
ANA LUIZA MERCIO LARTIGAU
ANA MARIA KOLOGESKI CEZAR
ANA MARIA MOREIRA MARCHESAN
ANA MARIA SCHINESTSC
ANA MARISA AINHORN OSSOK
ANA PAULA BERNARDES
ANA PAULA MANTAY
ANA RITA NASCIMENTO SCHINESTSC
ANAMARIA THOMAZ
ANDRÉ BAPTISTA CARUSO MAC-DONALD
ANDRÉ BARBOSA DE BORBA
ANDRÉ CIPELE
ANDRÉ COSTA
ANDRÉ DE AZEVEDO COELHO
ANDRÉ EDUARDO SCHRÖDER PREDIGER
ANDRÉ FELIPE DE CAMARGO ALVES
ANDRÉ FERNANDO JANSON CARVALHO LEITE
ANDRÉ FERNANDO RIGO
ANDRÉ GONÇALVES MARTINEZ
ANDRÉ LUIS DAL MOLIN FLORES
ANDRÉ RICARDO COLPO MARCHESAN
ANDREA ALMEIDA BARROS
ANDRÉA CECIM FORTES
ANDRÉA DA SILVA UEQUED
ANDRÉA DE ALMEIDA MACHADO
ANDRÉA SOARES TORRES
ANDREIA HERMINIA ALLIATTI

ANELISE GREHS STIFELMAN
ANGELA CAREN DAL POS
ANGELA CÉLIA PAIM GARRIDO
ANGELA SALTON ROTUNNO
ANÍZIO PIRES GAVIÃO FILHO
ANNELISE MONTEIRO STEIGLEDER
ANTÔNIO AUGUSTO RAMOS DE MORAES
ANTÔNIO AUGUSTO VERGARA CERQUEIRA
ANTÔNIO CARLOS DE AVELAR BASTOS
ANTÔNIO CEZAR LIMA DA FONSECA
ANTÔNIO LUIZ OTILIA
ANTONIO METZGER KÉPES
ARI COSTA
ARMANDO ANTÔNIO LOTTI
ARNALDO BUEDE SLEIMON
AUREO ROGÉRIO GIL BRAGA
BÁRBARA DA COSTA LANGE
BÁRBARA FERNANDES ROSA CERQUEIRA
BEATRIZ DURO GICK
BELMIRO PEDRO WELTER
BENHUR BIANCON JUNIOR
BERENICE FEIJÓ DE OLIVEIRA
BRENUSA MARQUARDT CORLETA
BRUNO HERINGER JUNIOR
BRUNO PEREIRA PEREIRA
CAMILA LUMMERTZ
CAMILA SANTOS DA CUNHA
CAMILE BALZANO DE MATTOS
CARLA CARPI NEJAR
CARLA CARRION FRÓS
CARLA LARA ADAMI DA SILVA
CARLA PEREIRA RÊGO FLÔRES SOARES
CARLA SOUTO PEDROTTI
CARLOS AUGUSTO CARDOSO MORAES
CARLOS AUGUSTO FIORIOLI
CARLOS DIAS ALMEIDA
CARLOS EDUARDO VIEIRA DA CUNHA
CARLOS ODONE COSTA DOS SANTOS
CARLOS OTAVIANO BRENNER DE MORAES
CARLOS ROBERTO LIMA PAGANELLA
CARMEN GUILHEMBERNARD KOSACHENCO
CARMEN LUIZA DIAS DE AZAMBUJA
CARMEN SILVIA REIS CONTI
CAROLINA BARTH LOUREIRO
CAROLINA SANFELICE MARIANI
CAROLINE GIANLUPI
CAROLINE MOTTECY DE OLIVEIRA
CAROLINE SPOTORNO DA SILVA
CAROLINE VAZ
CASSIANO MARQUARDT CORLETA
CASSIANO PEREIRA CARDOSO
CATIUCE RIBAS BARIN
CELSO DE ASSIS REMONTI
CELSO PEDRO STEIN
CELSO TIBERE RODRIGUES LOBATO
CÉSAR AUGUSTO PIVETTA CARLAN
CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI
CHARLES EMIL MACHADO MARTINS
CHRISTIANNE PILLA CAMINHA
CHRISTINE MENDES RIBEIRO GREHS
CINARA VIANNA DUTRA BRAGA
CINTHIA MENEZES RANGEL
CÍNTIA FOSTER DE ALMEIDA
CLARISSA AMMÉLIA SIMÕES MACHADO
CLAUDIA FERRAZ RODRIGUES PEGORARO
CLAUDIA FORMOLO HENDLER BALBINOT

Nominata

CLAUDIA MARIA CEZAR MASSING
CLÁUDIA MARIA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE MEDEIROS
CLAUDIA REGINA LENZ ROSA
CLAUDIO ANTONIO RODRIGUES ESTIVALLET JUNIOR
CLÁUDIO ARI PINHEIRO DE MELLO
CLÁUDIO BARROS SILVA
CLÁUDIO DA SILVA LEIRIA
CLAUDIO DOMINGOS MASTRANGELO COELHO
CLEONICE RODRIGUES AIRES
CLÓVIS BRAGA BONETTI
CRISTIANA MÜLLER CHATKIN
CRISTIANE CARDOSO
CRISTIANE DELLA MÉA CORRALES
CRISTIANE MARIA SCHOLL LEVIEN
CRISTIANE MELLO DE BONA
CRISTIANE TODESCHINI
CRISTIANO LEDUR
CRISTIANO SALAU MOURÃO
CYNTHIA FEYH JAPPUR
DAMASIO SOBIESIAK
DANIEL BARBOSA FERNANDES
DANIEL COZZA BRUNO
DANIEL MARTINI
DANIEL RAMOS GONÇALVES
DANIEL SOARES INDRUSIAK
DANIEL SPERB RUBIN
DANIELA DE QUADROS MALLMANN PAZ
DANIELA LUCCA DA SILVA
DANIELA SANTOS VARIANI
DANIELA SCHILLING DE ALMEIDA
DANIELA SILVEIRA TIMM
DANIELA SUDBRACK GASPAR RAISER
DANIELA TAVARES DA SILVA TOBALDINI
DANIELE DA SILVA PIRES
DANIELE SCHNEIDER
DANIELI DE CÁSSIA COELHO
DANIELLE BOLZAN TEIXEIRA
DARWIN FERRAZ REIS
DAVI LOPES RODRIGUES JÚNIOR
DAVID MEDINA DA SILVA
DÉBORA BALZAN
DÉBORA REGINA MENEGAT
DÉBORA REZENDE CARDOSO
DÉCIO LUÍS SILVEIRA DA MOTA
DELMAR PACHECO DA LUZ
DELSON ARNILDO MANZKE
DENILSON BELEGANTE
DENISE CASANOVA VILLELA
DENISE MARIA DURO REIS
DENISE MARIA NETTO DUARTE
DIANE CRISTINA MANENTE TAGLIARI
DIEGO CORREA DE BARROS
DIEGO MENDES DE LIMA
DIEGO PESSI
DIEGO ROSITO DE VILAS
DINAMÁRCIA MACIEL DE OLIVEIRA
DIOLINDA KURRLE HANNUSCH
DIOMAR JACINTA RECH
DIRCE CARVALHO SOLER
DÓRIS PAIM ZANINI
EDERSON LUCIANO MAIA VIEIRA
EDES FERREIRA DOS SANTOS CUNHA
EDGAR LUIZ DE MAGALHÃES TWEEDIE
EDGAR OLIVEIRA GARCIA
EDSON JOAQUIM VITT FERNANDES

EDUARDO ALBERTO TEDESCO
EDUARDO BERNSTEIN IRIART
EDUARDO BUAES RAYMUNDI
EDUARDO CORAL VIEGAS
EDUARDO DE LIMA VEIGA
EDUARDO RITT
EDUARDO ROTH DALCIN
EDUARDO SÓ DOS SANTOS LUMERTZ
EDUARDO WETZEL BARBOSA
ELAINE FAYET LORENZON SCHALY
ELCIO RESMINI MENESES
ELEMAR GRÄBNER
ELEONORA MACHADO POGLIA
ELIANA MARIA MORESCHI
ELIANE RIBEIRO PORTELA
ÉRICO FERNANDO BARIN
ÉRICO REZENDE RUSSO
EUGÊNIO PAES AMORIM
EVA MARGARIDA BRINQUES DE CARVALHO
EVANDRO LOBATO KALTBACH
EVERTON LUÍS RESMINI MENESES
FABIANE CIOCCARI
FABIANE RIOS LISARDO
FABIANO DALLAZEN
FABIANO REDIVO SILVA
FABIO BIDART PICCOLI
FÁBIO COSTA PEREIRA
FÁBIO LUSA MARCON
FÁBIO ROQUE SBARDELLOTTO
FELIPE HOCHSCHEIT KREUTZ
FELIPE TEIXEIRA NETO
FERNANDA BROLL CARVALHO
FERNANDA RUTTKE DILLENBURG
FERNANDA SOARES PEREIRA
FERNANDA WEIAND BRAUN
FERNANDO BUTTINI
FERNANDO CESAR SGARBOSSA
FERNANDO CHEQUIM BARROS
FERNANDO GERSON
FLÁVIA RAPHAEL MALLMANN
FLÁVIO DUARTE
FLÁVIO EDUARDO DE LIMA PASSOS
FLÁVIO POYASTRO PINHEIRO
FRANCESCO CONTI
FRANCISCO JOSÉ BORGES MOTTA
FRANCISCO LUIZ DA ROCHA SIMÕES PIRES
FRANCISCO WERNER BERGMANN
FREDERICO SCHNEIDER DE MEDEIROS
GABRIELA MONTEIRO
GERALDO JUNG MESSA
GERSON LUÍS KIRSCH DAIELLO MOREIRA
GÉRON LUÍS TEIXEIRA
GIANI POHLMANN SAAD
GILBERTO ANTÔNIO MONTANARI
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO E SOUZA
GILBERTO THUMS
GILMAR BORTOLOTTO
GILMAR POSSA MARONEZE
GÍLSON BORGUEDULFF MEDEIROS
GISELE MORETTO
GISELE MÜLLER MONTEIRO
GISELE TANARA SOARES
GISLAINE ROSSI LUCKMANN
GLÊNIO AMARO BIFFIGNANDI
GRAZIELA VIEIRA LORENZONI
GUACIRA ALMEIDA MARTINS

Nominata

GUILHERME RIBEIRO KRATZ
GUSTAVO DE AZEVEDO E SOUZA MUNHOZ
GUSTAVO RAMOS VIANNA
GUSTAVO RONCHETTI
GUSTAVO SCHNEIDER DE MEDEIROS
GUSTAVO WALKER ZETTLER
HEID OURIQUE CAMPOS
HEITOR STOLF JÚNIOR
HÉLDER MÜLLER ESTIVALETE
HELOÍSA HELENA ZIGLIOTTO
HENRIQUE RECH NETO
HERIBERTO ROOS MACIEL
IDA SOFIA SCHINDLER DA SILVEIRA
IEDA HUSEK WOLFF
INGLACIR DORNELLES CLÓS DELAVEDOVA
IOANNIS FEDRIZZI PETALAS
IRENE SOARES QUADROS
ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY
ISNAR OLIVEIRA CORRÊA
IVAN SARAIVA MELGARÉ
IVANA KIST HUPPES FERRAZZO
IVANA MACHADO BATTAGLIN
IVANDA GRAPIGLIA VALIATI
IVANISE JANN DE JESUS
IVETE BRUST
IVORY COELHO NETO
JACQUELINE FAGUNDES ROSENFELD
JAIME NUDILEMON CHATKIN
JAIR JOÃO FRANZ
JANAINA DE CARLI DOS SANTOS
JANDIRA DE CAMPOS
JANINE BORGES SOARES
JANINE ROSI FALEIRO
JANOR LERCH DUARTE
JAQUELINE MARQUES DA LUZ
JAYME WEINGARTNER NETO
JEANE SCHILLING DE ASSUMPÇÃO
JEANINE MOCELLIN DOS SANTOS
JEFFERSON DALL'AGNOL
JOÃO AFONSO SILVA BELTRAME
JOÃO BARCELOS DE SOUZA JÚNIOR
JOÃO CARLOS DE AZEVEDO FRAGA
JOÃO FÁBIO MUNHOZ MANZANO
JOÃO FRANCISCO CAMPELLO DILL
JOÃO FRANCISCO CKLESS FILHO
JOÃO HUBERT JACCOTTET NETO
JOÃO MARCOS ADEDE Y CASTRO
JOÃO NUNES FERREIRA
JOÃO PAULO BITTENCOURT CARDOZO
JOÃO PAULO FONTOURA DE MEDEIROS
JOÃO PEDRO DE FREITAS XAVIER
JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES
JOCELAINE DUTRA PAINS
JOEL OLIVEIRA DUTRA
JORGE ALBERTO DOS SANTOS ALFAYA
JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA ZACHIA ALAN
JOSÉ BARRÔCO DE VASCONCELLOS
JOSÉ CARLOS DOS SANTOS MACHADO
JOSÉ EDUARDO COELHO CORSINI
JOSÉ EDUARDO GONÇALVES
JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR
JOSÉ GARIBALDI EVANGELHO SIMÕES MACHADO
JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI
JOSÉ NÍLTON COSTA DE SOUZA
JOSÉ OLAVO BUENO DOS PASSOS
JOSÉ PEDRO MACHADO KEUNECKE

JOSÉ QUINTANA FREITAS
JOSÉ TÚLIO BARBOSA
JOSIANE SUPERTI BRASIL CAMEJO
JOSIENE MENEZES PAIM
JUAN CARLOS DURÁN
JUANITA RODRIGUES TERMIGNONI
JULIA ILENIR MARTINS
JULIANA BOSSARDI
JULIANA MARIA GIONGO
JULIANA VENTURELLA NAHAS GAVIÃO
JULIANO GRIZA
JÚLIO ALFREDO DE ALMEIDA
JÚLIO CÉSAR COSTA DA SILVEIRA
JULIO CESAR DA SILVA ROCHA LOPES
JÚLIO CÉSAR DE MELO
JULIO CESAR FINGER
JÚLIO CÉSAR MAGGIO STÜRMER
JÚLIO CESAR MEIRA MEDINA
JÚLIO CÉSAR PEREIRA DA SILVA
JULIO FRANCISCO BALLARDIN
JUSSARA MARIA LAHUDE RITTER
KAREN DE VASCONCELLOS DAUBERMANN
KARIN SOHNE GENZ
KARINA ALBUQUERQUE DENICOL
KARINA BUSSMANN CABEDA
KARINNA LICHT ORLANDI GOULART
KÁTIA REGINA GRIZA
KELLER DORNELLES CLÓS
LEANDRO CAPAVERDE PEREIRA
LEANDRO TATSCH BONATTO
LÊNIO LUIZ STRECK
LEONARDO CHIM LOPES
LEONARDO GIARDIN DE SOUZA
LEONARDO GUARISE BARRIOS
LEONARDO MENIN
LESSANDRA BERGAMASCHI
LETÍCIA VITERBO ILGES
LILIANE DREYER DA SILVA PASTORIZ
LISANDRA DEMARI
LISETE ERBES
LISIANE DEL PINO
LISIANE MESSERSCHMIDT RUBIN
LISIANE VILLAGRANDE VERÍSSIMO DA FONSECA
LUANA ROCHA RIBEIRO
LÚCIA HELENA DE LIMA CALLEGARI
LUCIANA CANO CASAROTTO
LUCIANA MARIA RIBEIRO ALICE
LUCIANA MORAES DIAS
LUCIANA ROMANI
LUCIANA WILLIG SANMARTIN
LUCIANE FEITEN WINGERT
LUCIANO DE FARIA BRASIL
LUCIANO DIPP MURATT
LUCIANO PRETTO
LUCIANO VACCARO
LUCIARA ROBE DA SILVEIRA PEREIRA
LUCILENE ESTRAZULAS FALCETTA
LÚCIO FLÁVIO PRETTO
LUCIO FLAVO MIOTTO
LUÍS ALBERTO BORTOLACCI GEYER
LUÍS ALBERTO THOMPSON FLORES LENZ
LUÍS ANTÔNIO MINOTTO PORTELA
LUIS AUGUSTO GONÇALVES COSTA
LUIS CESAR GONÇALVES BALAGUEZ
LUÍS FELIPE DE AGUIAR TESHEINER
LUÍS FERNANDO COPETTI LEITE

Nominata

LUIZ ROGÉRIO LIMA TAVARES
LUIZ ACHYLLES PETIZ BARDOU
LUIZ ANTONIO BARBARÁ DIAS
LUIZ CARLOS GICK FAN
LUIZ CARLOS PRÁ
LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI
LUIZ CLÁUDIO VARELA COELHO
LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA AZEVEDO
LUIZ EDUARDO RIBEIRO DE MENEZES
LUIZ FELIPE BRACK
LUIZ FERNANDO CALIL DE FREITAS
LUIZ HENRIQUE BARBOSA LIMA FARIA CORRÊA
LUIZ INÁCIO VIGIL NETO
LUIZ SÉRGIO GUILHON RISSO
LUZIHARIN CAROLINA TRAMONTINA
MAGALI MANNHART HOFFMANN
MANOEL LUIZ PRATES GUIMARÃES
MARA CRISTIANE JOB BECK PEDRO
MARCEL TISSER PITERMAN
MARCELA ROMERA
MARCELO ARAUJO SIMÕES
MARCELO AUGUSTO SQUARÇA
MARCELO DE SOUZA GONZAGA
MARCELO DOSSENA LOPES DOS SANTOS
MARCELO JOSÉ DA COSTA PETRY
MARCELO JULIANO SILVEIRA PIRES
MARCELO LEMOS DORNELLES
MARCELO LISCIO PEDROTTI
MARCELO NAHUYS THORMANN
MARCELO RASQUIN BERTUSSI
MARCELO RIES
MARCELO ROBERTO RIBEIRO
MARCELO TREVIZAN
MARCELO TUBINO VIEIRA
MÁRCIA CORSO RUARO
MARCIA LEAL ZANOTTO FARINA
MÁRCIA REGINA NUNES VILLANOVA
MÁRCIA ROSANA CABRAL BENTO
MÁRCIO EMÍLIO LEMES BRESSANI
MÁRCIO ROBERTO SILVA DE CARVALHO
MÁRCIO ROGÉRIO DE OLIVEIRA BRESSAN
MARCIO SCHENATO
MÁRCIO SCHLEE GOMES
MARCOS EDUARDO RAUBER
MARCOS FERRAZ SARALEGUI
MARCOS REICHELTE CENTENO
MARCOS SIMÕES PETRY
MARGARIDA TEIXEIRA DE MORAES
MARI ONI SANTOS DA SILVA
MARIA ALICE BUTTINI
MARIA ALICE CONCEIÇÃO SANCHOTENE
MARIA AUGUSTA MENZ
MARIA AUGUSTA ONGARATTI
MARIA COUGO OLIVEIRA
MARIA CRISTINA CARDOSO MOREIRA DE OLIVEIRA
MARIA CRISTINA MONTEIRO SANSON
MARIA CRISTINA SANTOS DE LUCCA
MARIA DE FÁTIMA DIAS ÁVILA
MARIA DO CARMO BAIERLE GUARANÁ
MARIA DO ROSÁRIO RIBEIRO RODRIGUES
MARIA FERNANDA CASSOL MOREIRA
MARIA FERNANDA GOETZKE PITREZ
MARIA IGNEZ FRANCO SANTOS
MARIA INÊS SILVA SPERB
MARIA IVONETE MATTOS ANDRADE
MARIA LAURA MORAES LUZARDI

MARIA LORENI CARGNELUTTI
MARIA LÚCIA KURTZ AMANTINO RODRIGUES DA SILVA
ALGARVE
MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA
MARIA RITA CAMPOS PITERMAN
MARIA WALESKA TRINDADE CAVALHEIRO
MARIANA DE AZAMBUJA PIRES
MARIANGELA RENNER BOSSLE
MARÍLIA COHEN GOLDMAN
MARINÊS ASSMANN
MÁRIO CAVALHEIRO LISBÔA
MÁRIO EDUARDO MOURGUES LORÉA
MÁRIO LUIZ GUADAGNIN
MARIO ROMERA
MARISA LARA ADAMI DA SILVA
MARISAURA INÊS RABER FIOR
MARLISE CORDENONSI BORTOLUZZI
MARLY RAPHAEL MALLMANN
MARTA LEIRIA LEAL PACHECO
MARTHA SILVA BELTRAME
MARTHA WEISS JUNG
MARTIN ALBINO JORA
MAUREN JARDIM GOMES
MAURICIO SANCHOTENE DE AGUIAR
MAURÍCIO TREVISAN
MAURO FONSECA ANDRADE
MAURO HENRIQUE RENNER
MAURO LUCIO DA CUNHA ROCKENBACH
MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA
MAURO ROCHA DE PORCHETTO
MAX ROBERTO GUAZZELLI
MELISSA MARCHI JUCHEN
MICHAEL SCHNEIDER FLACH
MIGUEL BANDEIRA PEREIRA
MIGUEL GRANATO VELASQUEZ
MILTON FONTANA
MÍRIAM VILLAMIL BALESTRO FLORIANO
MÔNICA MARANGHELLI DE AVILA
NÁDIA BARON RICACHENEVSKY
NAIR CHRISTINA SCHOELLER DE MORAES
NATÁLIA CAGLIARI
NATHÁLIA SWOBODA CALVO
NEIDEMAR JOSÉ FACHINETTO
NILSON DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO
NILTON KASCTIN DOS SANTOS
NOARA BERNARDY LISBOA
NORBERTO CLÁUDIO PÂNCARO AVENA
ODETE PINZETTA
PATRÍCIA ZANCHI CUNHA
PAULA ATAIDE ATHANASIO
PAULA BITTENCOURT ORSI
PAULA REGINA MOHR
PAULO ADAIR MANJABOSCO
PAULO ANTÔNIO TODESCHINI
PAULO DA SILVA CIRNE
PAULO EDUARDO DE ALMEIDA VIEIRA
PAULO EDUARDO NUNES DE AVILA
PAULO EMILIO JENISCH BARBOSA
PAULO ESTEVAM COSTA CASTRO ARAÚJO
PAULO FERNANDO DOS SANTOS VIDAL
PAULO GILBERTO VIEIRA
PAULO LEANDRO DA ROSA SILVA
PAULO ROBERTO DE AGUIAR TESHEINER
PAULO ROBERTO GENTIL CHARQUEIRO
PAULO SÉRGIO CASSOL LUBIANCA
PAULO VALÉRIO DAL PAI MORAES

Nominata

PEDRO JARDEL DA SILVA COPPETI
PEDRO RUI DA FONTOURA PORTO
PIETRO CHIDICHIMO JUNIOR
PLÍNIO CASTANHO DUTRA
RAFAEL CRUZ AMARAL
RAFAEL FESTA
RAFAEL RUSSOMANNO GONÇALVES
RAFAEL STRAMAR DE FREITAS SANTOS
RAQUEL ISOTTON
REGINALDO FREITAS DA SILVA
REGINALDO MACIEL FRANCO
REJANE VIEIRA E SILVA
RENATA PINTO LUCENA
RENATO MOURA TIRAPELLE
RENATO VINHAS VELASQUES
RENOIR DA SILVA CUNHA
RICARDO ALBERTON DO AMARAL
RICARDO CARDOSO LAZZARIN
RICARDO DA SILVA VALDEZ
RICARDO DE OLIVEIRA SILVA
RICARDO FELIX HERBSTRITH
RICARDO LOZZA
RICARDO MELO DE SOUZA
RICARDO SCHINESTSCCK RODRIGUES
RICARDO VAZ SEELIG
RITA CONTE SOEIRO DE SOUZA
ROBERTA BRENNER DE MORAES
ROBERTA GABARDO FAVA ARALDI
ROBERTA MORILLOS TEIXEIRA
ROBERTO BANDEIRA PEREIRA
ROBERTO BAYARD FERNANDES FIGUEIRO
ROBERTO CLAUS RADKE
ROBERTO DIVINO ROLIM NEUMANN
ROBERTO JOSÉ TABORDA MASIERO
ROBERTO VARALO INÁCIO
ROCHELLE DANUSA JELINEK
RODRIGO AUGUSTO DE AZAMBUJA MATTOS
RODRIGO CARPI NEJAR
RODRIGO DA SILVA BRANDALISE
RODRIGO DE OLIVEIRA VIEIRA
RODRIGO LÓPEZ ZILIO
RODRIGO SCHOELLER DE MORAES
ROGÉRIA HELENA CIPRIANI
ROGÉRIO FAVA SANTOS
ROGÉRIO MEIRELLES CALDAS
ROGERIO ROQUE WEILLER
ROLANDO RAUL MORO
RONALDO ADRIANO DE ALMEIDA ARBO
RONALDO LARA RESENDE
ROSANGELA CORRÊA DA ROSA
ROSÂNGELA MAZZUCO
ROSELE MARIA LUCHESE
ROSÉLIA VASCONCELLOS BRUSAMARELO
ROSELY TERESINHA DE AZEVEDO LOPES
ROSI MARIA BARRETO
ROSIMARI MELLER ANTONELLO
ROSSANO BIAZUS
RUBEN GIUGNO ABRUZZI
RUDIMAR TONINI SOARES
RUI PREDIGER
SANDRA GOLDMAN RUWEL
SANDRA SANTOS SEGURA
SANDRO DE SOUZA FERREIRA
SANDRO LOUREIRO MARONES
SARA DUARTE SCHÜTZ
SÁVIO VAZ FAGUNDES

SÉRGIO ANTÔNIO BINS
SÉRGIO CORNELLES MATHEUS
SÉRGIO DA FONSECA DIEFENBACH
SÉRGIO GUIMARÃES BRITTO
SÉRGIO HIANE HARRIS
SÉRGIO LUIZ RODRIGUES
SÉRGIO SANTOS MARINO
SÍLVIA CAPPELLI
SÍLVIA REGINA BECKER PINTO
SILVIO MIRANDA MUNHOZ
SIMONE ANNES KEUNECKE
SIMONE DE NIZA E CASTRO
SIMONE MARIANO DA ROCHA
SIMONE MARTINI
SIMONE SPADARI
SOLANGE MARIA PALMA ALVES
SÔNIA ELENI CORRÊA MENSCH
SÔNIA ELIANA RADIN
SÔNIA MADALENA SILVEIRA BONILLA
STÉFANO LOBATO KALTBACH
STELA BORDIN
SUSANA CORDERO SPODE
SUSIANE BICCA MESPAQUE MADRUGA
SUZANA SILVEIRA DA SILVA
SUZANE HELLFELDT
SYNARA JACQUES BUTTELLI
TÂNIA MARIA HENDGES BITENCOURT
TÂNIA MARIA SCHNEIDER CAVALINI
TÂNIA MARIA VIEIRA LORENZONI
TATIANA ALSTER
TATIANA DE OLIVEIRA D'ÁVILA
TÊMIS LIMBERGER
THALES VOLCATO PEREIRA
THEODORO ALEXANDRE DA SILVA SILVEIRA
THOMÁS HENRIQUE DE PAOLA COLLETO
TIAGO DE MENEZES CONCEIÇÃO
TIAGO MOREIRA DA SILVA
UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES
VALDIRENE SANCHES MEDEIROS JACOBS
VALDOIR BERNARDI DE FARIAS
VALÉRIA BASTOS DIAS
VALÉRIO COGO
VALTER PRIEBE
VANESSA BOM SCHMIDT CARDOSO
VANESSA DA SILVA
VANESSA SALDANHA DE VARGAS
VELEDA MARIA DOBKE
VELOCITY MELO PIVATTO
VERA LUCIA DA SILVA SAPKO
VERA LÚCIA GONÇALVES QUEVEDO
VERA REGINA MELATTE CORINO
VERCILEI LINO SERENA
VICTOR HUGO PALMEIRO DE AZEVEDO NETO
VILNECI PEREIRA NUNES
VINICIUS DE HOLLEBEN JUNQUEIRA
VINICIUS DE MELO LIMA
VITASSIR EDGAR FERRAREZE
VOLTAIRE DE FREITAS MICHEL
WALESKA FLORES AGOSTINI
WALTER CAMEJO FILHO
WANDERLEI JOSÉ HERBSTTRITH WILLIG
WILSON LUÍS GREZZANA
WINFRIED SCHLEE
XIMENA CARDOZO FERREIRA
ZULEIKA PINTO COSTA VARGAS

Foto: Márcia Ferri Sieben Rocha

Acima de tudo, a cidadania.

